

Nov - Dez
2015



Secretaria de Estado de Fazenda

Boletim de

Transparência Fiscal

6º bimestre | 2015



SECRETÁRIO DE ESTADO DE FAZENDA

Júlio César Carmo Bueno

SUBSECRETÁRIO-GERAL

Francisco Antônio Caldas Andrade Pinto

SUBSECRETÁRIA DE FINANÇAS

Lígia Helena da Cruz Ourives

SUBSECRETÁRIA DE POLÍTICA FISCAL

Josélia Castro de Albuquerque

SUBSECRETÁRIO DE RECEITA

Antônio Carlos Rabelo Cabral

SUPERINTENDENTE DO TESOUREO ESTADUAL

Cláudia Torres Santoro

**SUPERINTENDENTE DE PROGRAMAÇÃO
FINANCEIRA**

Daniela de Melo Faria

**SUPERINTENDENTE DE RELAÇÕES
FEDERATIVAS E TRANSPARÊNCIA FISCAL**

Raphael Philipe Moura

**SUPERINTENDENTE DE CONTROLE E
ACOMPANHAMENTO DA DÍVIDA**

Valéria Barbosa

SUPERINTENDENTE DE FINANÇAS

Elvécio Vital da Silva

**SUPERINTENDENTE DE CAPTAÇÃO DE
RECURSOS**

Giovana dos Santos Itaborai

**EQUIPE BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA
FISCAL**

Alessandro Lima da Rocha

Alexandre Emilio Zaluar

Ana Cecília de Souza

Ana Paula Quedinho

Creusa Mattoso de Almeida

Eduardo de Andrade

Gustavo Franco Corrêa

Hamilton Correa Zambito Horacio

Henrique Reis Pompeu de Moraes

Joana Pimentel Meneses de Farias

Leandro Diniz Moraes Pestana

Leila Klein

Liliane Figueiredo da Silva

Luciana Vicky Mazloum

Luísa Regina Mazer

Marcos Buarque Montenegro

Maria Gisele Bastos Soares

Maria Helena Pitombeira

Neusa Lourenço Silva

Pedro Bastos Carneiro da Cunha

Robledo da Cunha Pereira

Sérgio da Costa Peixoto



O **BOLETIM DE TRANSPARÊNCIA FISCAL** é uma publicação bimestral da Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, trabalho conjunto da Subsecretaria de Finanças, Subsecretaria Geral e Subsecretaria de Política Fiscal, esta última também responsável pela edição do documento. Ele é chamado de TRANSPARÊNCIA fiscal porque vai além do registro de cifras macroeconômicas ou associadas a metas de equilíbrio fiscal, que são essenciais para a avaliação da solvência do Estado. O boletim procura também dar uma ampla visão do uso dos recursos públicos pelas diversas funções do gasto. Este é um elemento chave para posteriores análises da efetividade e eficiência no uso das receitas de impostos e de outros recursos públicos, com vistas a avaliar se este uso atende aos objetivos do governo e da sociedade, respondendo corretamente às demandas sociais e atuando como elemento indutor do desenvolvimento econômico. A frequência bimestral do boletim se espelha na avaliação dos riscos para o cumprimento das metas fiscais referidas nos artigos 8º e 9º da Lei de Responsabilidade Fiscal (LC 101/2000).

É permitida a reprodução total ou parcial do conteúdo desta publicação desde que mencionada a fonte.

Informações:

Tel: (21) 2334-4929

Home Page: <http://www.fazenda.rj.gov.br>

Secretaria de Estado de Fazenda do Rio de Janeiro

Av. Presidente Vargas, n º 670

Rio de Janeiro, RJ, CEP 20071-910

SUMÁRIO

I. Economic Outlook.....	13
I.I The Domestic and International Context.....	13
I. Panorama Econômico.....	18
I.I O Contexto Internacional e Doméstico.....	18
II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro.....	23
III. Resultados Fiscais.....	33
III.I Resultado Orçamentário.....	33
III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA.....	34
III.III Resultado Primário.....	35
Cronograma de Desembolso do Estado do RJ.....	37
IV. Receita Estadual.....	39
IV.I Receitas Correntes.....	40
IV.I.1 Receita Tributária.....	42
IV.I.2 Receita Patrimonial e Royalties.....	50
IV.I.3 Demais Receitas Correntes.....	53
IV.I.3.1 Receita de Transferências.....	57
IV.I.3.2 Transferências da União.....	58
IV.II Receitas de Capital.....	63
V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro.....	66
V.I Despesa Total.....	66
V.II Créditos Adicionais.....	66



V.III Despesas por Grupo	68
V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ, FECAM e FEHIS.	74
VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA.....	85
VI.1 Cota Financeira.....	85
VI.2 Pagamento de PD's	86
VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro.....	86
VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos	87
VI.4.1 Características de Consumo.....	89
VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento.....	90
VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública	92
VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios.....	103
VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs.....	104
VI. 9 Coordenação de Captação de Recursos -	106

Apresentação

Este é o quadragésimo oitavo número do boletim bimestral de transparência fiscal elaborado pela Secretaria de Fazenda do Estado do Rio de Janeiro, e o sexto referente ao exercício de 2015. Seu objetivo é aperfeiçoar os mecanismos de controle e transparência na execução do orçamento estadual.

Tais mecanismos possuem pelo menos duas vertentes. A primeira liga-se à solvência e à previsibilidade no gasto, em decorrência do reconhecimento de que uma das principais premissas de um governo responsável é executar o orçamento dentro da previsão da receita, ou seja, despesas não podem ser criadas, compromissos assumidos, ou contratos assinados sem um lastro seguro na arrecadação ou em outros recursos orçamentários.

De acordo com os dispositivos legais, em vigor há mais de quarenta anos, não pode haver despesa sem empenho. Apenas assim as obrigações poderão ser honradas tempestivamente e sem sobressaltos, trazendo previsibilidade, tranquilidade e transparência à ação pública.

Dessa forma, a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) impõe metas fiscais que devem ser cumpridas sob o risco de sanções aos administradores e ao próprio ente federativo, como a suspensão de transferências voluntárias. O Estado deve, por exemplo, alcançar uma meta de superávit primário suficiente para, no mínimo, cumprir as obrigações com pagamento da dívida, e dispor de suficiente folga de caixa de maneira que toda a Administração possa planejar seus gastos com segurança. É claro que haverá períodos em que será necessário implementar investimentos estruturantes que resultarão em queda deste resultado primário, devido ao endividamento. Porém, o retorno se dará no futuro, com o maior dinamismo da economia e, por conseguinte, da arrecadação.

É parte do Estado Democrático de Direito a obrigação do administrador público de prestar contas à sociedade, demonstrando a adequabilidade da aplicação dos recursos às demandas econômicas e sociais.

O Boletim procura fornecer, com presteza, detalhes da despesa em cada área, para que haja transparência nos gastos públicos e efetivo acompanhamento pela sociedade.

A segunda vertente diz respeito à aplicação dos recursos. Aqui, importa cumprir a lei (e.g., vinculações) e procurar alcançar, entre outros, os objetivos constitucionais de eficiência, economicidade e efetividade. Para essa avaliação, é importante que se conheçam detalhes da aplicação de recursos por função (e.g., saúde, educação) e o perfil temporal desses gastos.

Os dados aqui disponibilizados foram extraídos do Sistema de Informações Gerenciais (SIG) do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no dia 19/01/2016.

A despesa refere-se, em regra, ao conceito de empenho liquidado; já a receita, por sua vez, corresponde ao conceito de realizada (regime de caixa), ambas depuradas das rubricas intraorçamentárias.

O Boletim é dividido em seis seções, além desta apresentação. As quatro seções iniciais fazem uma breve análise dos agregados fiscais, da evolução das diversas rubricas de receita e das metas correspondentes. A quinta seção apresenta a despesa no seu agregado de execução orçamentária e detalhes dos gastos por área, principalmente aquelas que se beneficiam de vinculação de receitas e pisos de gastos, como Saúde, Educação e Meio Ambiente. Por fim, a sexta seção remete aos elementos da política financeira do Estado, notadamente o estabelecimento e uso das cotas financeiras programadas para os órgãos, a tempestividade dos pagamentos requeridos por esses órgãos, a aplicação dos saldos do Tesouro, a quitação de restos a pagar de administrações anteriores, assim como dos precatórios judiciais. A seção também informa a situação da dívida pública do Estado e traz dados sobre a execução de convênios.

“O Orçamento Nacional deve ser equilibrado. As Dívidas Públicas devem ser reduzidas, a arrogância das autoridades deve ser moderada e controlada. Os pagamentos a governos estrangeiros devem ser reduzidos, se a Nação não quiser ir à falência. As pessoas devem novamente aprender a trabalhar, em vez de viver por conta pública.”
Marcus Tullius Cícero – Roma, 55 A.C.

RESUMO EXECUTIVO

O Estado do Rio de Janeiro fechou, até o 6º bimestre de 2015, com arrecadação das receitas totais na ordem de R\$ 79.086,90 milhões, ficando acima da meta estipulada para o período em 1,8%.

As receitas correntes apresentaram variação de 5,9% acima do esperado (+ R\$ 4.043,55 milhões) quando comparadas à meta acumulada até o sexto bimestre de 2015, totalizando R\$ 72.316,11 milhões. Tal resultado foi possível em virtude da arrecadação em Outras Receitas Correntes, basicamente por conta da realização de R\$ 6,8 bilhões, oriundos de Depósitos Judiciais, nos termos da Lei Complementar Estadual nº 147/2013 (alterada pela LC 163/2015), receita não recorrente, que possibilitou reduzir em mais de 95 % o déficit previdenciário do exercício. O extemporâneo resultado foi, então, significativamente superior à meta estipulada para o período, totalizando R\$ 10.606,43 milhões (+ R\$ 8.212,17 milhões). Diante do cenário econômico de forte frustração de receitas próprias, o grande esforço arrecadatório do Estado, por meio da formalização, de Termos de Ajuste de Conduta firmados com contribuintes, autorizada em Leis, reforçou o caixa do Tesouro tanto com Receitas Tributárias e Outras Receitas Correntes, o que registrando crescimento geral das Receitas Correntes em relação ao ano anterior, o que não seria possível apenas pelo comportamento normal da arrecadação, fortemente influenciado pela crise econômica nacional e expressiva redução da receita de Participações Governamentais. Somam-se às Outras Receitas Correntes as Receitas Diversas as quais abarcam as oriundas da Lei Complementar Estadual nº 147/2013 (alterada pela LC 163/2015) relativas ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro que somaram R\$ 6.770,89 milhões em entradas ao longo do ano. As Receitas Tributárias totalizaram 96,3% da meta pretendida, atingindo o valor de R\$ 43.414,67 milhões até dezembro de 2015, ficando pouco abaixo do estipulado para o período. Observa-se que a Receita do ICMS, principal tributo do Estado, arrecadou o valor total de R\$ 31.982,75 milhões, variação nominal positiva de 1,3% em comparação com o realizado no mesmo período do ano anterior.

A execução das receitas de petróleo apresentou decréscimo de 39,2% (- R\$ 3.412,45 milhões), alcançando R\$ 5.298,09 milhões. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a maior parte da variação negativa ocorreu na receita de Participação Especial, que decaiu 45,6% (- R\$ 2.506,33 milhões). A queda no preço do Brent (barril) foi significativa para o resultado da receita de petróleo. Embora tenha havido o aumento da produção no ano, que, segundo dados da ANP, alcançou 94,36 milhões de m³ (+ 6,7%) e o crescimento da taxa de câmbio (+ 35,5%), não foram suficientes para eliminar os efeitos da queda do valor do Brent, que registrou variação negativa de 45,6% no período, afetando sobremaneira a arrecadação.

Com relação às Receitas de Capital, a receita realizada ficou abaixo da meta esperada para o período, alcançando 71,6%, o que representa uma frustração de R\$ 2.680,98 milhões. Esse comportamento foi capitaneado, principalmente, pelo desempenho das receitas de Operações de Crédito, resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar os programas Pró – Cidades II do BB e as Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente destinados ao financiamento do PRODES – CREDIT SUISSE além do término de desembolso de algumas delas.

O Resultado Orçamentário, até o 6º bimestre de 2015, fechou com déficit de R\$ 3.977,20 milhões. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das Despesas Correntes e de Capital frente às respectivas receitas. As Despesas de Capital superaram as mesmas receitas em R\$ 3.323,28 milhões. Já as despesas correntes superaram as receitas correntes em R\$ 413,95 milhões. Desconsiderada a influência do RIOPREVIDÊNCIA, o resultado foi deficitário em R\$ 4.996,62 milhões frente ao acumulado de 2014, que foi superavitário em R\$ 1.019,42 milhões, reduzindo o déficit do resultado orçamentário, quando considerado.

Quanto ao Resultado Primário, as contas públicas fluminenses apresentaram déficit de R\$ 3.627,58 milhões até o 6º bimestre por conta da prevalência das despesas primárias ou não financeiras frente às receitas primárias ou não financeiras no período, porém com uma variação positiva de 48% frente a 2014. O resultado primário acumulado, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, é deficitário em R\$ 1.705,69 milhões, com uma variação negativa de 92,4% frente a 2014. Percebe-se, assim, o impacto que o RIOPREVIDÊNCIA tem sobre o resultado primário do Estado, uma vez que, quando incluído na apuração, acentua ainda mais o resultado primário deficitário.

As despesas do ERJ para o exercício 2015 foram fixadas na Lei Orçamentária Estadual em R\$ 78,34 bilhões, um acréscimo de R\$ 4,81 bilhões (+6,5%) frente à Lei Orçamentária 2014, desconsideradas as despesas intraorçamentárias.

No 6º bimestre, a dotação alcançou R\$ 83,61 bilhões, uma expansão orçamentária de R\$ 5,27 bilhões (+6,7%) sobre a autorização inicial. Entretanto, R\$ 3,93 bilhões permaneceram contingenciados (4,7% do orçamento).

Esta expansão orçamentária foi provida pela abertura de créditos adicionais, dos quais o maior acréscimo foi registrado na função Transporte (R\$ 1,55 bilhão), dos quais R\$ 1,53 bilhão foi por meio de recursos de Operações de Crédito. Do total, R\$ 1,22 bilhão foi alocado na Melhoria do Sistema Metroviário e R\$ 130,95 milhões no Programa Bilhete Único. Em destaque ainda no período, a Função i Segurança Pública requereu mais R\$ 1,28 bilhão.

Em relação à execução, em 2015 foram liquidados R\$ 55,77 bilhões no Poder Executivo e R\$ 6,46 bilhões nos Outros Poderes, totalizando R\$ 62,24 bilhões, excluídas as despesas intraorçamentárias e as empresas públicas independentes (CEDAE e Imprensa Oficial). Este montante é 12,6% menor que o verificado no mesmo período de 2014.

As Despesas Correntes do ERJ em 2015 (R\$ 52,09 bilhões) indicaram queda de 13,2% quando comparadas aos valores de 2014. As despesas relacionadas ao grupo de Outras Despesas Correntes apresentaram R\$ 29,09 bilhões liquidados, redução de 24,6%. Os recursos aplicados em Investimentos e Inversões Financeiras somaram R\$ 6,70 bilhões, redução de 13,6%. Esses recursos foram aplicados basicamente em obras de melhoria do transporte metroviário, melhoria no sistema de transporte ferroviário e abastecimento de água.



No aspecto dos índices constitucionais, os índices da Educação e Saúde mostraram bons resultados fiscais.

Na Educação, os dados indicaram um ligeiro crescimento (0,57%) frente aos números de 2014. Em 2015, as despesas liquidadas representaram 26,2% da receita base (mínimo a ser aplicado na área).

Na Saúde, o índice atingiu 12,3% do valor mínimo a ser aplicado por norma constitucional. O valor aplicado em 2015 apontou aumento de 4,7% ante 2014.

Os demais índices registraram execução conforme a arrecadação/composição das receitas que compõem a base de aplicação.

EXECUTIVE SUMMARY

The state of Rio de Janeiro closed until the 6th bimester of 2015 with total revenues of R\$ 79,086.90 million, below the target set for the period at 1,8%.

Current revenue changed by 5.9% higher than expected (+ R\$ 4,043.55 million) compared to the accumulated goal until the sixth bimester of 2015, totaling R\$ 72,316.11 million. This result was possible thanks to the performance of Other Current Revenues, due to the performing income of R\$ 6.8 billion from Judicial deposits, according to the State Law 147/2013 (amended by the LC 163/2015), which is a nonrecurring revenue and made it possible to reduce about 95% of the pension deficit. That extemporaneous result on the amount of Current Revenues, was responsible for achieving significantly better result than the target set for the period, totaling R\$ 10,606.43 million (+ R\$ 8,212.17 million). The large revenue collection effort of the state, which by means of "Terms of Conduct Adjustment" signed with taxpayers, have strengthened the state reserves at the Tax Revenue and Other Current Revenue, enabling overall revenue growth of current revenues over the previous year, which would not be possible through the normal behavior of the collection given the current economic climate. Besides Other Current Revenue, Other Receipts, which includes those from the State Complementary Law No. 147/2013 (as amended by LC 163/2015) related to the Social Security Unified Fund of the State of Rio de Janeiro, amounted to R\$ 6,770.89 million throughout the year. Tax revenues amounted to 96.3%, reaching R\$ 43,414.67 million by December 2015, remaining slightly below the target for the period. It is observed that the ICMS revenue, the state's main tribute, have raised the total amount of R\$ 31,982.75, an increase of 1.3% compared to in the same period last year.

The execution of oil revenues fell by 39.2% to R\$ 3,412,45 million. Analyzing oil revenues, it is observed that most of the negative variation occurred in the Special Participation revenue, which fell 45.6% (- R\$ 2,506,33 million). The drop in the price of Brent was significant for the oil revenues of behavior. Although there has been increasing production in the period, according to ANP data, reached 94.36 million cubic meters (+ 6.7%) and growth of the exchange rate (+35.5%), the brent showed a negative variation of 45.6% in the period, greatly affecting the collection.

Regarding the Capital Revenue, the result was below the expected target for the period, reaching 71.6% of the target estimated for the period, representing a negative variation of R\$ 2,680.98 million. This behavior was mainly due to the performance of Credit Operations, resulting from the reduction of these operations that aimed to finance the Pro- Cities II programs of BB and the internal credit operations to support Environmental Programs aimed to finance PRODES – CREDIT SUISSE besides the end of some of these disbursement.

The balanced budget, until the 6th bimester of 2015, closed with R\$ 3,977.20 million deficit compared to the same period in 2014. This result was due to the superiority of the current and capital expenditure on the respective revenue. Capital Expenditures exceeded Capital Revenues in R\$ 3,323.28 million. The Current Expenditures exceeded Current Revenues in R\$ 413.95 million. If we analyze disregarding the influence of RIOPREVIDÊNCIA, the result was a deficit of R\$ 4,996.62 million. During this period, the budget result of

RIOPREVIDÊNCIA presented the surplus of R\$ 1.019,42 million, reducing the deficit of the budget result, if considered.

On the other hand, Rio's public accounts showed a primary deficit of R\$ 3,627.58 million until the 6th bimester due to the prevalence of primary expenditure or non-financial front of the primary or non-financial revenues, but with 48% increase in the period compared to 2014. The cumulative primary balance, excluding RIOPREVIDÊNCIA is R\$ 1,705.69 million compared to 2014. It is noticed the impact RIOPREVIDÊNCIA has on the primary outcome of the State considering that when included in the calculation, it accentuates the primary balance deficit.

RJ State Expenditures for the year 2015 were fixed in State Budget Law in R\$ 78.34 billion, a marked increase (+6.5%), the growth was R\$ 4.81 billion, compared to approved for the year 2014.

In 2015, the authorized expenditure reached R\$ 83.61 billion, showing a budgetary expansion of R\$ 5.27 billion (+6.7%) was incorporated in the original budget (LOA). However, R\$ 3.93 billion remained contingent (4.7% of the final allocation).

This budgetary expansion was driven by additional credits, of which the largest increase took place in Public Transportation (R\$ 1.55 billion): R\$ 1.53 billion by Credit. Almost R\$ 1.22 billion were allocated in the public project responsible for improve of the subway system. Public Safety function was another highlight in the period: increase of R\$ 1.28 billion.

In 2015 the execution flow registered R\$ 55.77 billion of expenditures liquidated by the Executive Branch and R\$ 6.46 billion by Other Branches, totaling R\$ 62.24 billion. The intrabudgetary expenditures and independent public companies (CEDAE and Official Press) were excluded of this analysis. This amount is 12.6% lower than the year of 2014.

The current expenditure executed R\$ 52.09 billion in 2015, it showed a decrease when compared to 2014: -13.2%. The group Other Current Expenditures showed R\$ 29.09 billion of liquidated expenses, a decrease rate of 24.6%. The resources invested in Investment and Financial Investments reached R\$ 6.7 billion, a decrease of 13.6% in the last 12 months. Those resources were applied on the New Subway Lines, on improving the Rail System and on urban water supply.

Under the Constitutional Index, the Education function showed good fiscal results. In Education, the indicators show a slight increase (0.57%) compared to 2014 numbers In 2015 , these expenses represented 26.2% of the revenue base (minimum to be applied in the area) . The Public Health index indicated reached 12.3% of the minimum amount to be applied by constitutional law. The amount invested in 2015 showed an increase of 4.7% from 2014. The other indices recorded execution as the collection of recipes that make up the application base.

I. Economic Outlook

I.I The Domestic and International Context¹.

The world economy continues to adjust to the changes underway: general slowdown in market economies, China's rebalancing, lower commodity prices, and the gradual withdrawal of extremely accommodative monetary conditions in the United States. Although the situation is uncertain, the IMF² projects growth of 3.4% for the year. Therefore, if the key challenges are not successfully managed, global growth may be adversely affected.

In the United States, in the January meeting, the Open Market Committee of the Fed voted to keep short-term interest rate between 0.25% and 0.5%, with no prospect of increasing the rate by 0.25 percentage points in March. Committee members evaluate the risks to the US economy increased due to the global economic and financial situation, not knowing yet the effects over the US economy. So they understand to be prudent to wait for more information about the activity and the prospects of higher inflation before deciding on the next rise in the federal funds rate. Internally, despite slowing economic growth, the US labor market remains a solid foundation, with the number of workers seeking unemployment benefits lower than expected.

In the Eurozone, the Monetary Policy Council of the ECB kept the December 2015 interest rates. The decision in January 2016 was based on private consumption growth, supported by lower oil prices, easy financial conditions (offsetting the weakening of net exports), and the monetary policy measures adopted in December. However, despite the extension of government bond buying program in the Eurozone, and other assets, by March 2017, inflation was almost zero (-0.016%, estimated) in 2015, below the 2% target set; GDP grew 1.5% in the year, higher than that observed in 2014 (+1.0%); and the average unemployment rate for the year 2015 stood at 9.4, below that observed in 2014 (10.2).

In China, the current economic policy sends mixed signals, increasing investor uncertainties and deepening concerns over the outlook for global growth. It is observed that the recent capital outflow from China has been mainly driven by increasing skepticism about the PBoC keeping the Yuan stable. As for economic activity, the GDP of the second largest economy grew 6.9% in 2015, the slowest growth in a quarter century. This result is due to: weaker exports, factory idle capacity, investment slowdown, property market slowed and high debt levels.

In Brazil, the year 2015 was characterized by a general decline in economic activity. This is, between January and December, there were decreases in Services (-3.6%), Industry (-8.3%) and Restricted Retail Sales (-4.3%). It is observed that in the case of retail trade, considering 'construction materials' and 'vehicles, motorcycles, parts and accessories' (extended retail trade), the decline is even greater (-8.6%). For the year, in all cases the percentages were the worst since the beginning of the respective time series.

¹ This analysis uses data available to February 19, 2016.

² IMF World Economic Outlook (WEO) Update, January 2016.

In Industry, positive emphasis on Extractive Industry (+3.9%) and negative for Manufacturing Industry (-9.9%), particularly 'capital goods' (-25.5%) and 'consumer durables' (-18.7%). In the Retail Sales, highlights for 'vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-17.8%), 'furniture and appliances' (-14.0%) and 'hypermarkets, supermarkets, food products, beverages and tobacco' (-2.5%). In Services, highlights for 'transportation, auxiliary services to transportation and mailing' (-6.1%) and 'professional, administrative and complementary services' (-4.3%).

Considering the trend seen throughout the year, it can be understood that economic activity has not yet concrete signs of recovery. With this, it is expected the GDP³ to fall 3.7% in 2015. For 2016, it is projected the same 2015 pessimism, with continued overall decline in activities, resulting in the expected fall of 3.3% in the GDP⁴. The explanation for this prolonged recession is the contraction of domestic demand in progress, and no signs of exhaustion.

A relief for Brazil's current economic situation is the Balance of Trade, which recorded in December the tenth consecutive surplus (US \$ 6.24 billion), again caused by the fall in both exports (-4.0%) and imports (-38.7%). Accumulated in 2015, exports and imports decreased, respectively, 14.1% and 24.3%. The combination of the reduction in trade was a positive balance of US \$ 19.68 billion (US \$ -4.05 billion in 2014), the best result for the period since 2011 (US \$ 29.79 billion). It is noted that, even with the favorable exchange rate and the 10% increase in the quantity exported in 2015, exports suffered a strong impact (in value) due to the huge fall in international commodity prices (-22%), which dominated most of Brazil exports and explain the drop in commodity exports in 2015 (-19.5%), especially iron ore (-44.8%) and crude oil (-27.1%). Manufactured and semi-manufactured goods also decreased, respectively, 8.2% and 7.9%, mainly fuel oil (-61.8%) and iron (-24.2%). In imports, emphasis on fuel and lubricants (-44.3%) and capital goods (-20.2%).

As for inflation, the December IPCA (+0.96%), although lower than in November (+1.01%), was the highest result for the month since December 2002 (+2.10%). Highlights for the month were Food and Beverages (+1.50%) and Transport (+1.36%), which together accounted for 66% of the index in December. During the year, the overall rate ranged 10.67% (+6.41% in 2014), the largest increase since 2002 (+12.53%). Stand out Food and Beverages (+12.03%), Housing (+18.31%) and Transport (+10.16%), which together accounted for 71% of the index variation. In particular, fuel and energy account for 24% of the IPCA in 2015 and must undergo further increases in 2016, even at a lower intensity than in 2015. Thus, the IPCA should be much lower in 2016 (+7.61%)⁵, but still above the ceiling of the target set (6.5%).

In the labor market, the unemployment rate in December (6.9%), despite having decreased compared to November (7.5%), was the highest for the month since 2007. During the year, the average unemployment rate in Brazil was 6.8% (against 4.8% in 2014). The increase of 2 percentage points between the years was the largest recorded in the historical series started in 2003. The employed population was estimated at 23.3 million people (average), retracting 1.6% over 2014. According to Caged, 1.5 million registered workers

³ IBRE/FGV, January 2016.

⁴ Focus Bulletin, February 12, 2016.

⁵ Idem.

were layoff in 2015. As for income, after ten years of consecutive annual gain, the average real income (adjusted for inflation) for workers fell 3.7% compared to 2014. It was the first drop since 2004.

The collection of federal revenues in 2015 reached R \$ 1.221 trillion, a real decrease of 5.62% compared to 2014. It was the worst annual performance since 2010, considering the amounts adjusted for inflation. The result of the year was significantly influenced by the granting of Special Installment in 2014, which allowed the use of tax credits for the payment of debts. Other factors also impacted on federal revenues were tax compensation, tax exemptions, and the poor performance of the main macroeconomic indicators that influence the tax collection.

Economic Activity in Rio de Janeiro

In the last two months of the year, Rio de Janeiro Industry fell 2.1%, over the same period last year. With this sequence of negative results, the industry shrank 6.5% in 2015, the second consecutive annual decline in industrial production and the more intense negative result since 2012 (-6.9%). The lower dynamism was particularly influenced by factors related to the decrease in the production of capital goods (especially transport equipment); intermediate goods; durable goods; and semi-durable and non-durable (medicines, textiles, clothing, food and beverages).

Oil & Gas and Mining was the main positive contribution in the year (+5.3%), driven especially by higher extraction of crude oil and natural gas. According to Petrobras, the highlight of 2015 was the 'rapid growth in production' from the FPSO Cidade de Mangaratiba, installed in the pre-salt Santos Basin. There was an earlier entry into operation of FPSO Cidade de Itaguaí, from November to July, also in the Santos Basin. Finally, the production of the Marlim field stabilized at 200,000 barrels per day and the Roncador field reached the peak, overcoming the barrier of 400,000 barrels per day.

The Manufacturing Industry, on the other hand, shrank 11.2% in the year. It highlights the wide downturn, considering that twelve of the thirteen activities in which is subdivided showed a decline in production. The main negative impacts came from 'coke, oil products and biofuels' (-11.9%) and 'vehicles, trailers and bodies' (-32.8%). These activities were pressured mainly by lower production of fuels, especially diesel oil; and trucks and buses, respectively. Other activities that presented a decrease more than 10%: 'rubber products and plastic materials' (-12.6%), 'metal products, except machinery and equipment' (-12.5%), 'non-metallic mineral products' (-11.0%) and 'food products' (-10.2%).

Retail Sales (restricted) also retracts in Rio de Janeiro, showing a drop of 5.5% in November-December 2015 over the same period last year. Since the March-April (positive result in January-February), the volume of sales in the ERJ has decreased. Consequently, it retracted 3.2% accumulated in 2015 (+3.2% in 2014). Analyzed by activity, three of them presented positive change in year: 'equipment and office supplies, computer and communication' (+19.6%), 'other articles of personal and domestic use' (+3.1%), and 'pharmaceutical, medical, orthopedic and perfumery articles' (+2.2%). In other activities, sales retreated, especially 'furniture and household appliances' (-16.4%), 'books, newspapers, magazines and stationery articles' (-9.7%) and 'textiles, apparel and footwear' (-8.5%).

Expanded retail sales, in turn, decreased 8.0% in Rio de Janeiro in the year, highlighting again 'vehicles, motorcycles, parts and accessories' (-18.2%). 'Building material' activity also recorded a negative result in 2015 (-10.3%). Thus 'vehicles, motorcycles, parts and accessories' and 'furniture and household appliances' continue to be, of all activities, those with the largest declines in sales volume. It is no surprise considering that the credit enhancement and the fall in real income mainly affect the sectors of durable consumer goods.

The service sector in the state appears with a decline of 3.1% in 2015. The highlights are the 'services rendered to families' and 'professional, administrative and complementary', which retreated 9.0% and 9.4%, respectively. On the other hand, 'information and communication services' remained practically unchanged from the previous year, growing 0.34% in the period.

Exports made by RJ reached US \$ 17.0 billion in 2015, down 24.7% over 2014. This result is due to the reduction of operations with Basic products (-30.9%) representing 53% of total sales in the period. Also noteworthy are the operations with industrialized products, which shrank 14.6%, representing 43% of the total. On the import side, goods receipt also fell considerably (-20.4%) to \$ 17.2 billion. Reductions are observed in operations with industrialized products (-14.9%), representing 81% of total sales in the period, and Basic products (-37.9%), 19% of the total. The balance for the period was a deficit of US \$ 145.8 million.

The IPCA index in the state of Rio de Janeiro increased by 1.24% in November and December 2015, each. Regarding Brazil, the indexes in the same period were 1.01% and 0.96%, respectively. It should be noted that inflation in Rio de Janeiro reached 10.52% in 2015, variation higher than in 2014 (+7.60%). The groups with the highest increases in the year were Housing (19.0%), Food and Beverages (11.4%), Personal Expenses (9.8%) and Health and Personal Care (9.7%). The increase in Housing is a result of increased energy. In Food and Beverages, the index was driven eating-out products. The group Personal Expenses reflects the domestic employees' increases, as well as increases in several items in recreation. Finally, the Health and Personal Care group was mainly impacted by the increase in 'health insurance' (+9.86%). Among the groups with the smallest variations in the period, Clothing and Household articles showed a slight increase and Communication deflated.

In the labor market, the economically active population in RMRJ grew 0.53% in 2015. As for the employed population in Rio de Janeiro, it reduced 1.1% in the same period, highlighting registered workers which fell by 2.8% in the period; and the informal sector (35% on average for the year), with self-employment acquitting part of unemployment (+2.4%) and unregistered workers decreasing 3.2%. Still outnumber the jobs 'Military or civil servants' (+3.9%). The combination of movements culminated in the rise of the unemployment rate in Rio de Janeiro: the average rate in 2015 was 5.2 and in 2014, 3.5. It is observed that the unemployed population in the state increased by 49%.

Assessing the economic activities in the period, the occupation of Rio de Janeiro was driven by hiring 'Public administration, defense, social security, education, health and social services' (+3.8%), corresponding to 21% of the average occupancy in 2015. On the other hand, in the other activities there



was a decrease of occupation, particularly: 'construction' (-5.2%), corresponding to 7%, 'financial intermediation and real estate activities, rents and services rendered to enterprises' (-4.1%), corresponding to 15%, 'mining and quarrying, manufacturing industry, and production and distribution of electricity, gas and water' (-2.0%), corresponding to 12%, and 'trade, repair of motor vehicles and personal and household goods' (-1.7%), corresponding to 18%. As for the average real income of workers in RMRJ (December 2015 prices), in 2015 it decreased 4.0% over the previous year, reversing the trend observed last year.

Addressing only registered workers, the CAGED data show that in 2015 there were net disconnections totaling 178,822 jobs in the state of Rio de Janeiro, much lower result than in the previous year (34,744 net admissions in 2014). The situation this year is due to the volume of net disconnections in the sectors 'services' (-67,047), 'industry' (-46,504) and 'construction' (-39,021).

I. Panorama Econômico

I.1 O Contexto Internacional e Doméstico⁶.

A economia mundial continua se ajustando às mudanças em curso: desaceleração generalizada nas economias de mercado, reequilíbrio da China, preços mais baixos das commodities, e a saída gradual das condições monetárias extremamente acomodáticas nos Estados Unidos. Embora a situação seja incerta, o FMI⁷ projeta para o ano crescimento de 3,4%. Logo, caso os desafios-chave não forem gerenciados com sucesso, o crescimento global poderá ser prejudicado.

Nos Estados Unidos, na reunião de janeiro, o Comitê de Mercado Aberto do Fed votou por manter a taxa de juros de curto prazo entre 0,25% e 0,5%, não havendo perspectiva de aumento da taxa em 0,25 pontos percentuais em março. Os membros do comitê avaliam que os riscos para a economia dos EUA aumentaram devido à situação econômica e financeira global, não se conhecendo ainda os efeitos sobre a economia dos EUA. Assim, entendem ser prudente esperar para obter informações adicionais sobre a atividade e sobre as perspectivas de aumento da inflação antes de decidir sobre a próxima elevação da taxa dos fundos federais. Internamente, apesar de desaceleração do crescimento econômico, o mercado de trabalho americano continua a ser uma base sólida, com o número de trabalhadores solicitando seguro desemprego caindo mais que o esperado.

Na Zona do Euro, o Conselho de Política Monetária do BCE manteve as taxas de juros de dezembro 2015. A decisão em janeiro de 2016 foi fundamentada no consumo privado em crescimento, apoiado por preços do petróleo mais baixos, condições financeiras fáceis (compensando o enfraquecimento das exportações líquidas), e nas medidas de política monetária adotadas em dezembro. Contudo, apesar da extensão do programa de compra de título do governo da zona do euro e de outros ativos até março de 2017, a inflação foi praticamente nula (-0,016%, estimada) em 2015, abaixo da meta de 2% estabelecida; o PIB cresceu 1,5% no ano, acima do observado em 2014 (+1,0%); e a taxa de desemprego média do ano em 2015 ficou em 9,4, abaixo da observada em 2014 (10,2).

Na China, a política econômica atual emite sinais ambíguos, aumentando as incertezas dos investidores e aprofundando as preocupações sobre a perspectiva para o crescimento mundial. Observa-se que a recente saída de capitais da China tem sido impulsionada principalmente pelo aumento do ceticismo sobre o PBoC manter o Yuan estável. Quanto à atividade econômica, o PIB da segunda maior economia do mundo cresceu 6,9% em 2015, o mais lento crescimento em um quarto de século. Este resultado é devido a: exportações mais fracas, fábrica com capacidade ociosa, investimento em desaceleração, mercado imobiliário desacelerado e elevados níveis de endividamento.

No Brasil, o ano de 2015 foi caracterizado por uma queda generalizada da atividade econômica. Isto é, entre janeiro e dezembro, houve retração em 'Serviços' (-3,6%), 'Indústria' (-8,3%) e 'Comércio varejista restrito' (-4,3%). Observa-se que, no caso de comércio varejista, se considerados 'material de construção'

⁶ Esta análise utiliza dados disponíveis até 19/02/2016.

⁷ IMF World Economic Outlook (WEO) Update, January 2016.

e 'veículos, motocicletas, partes e peças' (comércio varejista ampliado), o recuo é ainda maior (-8,6%). Para o ano, em todos os casos os percentuais foram os piores desde o início das respectivas séries históricas. Na indústria, destaque positivo para Indústria Extrativa (+3,9%) e negativo para Indústria de Transformação (-9,9%), em especial 'bens de capital' (-25,5%) e 'bens de consumo duráveis' (-18,7%). No comércio varejista, destaques para 'veículos, motocicletas, partes e peças' (-17,8%), 'móveis e eletrodomésticos' (-14,0%) e 'hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo' (-2,5%). Em Serviços, destaques para 'transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio' (-6,1%) e 'serviços profissionais, administrativos e complementares' (-4,3%).

Considerando a tendência apresentada ao longo do ano, pode-se entender que a atividade econômica ainda não apresenta sinais concretos de recuperação. Com isso, a expectativa é de queda de 3,7% do PIB⁸ em 2015. Para 2016, projeta-se o mesmo pessimismo de 2015, com a continuidade da queda generalizada nas atividades, resultando na expectativa de queda de 3,3% do PIB⁹. A explicação para essa recessão prolongada é a contração da demanda doméstica em andamento, e sem sinais de esgotamento.

Um alívio para a situação econômica brasileira atual é a Balança Comercial, que registrou em dezembro o décimo superávit consecutivo (US\$ 6,24 bi), novamente ocasionado pela queda tanto nas exportações (-4,0%) quanto nas importações (-38,7%). No acumulado em 2015, as exportações e importações recuaram, respectivamente, 14,1% e 24,3%. A combinação da redução no comércio foi o saldo positivo no valor de US\$ 19,68 bi (US\$ -4,05 bi em 2014), o melhor resultado para o período desde 2011 (US\$ 29,79 bi). Observa-se que, mesmo com o câmbio favorável e o aumento de 10% na quantidade exportada em 2015, as exportações sofreram um forte impacto (em valor) em função da enorme queda dos preços internacionais das commodities (-22%), que dominam grande parte das exportações brasileiras e explicam a queda das exportações de produtos básicos em 2015 (-19,5%), com destaque para minério de ferro (-44,8%) e petróleo em bruto (-27,1%). Os manufaturados e semimanufaturados também apresentaram queda, respectivamente, de 8,2% e 7,9%, com destaque para óleos combustíveis (-61,8%) e ferro fundido (-24,2%). Nas importações, destaque para combustíveis e lubrificantes (-44,3%) e bens de capital (-20,2%).

Quanto à inflação, o IPCA de dezembro (+0,96%), apesar de inferior ao registrado em novembro (+1,01%), foi o resultado mais elevado para o mês desde dezembro de 2002 (+2,10%). Os destaques para o mês foram Alimentação e Bebidas (+1,50%) e Transportes (+1,36%), que juntos representaram 66% do total do índice em dezembro. No ano, o índice geral variou 10,67% (+6,41% em 2014), a maior variação desde 2002 (+12,53%). Sobressaem-se Alimentação e Bebidas (+12,03%), Habitação (+18,31%) e Transportes (+10,16%), que somados corresponderam a 71% da variação do índice. Em especial, combustíveis e energia elétrica representaram, sozinhos, 24% do IPCA em 2015 e devem sofrer novos aumentos em 2016, mesmo em menor intensidade que em 2015. Assim, a variação do IPCA deve ser bem inferior em 2016 (+7,61%)¹⁰, mas ainda acima do teto da meta estabelecida (6,5%).

⁸ IBRE/FGV, janeiro de 2016.

⁹ Boletim Focus de 12/02/2016.

¹⁰ Idem.

No mercado de trabalho, a taxa de desemprego em dezembro (6,9%), apesar de ter recuado em comparação a novembro (7,5%), foi a maior para o mês desde 2007. No ano, a taxa de desemprego média no Brasil foi de 6,8% (contra 4,8% em 2014). O aumento de 2 pontos percentuais entre os anos foi o maior registrado na série histórica iniciada em 2003. A população ocupada foi estimada em 23,3 milhões de pessoas (média), retraindo 1,6% em relação a 2014. Segundo o Caged, foram fechadas 1,5 milhão de vagas com carteira em 2015. Quanto à renda, depois de dez anos de ganhos anuais seguidos, a média do rendimento real (ajustado pela inflação) dos trabalhadores caiu 3,7% em relação a 2014. Foi a primeira queda desde 2004.

A arrecadação de tributos pela Receita Federal em 2015 alcançou R\$ 1,221 trilhão, queda real de 5,62% em relação ao ano de 2014. Foi o pior desempenho anual desde 2010, considerando os valores corrigidos pela inflação. O resultado do ano foi significativamente influenciado pela concessão de Parcelamentos Especiais em 2014, que permitiu o aproveitamento de créditos fiscais para o pagamento de débitos. Outros fatores que também impactaram na arrecadação federal foram as compensações tributárias, as desonerações tributárias, e o fraco desempenho dos principais indicadores macroeconômicos que influenciam a arrecadação de impostos.

Atividade econômica do Rio de Janeiro

A Indústria fluminense no último bimestre do ano caiu 2,1% em relação ao mesmo período no ano anterior. Com essa sequência de resultados negativos, a indústria encolheu 6,5% em 2015, segundo ano seguido de queda na produção industrial e o resultado negativo mais intenso desde 2012 (-6,9%). O menor dinamismo foi particularmente influenciado por fatores relacionados à diminuição na fabricação de bens de capital (em especial aqueles voltados para equipamentos de transportes); bens intermediários; bens de consumo duráveis; e bens de consumo semi e não duráveis (medicamentos, produtos têxteis, vestuário, bebidas e alimentos).

A indústria extrativa exerceu a principal contribuição positiva no ano (+5,3%), impulsionada especialmente pela maior extração de óleos brutos de petróleo e gás natural. Segundo a Petrobrás, o destaque de 2015 foi o 'rápido crescimento da produção' do FPSO Cidade de Mangaratiba, instalado no pré-sal da Bacia de Santos. Houve a antecipação, de novembro para julho, do início de operação do FPSO Cidade de Itaguaí, também na Bacia de Santos. Por fim, a produção do campo de Marlim estabilizou em 200 mil barris diários e o campo de Roncador chegou ao pico, superando a barreira dos 400 mil barris diários.

A indústria de transformação, por outro lado, retraiu 11,2% no ano. Destaca-se a retração ampla, tendo em vista que doze das treze atividades em que é subdividida mostraram queda na produção. Os principais impactos negativos vieram de 'Coque, produtos derivados do petróleo e biocombustíveis' (-11,9%) e 'Veículos automotores, reboques e carrocerias' (-32,8%). Estas atividades foram pressionadas, sobretudo pela menor fabricação de combustíveis, em especial óleo diesel; e de caminhões e ônibus, respectivamente. Outras atividades apresentaram queda acima de 10%: 'Produtos de borracha e de material plástico' (-12,6%), 'Produtos de metal, exceto máquinas e equipamentos' (-12,5%), 'Produtos de minerais não metálicos' (-11,0%), e 'Produtos alimentícios' (-10,2%).

O comércio varejista (restrito) também retraiu no Rio de Janeiro, apresentando queda de 5,5% no 6º bimestre do ano, na comparação com o ano anterior. Desde o 2º bimestre (resultado positivo em janeiro-fevereiro), o volume de vendas no ERJ vem decrescendo. Conseqüentemente, houve redução de 3,2% do volume no acumulado de 2015 (+3,2% no mesmo período de 2014). Analisando por atividade, no ano três apresentaram variação positiva: 'Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação' (+19,6%), 'Outros artigos de uso pessoal e doméstico' (+3,1%), e 'Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos' (+2,2%). Nas demais atividades, as vendas retraíram, destacando-se 'Móveis e eletrodomésticos' (-16,4%), 'Livros, jornais, revistas e papelaria' (-9,7%) e 'Tecidos, vestuário e calçados' (-8,5%).

O comércio varejista ampliado, por sua vez, no ano decresceu 8,0% no Rio de Janeiro, com destaque novamente para 'Veículos, motocicletas, partes e peças' (-18,2%). O segmento 'Material de construção' também registrou resultado negativo em 2015 (-10,3%). Assim sendo, 'Veículos, motocicletas, partes e peças' e 'Móveis e eletrodomésticos' continuam sendo, entre todas as atividades, aquelas com as maiores quedas no volume de vendas. Não é nenhuma surpresa se considerarmos que o encarecimento do crédito e a queda do rendimento real afetam, principalmente, os setores de bens de consumo duráveis.

O setor de serviços no estado aparece com queda de 3,1% em 2015. Os destaques são os 'Serviços prestados às famílias' e 'Serviços profissionais, administrativos e complementares', que retraíram 9,0% e 9,4%, respectivamente. Por outro lado, 'Serviços de informação e comunicação' ficou praticamente igual ao ano anterior, crescendo 0,34% no período.

As exportações realizadas pelo RJ alcançaram US\$ 17,0 bilhões em 2015, redução de 24,7% em relação a 2014. Este resultado é devido à redução das operações com produtos Básicos (-30,9%) que representam 53% do valor total comercializado no período. Destacam-se também as operações com produtos Industrializados, as quais retraíram 14,6%, as quais representam 43% do total. Do lado das importações, a entrada de mercadorias também reduziu consideravelmente (-20,4%), alcançando US\$ 17,2 bilhões. São observadas reduções nas operações com produtos Industrializados (-14,9%), que representam 81% do valor total comercializado no período, e com produtos Básicos (-37,9%), 19% do valor total. O saldo no período foi de déficit de US\$ 145,8 milhões.

O IPCA no Estado do Rio de Janeiro registrou variação de 1,24% nos meses de novembro e dezembro de 2015, cada. Em relação ao Brasil, os índices apresentados foram de 1,01% e 0,96% no mesmo período. Ressalte-se que a inflação no Rio de Janeiro alcançou 10,52% em 2015, variação superior à observada em 2014 (+7,60%). Os grupos que apresentaram as maiores altas no ano foram Habitação (19,0%), Alimentação e Bebidas (11,4%), Despesas Pessoais (9,8%) e Saúde e Cuidados Pessoais (9,7%). O aumento no grupo Habitação é consequência do aumento da energia. Em Alimentação e Bebidas, índice foi puxado por alimentação fora do domicílio. O grupo Despesas Pessoais reflete os reajustes praticados em empregados domésticos, além de diversos itens em recreação. Por fim, o grupo Saúde e Cuidados Pessoais foi principalmente impactado pela alta em 'Plano de Saúde' (+9,86%). Entre os grupos que apresentaram as menores variações no período, Vestuário e Artigos de Residência apresentaram ligeira alta e Comunicação apresentou deflação.

No mercado de trabalho, a população economicamente ativa da RMRJ cresceu 0,53% em 2015. Quanto à população ocupada no Rio de Janeiro, esta reduziu 1,1% no mesmo período, destacando-se os postos de trabalho 'Com carteira assinada', que apresentaram queda de 2,8% no período; e o setor informal (35% na média do ano), com emprego por 'Contra própria' absolvendo parte do desemprego (+2,4%) e emprego 'Sem carteira assinada' diminuindo 3,2%. Ainda se sobressaem os postos de trabalho 'Militares ou funcionários públicos estatutários' (+3,9%). A combinação dos movimentos culminou no aumento da taxa de desocupação no Rio de Janeiro: a taxa média em 2015 foi 5,2 e em 2014, 3,5. Observa-se que a população desocupada no estado aumentou 49%.

Avaliando os setores econômicos no período, a ocupação no Rio de Janeiro foi impulsionada pelas contratações na atividade 'Administração pública, defesa, seguridade social, educação, saúde e serviços sociais' (+3,8%), correspondendo a 21% da ocupação média do ano. Por outro lado, nas demais atividades houve recuo da ocupação, com destaque para: 'Construção' (-5,2%), correspondendo a 7%, 'Intermediação financeira e atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados à empresa' (-4,1%), correspondendo a 15%, 'Indústria extrativa e de transformação e produção e distribuição de eletricidade, gás e água' (-2,0%), correspondendo a 12%, e 'Comércio, reparação de veículos automotores e de objetos pessoais e domésticos' (-1,7%), correspondendo a 18%. Quanto ao rendimento médio real dos empregados na RMRJ (a preços de dezembro de 2015), em 2015 houve queda 4,0% em relação ao ano anterior, revertendo a trajetória observada no ano passado.

Tratando apenas dos empregos com carteira assinada, os dados do CAGED mostram que em 2015 houve desligamentos líquidos no Estado do Rio de Janeiro no total de 178.822 postos, resultado muito inferior ao observado no ano anterior (34.744 admissões líquidas em 2014). A situação deste ano é decorrente do volume de desligamentos líquidos nos setores 'Serviços' (-67.047), 'Indústria' (-46.504) e 'Construção Civil' (-39.021).

II. Metas Bimestrais de Arrecadação e Cronograma de Desembolso do Estado do Rio de Janeiro

As receitas e metas bimestrais de arrecadação para 2014 foram divulgadas no Anexo I da Resolução SEFAZ Nº 842 de 10 Fevereiro de 2015.

- Receita Total Realizada

Bimestre: R\$ 15.467,80 milhões / 110,8% da meta realizada.
Acumulado: R\$ 79.086,90 milhões / 101,8% da meta realizada.

Tabela 1

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2015	RECEITA REALIZADA (NOV - DEZ) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2015	RECEITA REALIZADA (JAN - DEZ) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES ⁽¹⁾	12.732,71	12.138,48	95,3%	68.272,56	72.316,11	105,9%
RECEITAS DE CAPITAL ⁽¹⁾	1.225,04	3.329,32	271,8%	9.451,76	6.770,79	71,6%
TOTAL	13.957,76	15.467,80	110,8%	77.724,32	79.086,90	101,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes¹¹ são os ingressos de recursos financeiros oriundos das atividades operacionais que não decorrem de uma mutação patrimonial, ou seja, são receitas efetivas.

Já as receitas de capital¹² são as entradas de recursos financeiros decorrentes de atividades operacionais ou não operacionais derivadas da obtenção de recursos mediante a constituição de dívidas, amortização de empréstimos e financiamentos ou alienação de componentes do ativo permanente.

A receita total realizada, no 6º bimestre de 2015, atingiu o montante de R\$ 15.467,80 milhões, valor que ficou acima da meta estipulada para o período em 10,8% ou; R\$ 1.510,04 milhões.

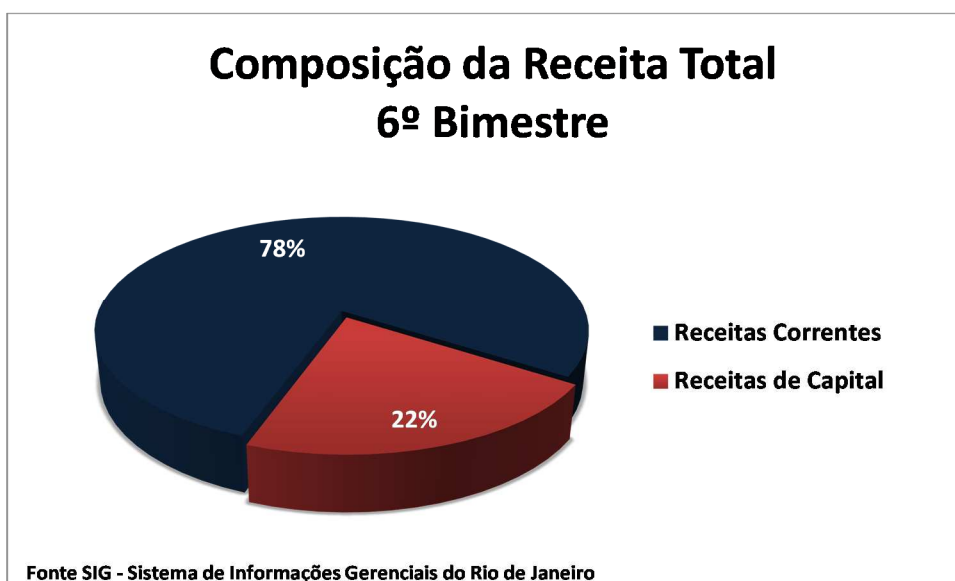
A receita total realizada, em 2015 ultrapassou a meta em 1,8% e atingiu o montante de \$ 79.086,90 milhões.

¹¹ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 24, 4ª Edição.

¹² Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 27, 4ª Edição.

O cumprimento da meta, no bimestre, ocorreu devido às receitas de capital que superaram a meta estabelecida em R\$ 2.104,28 milhões. As receitas de operações de crédito e de alienações de bens foram responsáveis para o bom desempenho das receitas de capital. Já as receitas correntes não obtiveram o mesmo desempenho. Tais receitas totalizaram R\$ 12.138,48 milhões, 95,3% do previsto, R\$ 594,23 milhões abaixo da meta. Contribuíram para o descumprimento da meta as receitas tributárias e patrimoniais, principalmente. Mais informações acerca das Receitas Correntes na seção IV.

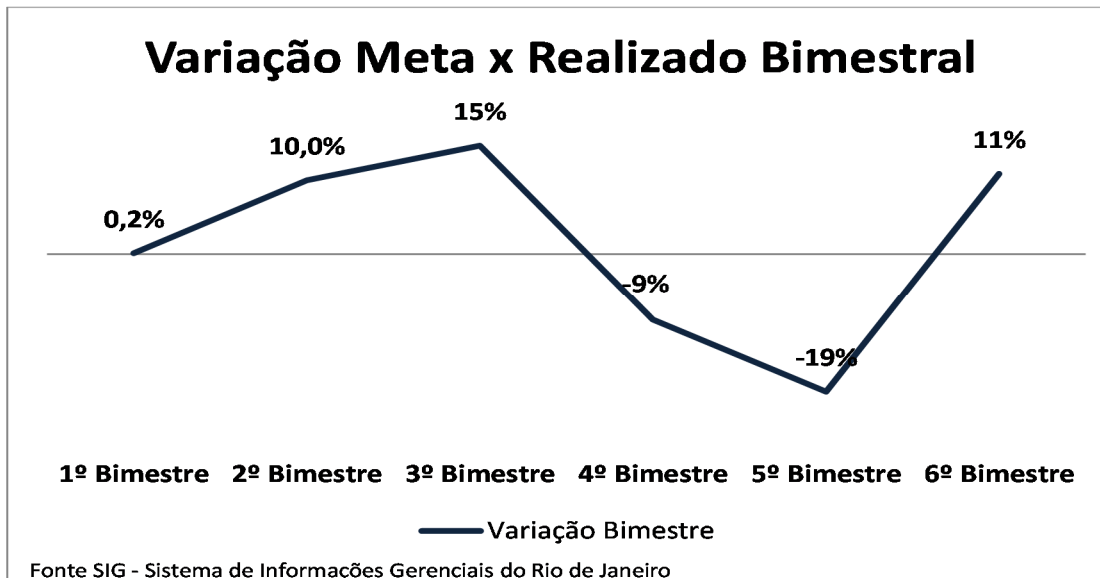
Gráfico 1



No ano de 2015, a receita total realizada alcançou 101,8% da meta prevista, atingindo o valor de R\$ 79.086,90 milhões. A superação da meta da receita prevista para o ano de 2015 ocorreu devido às receitas correntes as quais ultrapassaram a meta prevista em 5,9% ou, em valores absolutos, R\$ 4.043,55 milhões, atingindo o montante de R\$ 72.316,11. Já as receitas de capital totalizaram R\$ 6.770,79, no ano, 71,6% da meta estabelecida para o período.



Gráfico 2



- Receita Corrente Realizada

Bimestre: R\$ 12.138,48 milhões / 95,3% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 72.316,11 milhões / 105,9% da meta realizada.

Tabela 2

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2015	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS CORRENTES (1)	12.732,71	12.138,48	95,3%	68.272,56	72.316,11	105,9%
TRIBUTÁRIA	8.098,33	7.161,72	88,4%	45.105,46	43.414,67	96,3%
CONTRIBUIÇÕES	377,66	355,25	94,1%	1.671,34	1.914,27	114,5%
PATRIMONIAL	1.713,84	1.456,01	85,0%	7.696,47	6.477,26	84,2%
AGROPECUÁRIA	0,08	0,01	15,5%	0,48	0,05	10,8%
INDUSTRIAL	49,57	3,06	6,2%	198,42	128,15	64,6%
SERVIÇOS	98,49	48,42	49,2%	583,56	358,97	61,5%
TRANSF. CORRENTES	1.045,73	1.037,02	99,2%	6.160,36	5.931,51	96,3%
OUTRAS	401,61	1.570,94	391,2%	2.394,27	10.606,43	443,0%
INTRAORÇAMETÁRIA	947,40	506,06	53,4%	4.462,20	3.484,79	78,1%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

As receitas correntes são classificadas nos seguintes níveis de origem¹³:

- Receita Tributária: Arrecadação de impostos, taxas e contribuições de melhoria.
- Receita de Contribuições: Contribuições sociais, de intervenção no domínio econômico e de interesse das categorias profissionais ou econômicas.
- Receita Patrimonial: Rendimentos sobre investimentos do ativo permanente, de aplicações de disponibilidades em operações de mercado e outros rendimentos oriundos de renda de ativos permanentes.
- Receita Agropecuária: Receita da atividade ou da exploração agropecuária de origem vegetal ou animal.

A receita corrente alcançou, no 6º bimestre de 2015, o valor de R\$ 12.138,48 milhões.

¹³ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 25, 4ª Edição.

- e) Receita Industrial: Receita da atividade industrial de extração mineral, de transformação, de construção e outras, definidas como atividades industriais, de acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.
- f) Receita de Serviços: Receita da prestação de serviços de transporte, saúde, comunicação, portuária, armazenagem, inspeção e fiscalização, judiciária, processamento de dados, vendas de mercadorias e produtos inerentes à atividade da entidade e outros serviços.
- g) Transferência Corrente: Ingresso proveniente de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas correntes.
- h) Outras Receitas Correntes: Ingressos correntes provenientes de outras origens não classificáveis nas anteriores.

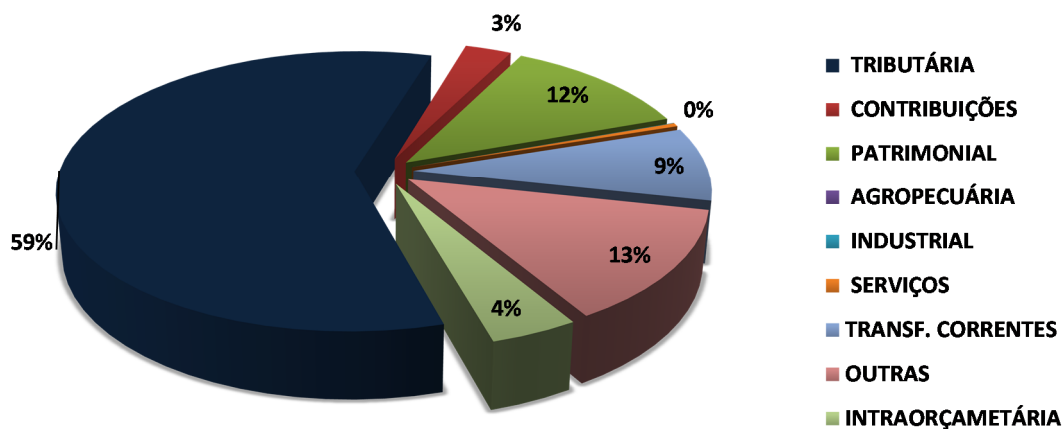
As receitas correntes, no sexto bimestre de 2015, totalizaram R\$ 12.138,48 milhões, o que representa 95,3% da meta estipulada para o período. O rendimento abaixo do esperado das Receitas Correntes está diretamente ligado ao fraco resultado das Receitas Tributárias. Já as Outras Receitas Correntes apresentaram um bom desempenho, totalizando no período R\$ 1.570 milhões, 391,2% da meta estabelecida. Este resultado foi obtido devido à transferência de recursos de depósitos judiciais tributários para o Tesouro do ERJ, segundo a lei federal 11.429/2006, que arrecadou R\$ 539,9 milhões em dezembro de 2015.

Já as receitas tributárias, principal receita do Estado, totalizaram 88,4% da meta projetada para o bimestre, atingindo o valor de R\$ 7.161,72 milhões. Já no acumulado de 2015, esta receita alcançou o montante de R\$ 43.414,67, valor 3,75% inferior ao período anterior. Seccionando a receita tributária, observa-se que apesar da receita do ICMS, principal tributo do estado, ter arrecadado o valor total de R\$ 5.562,20 milhões, no 6º bimestre, com uma variação positiva de 2,2% em comparação com o mesmo período do ano anterior, o esforço arrecadatório não foi suficiente para atingir a meta estabelecida da receita tributária para o período. No acumulado o ICMS arrecadou R\$ 31.982,75, representando um montante 1,3% superior ao que foi arrecadado no ano anterior.

As receitas tributárias representaram 60% das receitas correntes no ano acumulado de 2015.

Gráfico 3

Composição da Receita Corrente Realizada 6º Bimestre

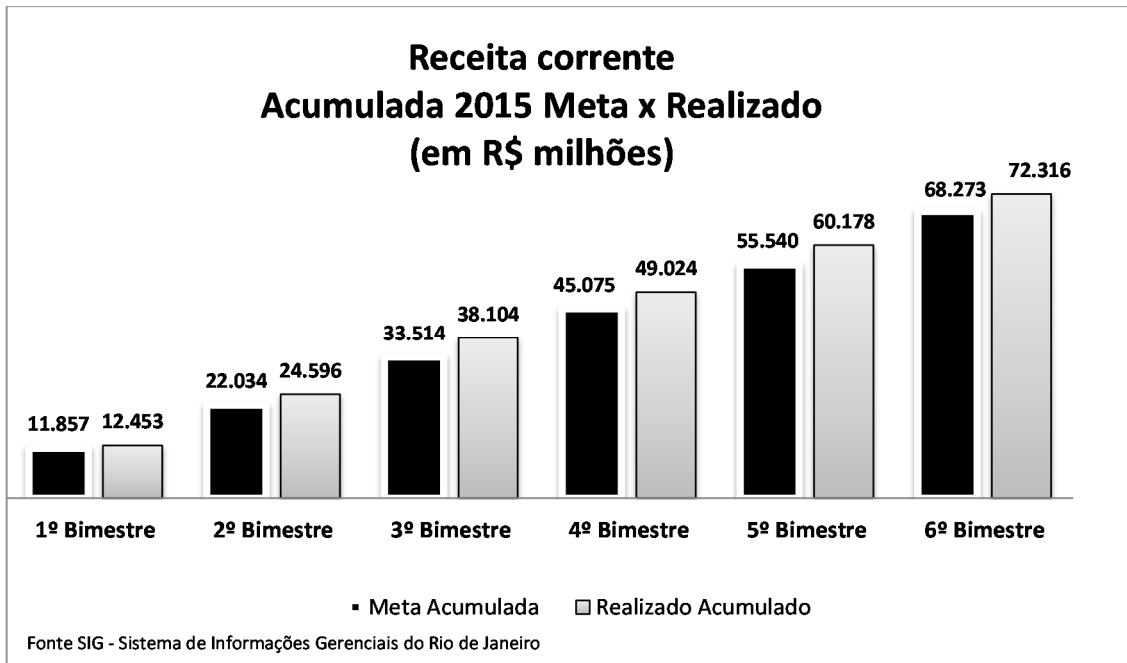


Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro

Com relação ao resultado acumulado das receitas correntes, as mesmas totalizaram R\$ 72.316,11 milhões. Tal resultado equivale a 105,9% da meta estipulada. Contribuíram para o cumprimento da meta, principalmente, as outras receitas correntes, que realizaram 443% da meta projetada para o período alcançando o valor de R\$ 10.606,43 milhões. Como dito em boletins anteriores, o aumento dessa receita se deveu à entrada dos recursos oriundos da Lei Complementar Estadual nº 147/2013, que dispõe sobre a utilização de parcela dos depósitos judiciais do Tribunal de Justiça. A citada lei foi responsável pelo ingresso de R\$ 6.770,89 milhões ao Tesouro Estadual.



Gráfico 4



- Receita de Capital Realizada

Bimestre: R\$ 3.329,32 milhões / 271,8% da meta realizada.

Acumulado: R\$ 6.770,79 milhões / 71,6% da meta realizada.

Tabela 3

Metas de Receita

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	META DE RECEITA (NOV - DEZ) 2015	RECETA REALIZADA (NOV - DEZ) 2015	% REALIZADO SOBRE A META DO BIMESTRE	META DE RECEITA (JAN - DEZ) 2015	RECETA REALIZADA (JAN - DEZ) 2015	% REALIZADO SOBRE A META ACUMULADA
RECEITAS DE CAPITAL⁽¹⁾	1.225,04	3.329,32	271,8%	9.451,76	6.770,79	71,6%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	1.083,43	2.111,88	194,9%	6.074,00	4.994,87	82,2%
ALIENAÇÃO DE BENS	2,53	1.071,08	42.410,1%	2.465,08	1.084,01	44,0%
AMORT. EMPRÉSTIMOS	40,00	8,80	22,0%	246,67	310,85	126,0%
TRANSF. CAPITAL	99,09	137,46	138,7%	665,92	380,60	57,2%
OUTRAS	0,00	0,00	-100,0%	0,10	0,00	0,0%
INTRAORÇAMENTÁRIA	0,00	0,10	100,0%	0,00	0,45	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

Nota: Segundo artigo 13º da LRF.

(1) Valores incluem Receitas Intraorçamentárias.

De acordo com a Lei nº 4.320/64, as receitas de capital são classificadas nos seguintes níveis de origem¹⁴:

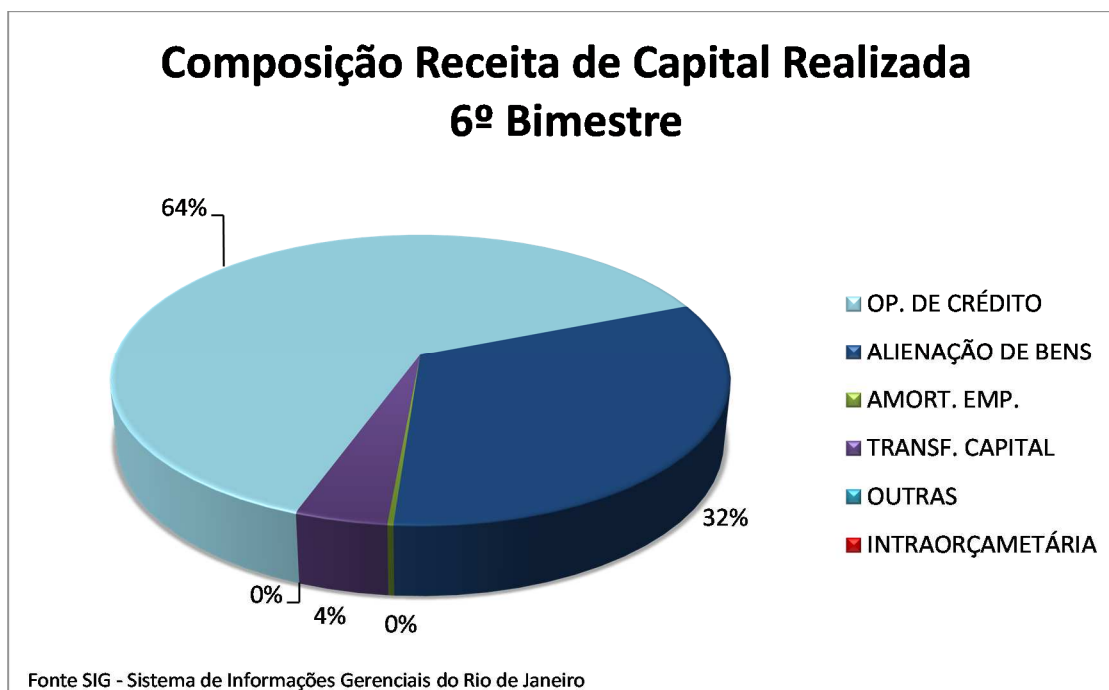
- i. Operações de Crédito: São os ingressos provenientes da colocação de títulos públicos ou da contratação de empréstimos e financiamentos obtidos junto a entidades estatais ou privadas.
- ii. Alienação de Bens: Valores oriundos da alienação de componentes do ativo permanente.
- iii. Amortização de Empréstimos: É o ingresso decorrente da amortização, ou seja, parcela referente ao recebimento de parcelas de empréstimos ou financiamentos concedidos em títulos ou contratos.
- iv. Transferência de Capital: É o ingresso resultante de outros entes ou entidades, referente a recursos pertencentes ao ente ou entidade recebedora ou ao ente ou entidade transferidora, efetivado mediante condições preestabelecidas ou mesmo sem

¹⁴ Fonte: Manual de Procedimentos de Receitas Públicas do Tesouro Nacional, página 28, 4ª Edição.

qualquer exigência, desde que o objetivo seja a aplicação em despesas de capital.

- v. Outras Receitas de Capital: São os ingressos de capital advindos de outras origens não classificáveis nas anteriores.

Gráfico 5



No sexto bimestre de 2015, as receitas de capital realizaram 271,8% da meta estimada para o período ou em valores absolutos: R\$ 3.329,32 milhões. Esse desempenho decorreu, principalmente, em função das operações de crédito e das receitas de alienação de bens.

As receitas de operações de crédito, no sexto bimestre, atingiram o montante de R\$ 2.111,88 milhões. Este valor correspondeu a 194,9% da meta. O resultado ocorreu em função da alteração do cronograma de desembolso das receitas de operações de crédito que previa o recebimento das mesmas no decorrer do ano. Todavia, os desembolsos não foram liberados no momento inicialmente previsto, o que ocasionou um volume maior de desembolsos no último bimestre de 2015. Já a receita proveniente de alienações de bens atingiu o valor de R\$ 1.071,08 milhão, 42.410,1% do previsto. Este resultado ocorreu devido à venda da carteira do FUNDES, em novembro, pelo valor aproximado de R\$ 1.060,00 milhões.

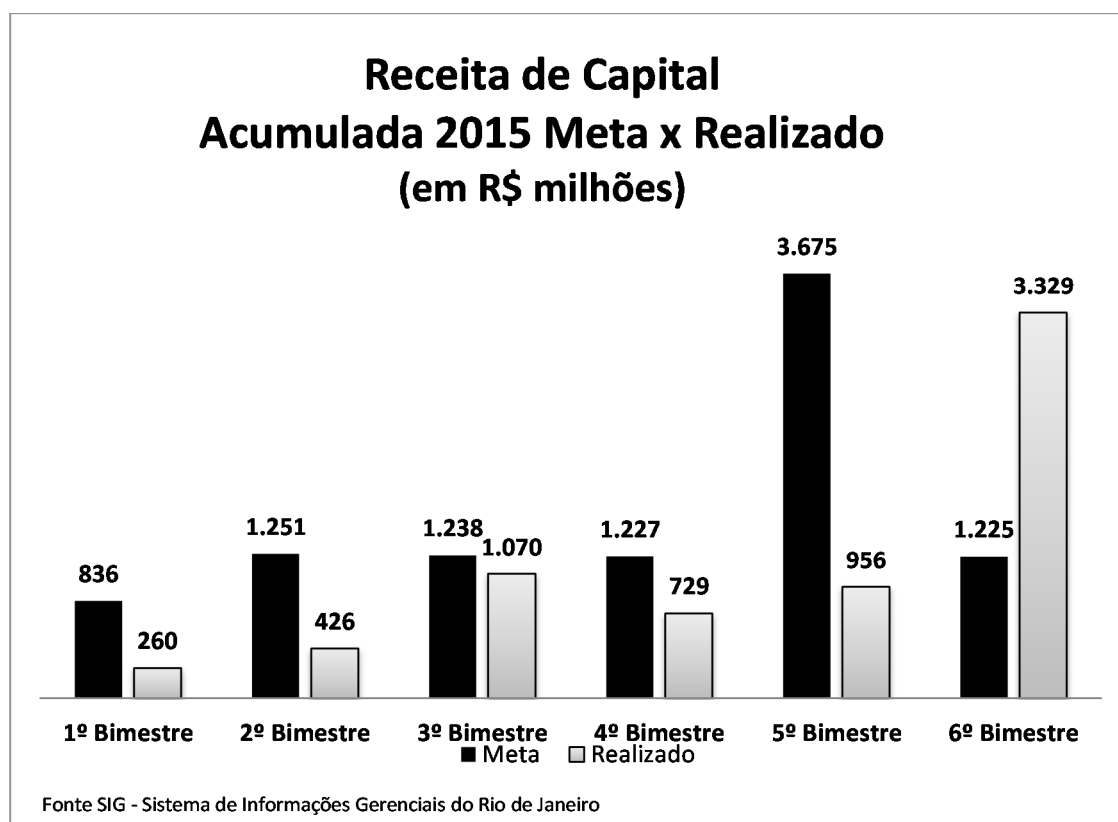
O resultado acumulado das receitas de capital totalizou R\$ 6.770,79 milhões, 71,6% da meta do período. O desempenho das operações de crédito e das alienações de bens foi determinante para este

As receitas de capital atingiram o montante de R\$ 3.329,32 milhões no 6º bimestre 2015, o que representa 271,8% da meta proposta.

resultado. Em relação às operações de crédito, o resultado do ano foi de R\$ 4.994,87 milhões, alcançando 82,2% do previsto. Como informado nos Boletins anteriores, esse resultado ocorreu devido ao descasamento entre a previsão e a ocorrência dos desembolsos. Fazendo com que no último bimestre do ano ocorresse um maior volume de desembolsos, porém não suficiente para atingir a meta determinada. Em relação às alienações de bens o resultado foi de R\$ 1.084 milhões, 44,0% da meta determinada.

Outras informações sobre as receitas de capital na seção IV.II deste Boletim.

Gráfico 6



**III. Resultados Fiscais¹⁵****III.I Resultado Orçamentário****Bimestre: - R\$ 1.083,19 milhões / - 324,8%****Acumulado: - R\$ 3.977,20 milhões / - 963,2%****Tabela 4**

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014 - 2015.

Resultado Orçamentário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL LIQUIDA(A)	15.678,47	12.081,30	-22,9%	75.790,99	61.654,17	-18,7%
I.1 RECETA CORRENTE	11.596,34	8.245,92	-28,9%	57.708,92	51.398,59	-10,9%
I.2 RECETA DE CAPITAL	3.030,92	3.329,22	9,8%	13.634,68	6.770,34	-50,3%
I.3 RECETA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.051,21	506,16	-51,8%	4.447,38	3.485,24	-21,6%
II. DESPESA TOTAL LIQUIDA(B)	15.196,54	13.164,50	-13,4%	75.330,21	65.631,36	-12,9%
II.1 DESPESA CORRENTE	11.884,74	9.935,58	-16,4%	59.701,66	51.812,54	-13,2%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.246,72	2.829,37	25,9%	11.153,28	10.093,62	-9,5%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.065,09	399,55	-62,5%	4.475,27	3.725,21	-16,8%
RES. ORÇAM. (A-B)	481,92	-1.083,19	-324,8%	460,78	-3.977,20	-963,2%

Fonte: RREO Anexo I- 6º Bimestre de 2015 emitido em 27/01/2016

O resultado orçamentário, proveniente do balanço orçamentário, demonstra o resultado entre as receitas e as despesas realizadas. O resultado da execução orçamentária pode ser superavitário ou deficitário.

O resultado orçamentário, no 6º bimestre de 2015, foi deficitário em R\$ 1.083,19 milhões.

O resultado orçamentário, no 6º bimestre de 2015, foi negativo em R\$ 1.083,19 milhões, com uma variação negativa de -324,8 % em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado ocorreu devido à superioridade das despesas correntes sobre a respectiva receita. As despesas correntes ultrapassaram as receitas correntes e ocasionaram um déficit corrente de R\$ 1.689,65 milhões. Já as receitas de capital superaram as despesas de capital em R\$ 499,85 milhões.

No acumulado de 2015, o resultado orçamentário foi deficitário e foi decorrente da superioridade das despesas correntes e de capital frente às respectivas receitas. As receitas correntes realizaram R\$ 51.398,59 milhões, enquanto as despesas correntes R\$ 51.812,54 milhões, ocasionando um déficit corrente de R\$ 413,95 milhões. Já as

¹⁵ O Resultado Fiscal leva em conta as despesas apuradas até o final do prazo limite para a liquidação do orçamento de alguns itens, que ocorrem em janeiro do exercício subsequente, conforme definido no Decreto nº42/2010.

despesas de capital, no ano de 2015, totalizaram R\$ 10.093,62 milhões enquanto as receitas de capital somaram R\$ 6.770,34 milhões. Diante desses valores, o resultado orçamentário acumulado no ano atingiu o valor de - R\$ 3.977,20 milhões, com uma variação negativa de - 963,2 % frente ao acumulado de 2014.

III.II Resultado Orçamentário sem RIOPREVIDÊNCIA

Bimestre: - R\$ 2.261,90 milhões / - 4,1%
Acumulado: - R\$ 4.996,62 milhões / - 262,2%

Tabela 5

RESULTADO ORÇAMENTÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014 - 2015.
 Resultado Orçamentário sem o RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
I. RECEITA TOTAL LIQUIDA(A)	11.761,49	10.328,80	-12,2%	60.452,08	46.865,64	-22,5%
I.1 RECIBTA CORRENTE	9.858,50	6.907,96	-29,9%	50.429,49	39.613,43	-21,4%
I.2 RECIBTA DE CAPITAL	1.017,40	3.317,32	226,1%	8.019,13	6.592,50	-17,8%
I.3 RECIBTA INTRAORÇAMENTÁRIA	885,60	103,52	-88,3%	2.003,46	659,71	-67,1%
II. DESPESA TOTAL LIQUIDA(B)	13.933,48	12.590,70	-9,6%	61.831,71	51.862,26	-16,1%
II.1 DESPESA CORRENTE	10.621,67	9.361,78	-11,9%	46.203,15	38.043,44	-17,7%
II.2 DESPESA DE CAPITAL	2.242,44	2.829,35	26,2%	11.143,70	10.093,43	-9,4%
II.3 DESPESA INTRAORÇAMENTÁRIA	1.069,37	399,57	-62,6%	4.484,86	3.725,40	-16,9%
RES. ORÇAM. S/ RIOPREV. (A-B)	-2.171,99	-2.261,90	-4,1%	-1.379,63	-4.996,62	-262,2%
RES. ORÇAM. DO RIOPREVIDÊNCIA (C-D)	2.653,92	1.178,71	-55,6%	1.840,41	1.019,42	-44,6%
RES. ORÇAM. C/ RIOPREVIDÊNCIA (A-B)-(C-D)	481,92	-1.083,19	-324,8%	460,78	-3.977,20	-963,2%

Fonte: RREO Anexo I- 6º Bimestre de 2015 emitido em 27/01/2016
 SIG 19/01/2016

Analisando o resultado orçamentário sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, o sexto bimestre foi deficitário em R\$ 2.261,90 milhões. Observa-se que o resultado orçamentário do RIOPREVIDÊNCIA contribuiu positivamente para o resultado orçamentário do Estado, uma vez que seu resultado foi positivo em R\$ 1.178,71 milhões.

O resultado orçamentário do ano de 2015, sem considerar o RIOPREVIDÊNCIA, foi deficitário em R\$ 4.996,62 milhões. No acumulado, verifica-se o mesmo efeito que no bimestre, o RIOPREVIDÊNCIA contribuiu para o resultado consolidado, já que seu resultado orçamentário foi positivo em R\$ 1.019,42 milhões.

O resultado orçamentário, no 6º bimestre, excluindo o RIOPREVIDÊNCIA, foi deficitário em R\$ 2.261,90 milhões.

III.III Resultado Primário

Bimestre: - R\$ 755,30 milhões / 44,7%

Acumulado: - R\$ 3.627,58 milhões / 48%

Tabela 6

RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014-2015.

Resultado Primário

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	11.485,00	11.653,14	1,5%	57.173,03	50.971,13	-10,8%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	11.457,13	11.506,88	0,4%	56.835,01	50.590,53	-11,0%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	27,87	146,26	424,9%	338,02	380,60	12,6%
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (B)	12.850,81	12.408,44	-3,4%	64.147,21	54.598,71	-14,9%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	11.200,25	10.857,74	-3,1%	56.468,97	47.977,78	-15,0%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	1.650,56	1.550,71	-6,0%	7.678,24	6.620,93	-13,8%
RESULTADO PRIMÁRIO (A-B)	-1.365,82	-755,30	44,7%	-6.974,18	-3.627,58	48,0%

Fonte: RREO Anexo I- 6º Bimestre de 2015 emitido em 27/01/2016

O resultado primário mede o comportamento fiscal do governo no período, representando a diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras.

Analisando o resultado primário, no 6º bimestre, observa-se que a despesa primária total excedeu a receita primária total em R\$ 755,30 milhões, ocasionando um déficit no resultado primário do bimestre. Ao comparar com o mesmo período de 2014, observa-se uma variação positiva de 44,7%. Este resultado é consequência da prevalência das despesas primárias ou não financeiras, frente às receitas primárias ou não financeiras. As despesas primárias totais atingiram R\$ 12.408,44 milhões, com prevalência para a despesa primária corrente que alcançou R\$ 10.857,74 milhões enquanto as receitas primárias totais terminaram o bimestre com o valor de R\$ 11.653,14 milhões, com destaque para as receitas primárias correntes com o valor de R\$ 11.506,88 milhões.

No acumulado, o resultado primário foi deficitário em R\$ 3.627,58 milhões, porém com uma variação positiva de 48% frente a 2014. Tal resultado decorreu da superioridade das despesas totais frente às receitas totais. As despesas primárias totais totalizaram de R\$ 54.598,71 milhões com uma variação de -14,9% frente a 2014, enquanto as receitas primárias totais alcançaram o valor de R\$ 50.971,13 milhões (- 10,8% frente a 2014).

O ERJ obteve um resultado primário negativo de R\$ 3.627,58 milhões no ano de 2015.

**Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA****Bimestre: - R\$ 1.511,11 milhões / 18%****Acumulado: - R\$ 1.705,69 milhões / - 92,4%****Tabela 7**RESULTADO PRIMÁRIO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO SEM RIOPREVIDÊNCIA, 2014-2015
Resultado Primário excluindo RIOPREVIDÊNCIA

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (A)	9.739,79	10.323,37	6,0%	49.752,63	39.123,72	-21,4%
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES	9.738,75	10.178,48	4,5%	49.659,16	38.898,35	-21,7%
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	1,04	144,89	13865,8%	93,47	225,37	141,1%
DESPESAS PRIMÁRIA TOTAL (B)	11.582,44	11.834,48	2,2%	50.639,12	40.829,41	-19,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES	9.937,19	10.283,94	3,5%	42.970,47	34.208,68	-20,4%
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL	1.645,26	1.550,54	-5,8%	7.668,65	6.620,74	-13,7%
RESULTADO PRIMÁRIO S/ RIOPREV. (A-B)	-1.842,66	-1.511,11	18,0%	-886,48	-1.705,69	-92,4%
RESULTADO PRIMÁRIO DO RIOPREVIDENCIA	476,84	755,81	58,5%	-6.087,69	-1.921,89	68,4%

Fonte: RREO Anexo I- 6º Bimestre de 2015 emitido em 27/01/2016

SIG 19/01/2016

A análise do resultado primário desconsiderando o RIOPREVIDÊNCIA nos mostra que, no bimestre, sem este órgão, o resultado primário teria atingido o valor de - R\$ 1.511,11 milhões, com uma variação de + 18% frente ao mesmo período de 2014. Já No acumulado, o resultado primário excluindo o RIOPREVIDÊNCIA é de - R\$ 1.705,69 milhões, com uma variação de - 92,4% frente a 2014. Observa-se assim, que no ano de 2015, o RIOPREVIDÊNCIA impactou negativamente no resultado primário, já que o resultado primário consolidado do Estado se acentuou com a inclusão do Rioprevidência na conta.

Cronograma de Desembolso do Estado do RJ

- Despesa Total Realizada: R\$ 52,16 bilhões / 91,2%¹⁶

A dotação autorizada no Orçamento, em 2015, foi suplementada em R\$ 5,27 bilhões¹⁷ (aumento de 6,7%) em razão de mudanças orçamentárias tais como incorporação de superávit financeiro de convênios e contratação de operações de crédito. Entretanto, do orçamento autorizado (R\$ 83,61 bilhões), R\$ 3,93 bilhões permaneceram contingenciados (4,7%) por medida/necessidade de ajuste fiscal. A Tabela 8 sintetiza os dados apresentados.

A medida de controle (orçamentário e financeiro) é necessária em virtude do fluxo de ingressos apurado nas contas do Tesouro.

Ao longo do exercício, o comportamento da arrecadação das principais rubricas dita o ritmo da execução orçamentária, possibilitando a liberação das despesas represadas (no caso de superação das expectativas) ou a realização de novos contingenciamentos (frustração das receitas previstas).

Em 2015, a meta de execução, conforme divulgado no Cronograma de Desembolso (Resolução SEFAZ Nº 841 de 2015), foi de R\$ 70,85 bilhões. Neste período, a despesa total realizada (R\$ 59,34 bilhões) ficou abaixo do estimado em 16,2% (variação negativa de R\$ 11,51 bilhões).

Do total pago, uma parcela equivale ao RP (Restos a Pagar) do exercício anterior: do total inscrito (estoque de R\$ 3,03 bilhões), 89,2% (R\$ 2,70 bilhões) foram honrados pelo ERJ.

Este valor correspondeu a aproximadamente 4,6% do total executado no ano.

A Tabela 9 sintetiza a execução orçamentária e financeira do período.

Na análise por grupo de despesa, somente o Serviço da Dívida (Juros e Encargos somados com a Amortização do principal) registrou um grau de realização alinhado com o planejado.

Tabela 8

Valores em R\$

Lei Orçamentária do ERJ			
Análise do Orçamento ao longo do Exercício			
JANEIRO - DEZEMBRO			
DOTAÇÃO	INICIAL	78.338.675.053	-
	ATUAL	83.608.129.236	6,7%
	DISPONÍVEL	79.673.655.221	95,29%
CONTINGENCIADO		3.934.474.015	4,71%
EXPANSÃO ORÇAMENTÁRIA		5.269.454.183	-

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

*Exclui CEDAE, Imprensa Oficial e despesas intra-orçamentárias

Tabela 9 - Cronograma de Desembolso

R\$ Milhões

CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO - METAS DE EXECUÇÃO (art.8º/ LRF)*					
GRUPO DE DESPESA	JANEIRO A DEZEMBRO				Variação %
	METAS DE EXECUÇÃO**	DESP. ORÇAM. REALIZADA	RP 2014 PAGO***	DESP. TOTAL REALIZADA	
PESSOAL E ENC. SOCIAIS	20.551	17.992	703	18.695	91,0%
OUTRAS DESP. CORRENTES	35.867	25.789	1.437	27.226	75,9%
INVEST/INVERSÕES	7.436	5.861	562	6.423	86,4%
JUROS E ENC. DA DÍVIDA / AMORTIZAÇÕES	6.999	6.999	0	6.999	100,0%
TOTAL	70.852	56.641	2.701	59.343	83,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

*Exclui CEDAE & Imprensa Oficial / Considerada a despesa paga

**Fonte: Resolução SEFAZ nº 841

***Considerado apenas o pagamento de RP inscrito em 2014.

¹⁶ As informações representam: a execução até o bimestre e a variação percentual comparada à meta de desembolso publicada.

¹⁷ Valor exclui apenas as empresas independentes do ERJ.

Por outro lado, motivado principalmente pela necessidade de compatibilizar os gastos públicos com a tendência macroeconômica do estado (capacidade arrecadatória do Tesouro), os demais grupos sofreram ajustes ao longo do exercício, desalinhando com a Meta elaborada no início do ano.

- Pessoal e Encargos Sociais apresentou uma realização a menor de 9,0% (-R\$ 1.86 bilhão).
- Outras Despesas Correntes apresentou execução bem inferior à meta, uma vez que é o principal grupo de manobra (discricionariedade) do gestor público para equilibrar o orçamento com o financeiro. Os dados contábeis de 2015 apontam para uma realização de R\$ 8,64 bilhões abaixo do estimado (-24,1% ante ao estimado). Do total registrado no grupo, R\$ 1,44 bilhão foi alocado em despesas com RP (44,1%, R\$ 633,87 milhões na Função Saúde). Dos R\$ 25,79 bilhões de despesas realizadas no ano, R\$ 13,73 bilhões foram gastos na Previdência Social, R\$ 2,66 bilhão em Saúde, R\$ 1,40 bilhão em Segurança Pública e R\$ 1,32 bilhão em Educação.
- As despesas pagas no grupo Investimentos e Inversões Financeiras também registraram realização a menor. Em termos percentuais, o grupo alcançou 86,4% da meta (-R\$ 1,01 bilhão). Excluído o pagamento de Restos a Pagar, aproximadamente R\$ 5,86 bilhões foram executadas, dos quais, R\$ 4,99 bilhões (85,2%) foram assegurados com recursos de Operações de Crédito (FR 11 e FR 21), principal fonte financiadora do grupo.

Por fim, cabe lembrar que as despesas realizadas no período são analisadas com maior detalhamento no item V deste Boletim.

IV. Receita Estadual¹⁸

Bimestre: R\$ 15.467,80 milhões / - 8,4%¹⁹
Acumulado: R\$ 79.086,90 milhões / - 4,2%²⁰

Tabela 10
DECOMPOSIÇÃO DA RECEITA POR NATUREZA, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
REC. CORRENTE	12.799,24	11.632,43	-9,1%	64.459,68	68.831,32	6,8%
REC. CAPITAL	3.030,92	3.329,22	9,8%	13.634,68	6.770,34	-50,3%
REC. INTRAORÇAMENTÁRIA	1.051,21	506,16	-51,8%	4.447,38	3.485,24	-21,6%
Total	16.881,37	15.467,80	-8,4%	82.541,75	79.086,90	-4,2%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

No sexto bimestre de 2015, as Receitas Estaduais totalizaram R\$ 15.467,80 milhões – decréscimo de R\$ 1.413,57 milhões (- 8,4%) em relação ao arrecadado no mesmo período de 2014 influenciado pelo decréscimo da arrecadação da Receita Corrente e da Receita Intraorçamentária.

A Receita Corrente, neste bimestre, decresceu 9,1% (- R\$ 1.166,82 milhões) influenciada, principalmente, pela variação negativa do resultado da Receita Patrimonial, acompanhado pela Receita Tributária e de Contribuições. O desempenho da Receita Corrente será pormenorizado na Seção IV.I.

A Receita de Capital, que apresentou acréscimo de 9,8% (+ R\$ 298,30 milhões), fruto, principalmente, do acréscimo da Receita de Operações de Crédito e de Transferências de Capital. Tal comportamento será pormenorizado na Seção IV.II.

No acumulado, percebe-se um decréscimo de R\$ 3.454,85 milhões (- 4,2%) na Receita Estadual, totalizando R\$ 79.086,90 milhões. O decréscimo foi influenciado pela queda na arrecadação de Receitas de Capital, sendo a redução das Receitas de Alienações de Bens e das Operações de Crédito os principais fatores a influenciar o resultado acumulado em 2015. A Receita Corrente apresentou acréscimo de R\$ 4.371,64 milhões (+ 6,8%), com destaque para Outras Receitas Correntes que apresentaram o maior acréscimo,

No 6º bimestre de 2015, as Receitas Estaduais decresceram 8,4%, influenciadas, principalmente, pela Receita de Corrente que apresentou acréscimo de 9,1%.

No acumulado de 2015, a Receita Estadual decresceu aproximadamente 3,5 bilhões de reais dada a retração da arrecadação da Receita de Capital.

¹⁸ Desta seção em diante, todas as tabelas levam em consideração as Receitas e Despesas do RIOPREVIDÊNCIA.

¹⁹ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

²⁰ As informações representam: a arrecadação no período; e a variação percentual comparado ao mesmo período do ano anterior.

comparado ao mesmo período acumulado de 2014 (+ R\$ 7.337,47 milhões) e, em menor grau, para receitas Tributárias (+ R\$ 935,13 milhões).

IV.I Receitas Correntes

Bimestre: R\$ 11.632,43 milhões / - 9,1%
Acumulado : R\$ 68.831,32 milhões / + 6,8%

Tabela 11

RECITA CORRENTE DE ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
TRIBUTÁRIA	7.509,32	7.161,72	-4,6%	42.479,54	43.414,67	2,2%
CONTRIBUIÇÕES	408,84	355,25	-13,1%	1.886,34	1.914,27	1,5%
PATRIMONIAL	2.915,10	1.456,01	-50,1%	10.302,12	6.477,26	-37,1%
AGROPECUÁRIA	0,01	0,01	38,7%	0,07	0,05	-22,2%
INDUSTRIAL	33,35	3,06	-90,8%	185,94	128,15	-31,1%
DE SERVIÇOS	64,85	48,42	-25,3%	377,69	358,97	-5,0%
TRANSF. CORRENTES	1.022,04	1.037,02	1,5%	5.959,02	5.931,51	-0,5%
OUTRAS CORRENTES	845,72	1.570,94	85,8%	3.268,96	10.606,43	224,5%
REC. CORRENTE	12.799,24	11.632,43	-9,1%	64.459,68	68.831,32	6,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

No 6º bimestre de 2015, dentre as Receitas Correntes, apresentaram resultado negativo (- R\$ 1.166,82 milhões; - 9,1%), destacando a Receita Patrimonial (- R\$ 1.459,10 milhões; - 50,1%), Receita Tributária (- R\$ 347,60 milhões; - 4,6%) e Receita de Contribuições (- R\$ 53,59 milhões; - 13,1%) como principais fatores a influenciar o comportamento das Receitas Correntes, que alcançaram R\$ 11.632,43 milhões no sexto bimestre de 2015.

Por outro lado, Outras Receitas Correntes apresentaram acréscimo de R\$ 725,22 milhões (+ 85,8%), em relação ao mesmo período de 2014, figurando como o principal fator a compensar o comportamento geral da Receita Corrente.

No acumulado, percebe-se acréscimo de R\$ 4.371,64 milhões (+ 6,8%) nas Receitas Correntes, atingindo um valor total de R\$ 68.831,32 milhões, proporcionado, principalmente, pelo acréscimo na arrecadação de Outras Receitas Correntes, que apresentaram

No sexto bimestre de 2015, a Receita Corrente apresentou decréscimo, sustentado principalmente por Receita Patrimonial, Receitas Tributárias.

No acumulado Outras Receitas Correntes foi o principal componente responsável pelo crescimento no acumulado.



acréscimo de R\$ 6.612,25 milhões (+ 272,9%). Por outro lado, em sentido contrário à análise bimestral, embora menos expressivamente, a Receita Tributária (+ R\$ 935,13 milhões; + 2,2%) contribuíram positivamente para o resultado. Já a Receita Patrimonial (- R\$ 3.824,87; - 37,1%) apresentou comportamento semelhante ao bimestral, oferecendo resistência ao crescimento das Receitas Correntes.

Outras Receitas Correntes abrangem as Receitas de Multas e Juros de Mora, Receitas de Indenizações e Restituições, Receitas da Dívida Ativa e Receitas Diversas. Tais receitas serão abordadas com mais detalhes no item IV.I.3 - Demais Receitas Correntes. A Receita Patrimonial encontra-se detalhada no item IV.I.2 e as Receitas Tributárias, no item que se segue.

IV.I.1 Receita Tributária
Bimestre: R\$ 7.161,72 milhões / - 4,6%
Acumulado: R\$ 43.414,67 milhões / + 2,2%
Tabela 12
RECEITA TRIBUTÁRIA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA TRIBUTÁRIA	7.509,32	7.161,72	-4,6%	42.479,54	43.414,67	2,2%
ICMS	5.445,01	5.562,20	2,2%	31.573,74	31.982,75	1,3%
Adicional do ICMS	513,19	531,75	3,6%	2.919,24	3.018,74	3,4%
IRRF	989,31	498,75	-49,6%	3.091,05	2.988,13	-3,3%
IPVA	80,49	69,27	-13,9%	2.029,10	2.299,82	13,3%
ITD	170,37	212,57	24,8%	686,65	849,91	23,8%
Taxas	310,95	287,19	-7,6%	2.179,75	2.275,32	4,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

A Receita Tributária arrecadada no sexto bimestre de 2015 decresceu 4,6% (- R\$ 347,60 milhões) em comparação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 7.161,72 milhões. Esse resultado foi influenciado, principalmente, pela arrecadação do IRRF, que apresentou redução de R\$ 490,56 milhões (- 49,6%).

A arrecadação de ICMS apresentou resultado favorável no bimestre, com acréscimo de receita de R\$ 117,19 milhões (+ 2,2 %).

No acumulado, a Receita Tributária mostrou desempenho positivo de 2,2%, totalizando R\$ 43.414,67 milhões. A variação percentual representa aumento de R\$ 935,13 milhões na arrecadação. No período, os destaques foram: o ICMS, com crescimento de R\$ 409,01 milhões (+ 1,3%), o IPVA com elevação de R\$ 270,71 (+ 13,3%) e o ITD com mais R\$ 163,26 milhões (+ 23,8%)

A arrecadação do ITD registrou aumentos expressivos, tanto no bimestre quanto no acumulado, crescendo R\$ 42,19 milhões e R\$ 163,26 milhões, respectivamente.

– Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS):**Bimestre: R\$ 5.562,20 milhões / + 2,2%****Acumulado: R\$ 31.982,75 milhões / + 1,3%**

A arrecadação de ICMS apresentou variação positiva nominal no sexto bimestre de 2015, com aumento de 2,2% (+ R\$ 117,19 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior²¹.

No acumulado, a arrecadação apresenta variação positiva de 1,3% (+ R\$ 409,01 milhões), tendo seu montante ascendido para R\$ 31.982,75 milhões.

Conforme esclarecimento da edição do 3º bimestre de 2015, quanto ao ICMS, houve alteração na metodologia de análise. Esta, antes realizada por setor econômico, passou a ser feita por código de receita, isto é, classificação do Sistema de Arrecadação da Secretaria de Estado de Fazenda. Optou-se por detalhar os grupos que apresentam maior participação na arrecadação do imposto, que juntos concentram cerca de 80% das receitas acumuladas.

Assim, quanto ao imposto, os grupos que possuem maior relevância são:

ICMS Substituição Tributária²² (Participação Acumulada → 27,2%)**Bimestre: - 3,9 %****Acumulado: + 3,5 %**

A arrecadação na receita de ICMS Substituição Tributária (ST), no 6º bimestre, foi significativamente afetada pela retração nas vendas do setor de supermercados e lojas. Inclui ainda o setor de veículos, o qual apresentou queda nas vendas de carros, caminhões e ônibus.

No acumulado, esta classe obteve crescimento devido ao impacto de diversas ações. Os destaques foram: aumento da arrecadação nas atividades de refino e distribuição de combustíveis (principalmente com o credenciamento das distribuidoras de etanos, conforme Decreto nº 44.883/14); ações fiscais realizadas que resultaram em lançamentos e recolhimento de impostos não pagos anteriormente; o

²¹ Arrecadação extraída do Sistema de Informações Gerenciais do Estado do Rio de Janeiro – SIG RJ.

²² O regime de Substituição Tributária é o instituto jurídico mediante o qual se atribui à determinada pessoa a responsabilidade pelo recolhimento do imposto relativo a fato gerador praticado por outro contribuinte.

Decreto nº 45.258/15, o qual elevou significativamente as Margens de Valor Agregado (aumento da base de cálculo) na substituição tributária progressiva³ principalmente no setor de venda porta-a-porta; e o reajuste estadual no preço médio ponderado a consumidor final (PMPF) sobre o volume de gasolina A, diesel e álcool hidratado e atualização da pauta de preços, iniciada em 01 de setembro de 2015, compondo, essas duas medidas, a base de cálculo para a ST.

ICMS Normal²³ (Participação Acumulada → 20,5%)

Bimestre: - 12,6%

Acumulado: - 7,3%

A redução no ICMS Normal, no bimestre, foi fortemente influenciada pela queda das vendas no setor metalúrgico e siderúrgico e, ainda, contração generalizada nas vendas do comércio varejista na atividade de supermercado.

No acumulado, a redução foi resultado da receita atípica de grande impacto realizada em junho do ano anterior, relativa à venda de elementos combustíveis a um grande contribuinte, a qual inflou a base comparativa desse grupo de receitas no terceiro bimestre de 2014, resultando em queda no 3º bimestre de 2015. Soma-se a tal fato, de forma relevante, o reflexo do arrefecimento das atividades do setor automobilístico (veículos e materiais viários) causado pela baixa concessão de crédito por parte das instituições financeiras e a atual conjuntura econômica sobre o setor varejista no setor de Supermercados e no setor de Siderurgia, Metalurgia e Material de Construção em suas principais atividades, como automotiva, linha branca, petróleo e construção civil. Acrescenta-se ainda a transferência de produtos para o regime de substituição tributária.

ICMS Energia Elétrica (Participação Acumulada → 14,7%)

Bimestre: + 19,9%

Acumulado: + 47,2%

A ascensão do ICMS na Energia Elétrica, tanto no bimestre quanto no acumulado, foi relevantemente afetada pelas medidas adotadas pelo governo federal para o realinhamento tarifário das companhias,

²³ ICMS NORMAL é o grupo que tem sua arrecadação não decorrente das reunidas em inspetorias especializadas tais como ICMS-Substituição Tributária, ICMS-Energia Elétrica, ICMS-Importação, ICMS-Comunicações, etc.

aplicadas desde novembro de 2014, que fez aumentar o preço e por consequência a arrecadação derivada de tal atividade.

ICMS Importação (Participação Acumulada → 15,0%)

Bimestre: + 39,5 %

Acumulado: - 16,4 %

A alta no ICMS derivado de importação, no 6º bimestre, foi consideravelmente afetada pela entrada de insumos referentes à atividade de petróleo. O último bimestre de 2014 foi um período atípico, de poucos insumos importados, em oposição ao ano de 2015, no qual o volume de importação voltou aos níveis da média mensal.

No acumulado, a diminuição da arrecadação é resultado, principalmente, da queda do setor de petróleo e da atividade GNL (gás natural liquefeito), tanto pelas causas estruturais que circulam tais atividades, quanto pelo cenário econômico atual. Acrescenta-se ainda, o uso de créditos acumulados de grandes contribuintes.

→ ICMS Comunicações (Participação acumulada → 12,3%)

Bimestre: + 1,1%

Acumulado: + 1,8%

O baixo crescimento deve-se principalmente ao setor de comunicações, o qual tem sido influenciado pela convergência de tecnologias e migração da demanda por utilização das chamadas tradicionais (voz) para aplicação via aplicativos, bem como também devido à acirrada concorrência do setor, motivada pelos preços dos serviços. Fatores estes que vêm ocorrendo nos últimos anos, e afetam vultuosamente a arrecadação deste ICMS e não permitindo um crescimento relevante no recolhimento do imposto.

→ ICMS Auto de Infrações (Participação Acumulada → 0,6%)

Bimestre: - 68,5 %

Acumulado: + 449,7 %

A queda bimestral dos Autos de Infração do ICMS e seu aumento acumulado refletem o comportamento flutuante dos autos ao longo dos períodos.

O significativo aumento dos Autos de Infração no acumulado, a despeito de registrar uma leve participação na arrecadação anual, deve-se principalmente à entrada de negociação extrajudicial de créditos junto a grandes contribuintes nos setores de telecomunicação, metalurgia e bebidas devedores do imposto, mediante uso de Termo de Ajuste de Conduta Tributária – TACT.

ICMS Outros (Participação Acumulada → 0,2%)

Bimestre: - 19,7%

Acumulado: + 41,6%

Apesar da leve participação diante da arrecadação total, no acumulado houve importante variação resultante de Termo de Ajuste de Conduta Tributária realizado junto à contribuinte do setor de Siderurgia e Metalurgia, classificada como ICMS Outros.

ICMS Petróleo e Derivados (Participação Acumulada → 1,8%)

Bimestre: + 10.893,1%

Acumulado: + 909,9%

Ainda que o ICMS Petróleo e Derivados represente pequena participação na arrecadação anual do ICMS, sua variação merece ser destacada. Dois fatores destacáveis induziram para o crescimento, sendo, aumento de consumo de gasolina, diesel e álcool e no reajuste estadual no preço médio ponderado a consumidor final (PMPF).

No acumulado, o aumento deve-se principalmente à entrada de negociação extrajudicial de créditos junto à grande contribuinte devedor do imposto, mediante uso de Termo de Ajuste de Conduta Tributária – TACT.

- Imposto Sobre a Propriedade de Veículos Automotores (IPVA²⁴):

Bimestre: R\$ 69,27 milhões / - 13,9%

Acumulado: R\$ 2.299,82 milhões / + 13,3%

O IPVA apresenta um comportamento sazonal significativo, que se consolida nos quatro primeiros meses do ano.

No sexto bimestre de 2015, o IPVA apresentou decréscimo de R\$ 11,22 milhões (- 13,9%). Esse resultado foi reflexo do amplo pagamento de impostos atrasados no primeiro bimestre, fato que reduziu o estoque de dívida de IPVA nos bimestres subsequentes. Acrescenta-se a isso a atenção especial dos servidores da Inspetoria para alterações trazidas por novos dispositivos legais, em especial a Lei 7.068/15⁵ (cujo impacto possivelmente serão percebido no início de 2016) e a necessidade de adaptação dos sistemas e procedimentos à nova legislação, o que acabou por restringir as atividades de cobrança e fiscalização.

No acumulado, houve aumento de R\$ 270,47 milhões (+ 13,3%), alcançando R\$ 2.299,82 milhões. Fatos relevantes a este aumento foram: redução de desconto para pagamento à vista (alterado de 10,0% para 8,0%) por determinação da Resolução nº 827/14, art. 14 e § 2º; recolhimentos decorrentes do programa de parcelamento (Lei Estadual nº 6.931/14) a serem pagos em três vezes (fevereiro, março e abril de 2015) ou em cota única (fevereiro de 2015); descontinuidade do desconto de 50,0% concedido para as concessionárias que vigorou em 2014; impacto da operação nomeada Pávio Curto que teve por objetivo alcançar contribuintes inadimplentes quanto ao IPVA; e, adicionalmente, o reflexo do envio de aproximadamente 120 mil cartas de aviso de débitos a contribuintes, enviados em junho e julho deste ano, referente à cobrança de atrasados deste imposto, referentes aos exercícios de 2011 a 2014.

Alterações na legislação impactaram positivamente a receita de IPVA no acumulado de 2015.

A Resolução nº 827/14 alterou o desconto do IPVA para pagamentos à vista, no ano de 2015, de 10,0% para 8,0%.

Lei Estadual nº 6.931/14 concedeu programa de parcelamento de débitos de IPVA, dos exercícios de 2010 a 2013, a serem pagos dentro primeiro semestre de 2015.

O Decreto nº 44.568/14, que concedia desconto de 50,0% no IPVA das concessionárias, perdeu a vigência no exercício de 2015.

²⁴ De forma geral, a receita de IPVA fica concentrada amplamente nos primeiros meses do ano, quando do vencimento das placas dos veículos usados. No restante do ano, a receita provém principalmente do pagamento do IPVA dos veículos novos, do pagamento de débitos atrasados dos veículos usados e das eventuais cobranças coletivas organizadas pela SEFAZ-RJ.

– Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e por Doação (ITD):**Bimestre: R\$ 212,57 milhões / + 24,8%****Acumulado: R\$ 849,91 milhões / + 23,8%**

Em comparação com o mesmo período de 2014, a arrecadação do ITD apresentou acréscimo, no 6º bimestre no ano corrente, de 24,8% na arrecadação (+ R\$ 42,19 milhões). O resultado bimestral, assim como todo o ano de 2015, foi afetado pela reestruturação nos processos internos na inspetoria deste imposto, adequados quando detectada alguma forma de melhoria. A reformulação começou a ser aplicada a partir de março, a qual tornou mais eficiente o atendimento ao contribuinte e proporcionou aumento de arrecadação.

Assim, no acumulado, o ITD apresentou crescimento de 23,8% (+ R\$ 163,26 milhões), com o valor de total de R\$ 849,91 milhões em 2015. Destaca-se no ano, a reestruturação nos processos internos na inspetoria e a mudança na sistemática de lançamento do imposto quanto aos fatos geradores da Herança Extrajudicial, tendo, dessa forma, reduzido os prazos de tramitação e o tempo para lavratura das Guias de controle de ITD na Doação e Herança Judicial.

É proveitoso citar a relevância de tais alterações que permitem que o imposto continue a apresentar variação positiva, ainda que o comportamento esperado, na atual situação econômica, pudesse levar à prática de postergar a abertura dos inventários.

– Imposto de Renda (IRRF):**Bimestre: R\$ 498,75 milhões / - 49,6%****Acumulado: R\$ 2.988,13 milhões / - 3,3%**

O Imposto de Renda apresentou redução 49,6% (- R\$ 490,56 milhões) em sua arrecadação, comparativamente ao sexto bimestre de 2014. Tal fato decorreu de ajustes no fluxo de repasses do RIOPREVIDÊNCIA diverso ao do exercício anterior. A adaptação do cronograma de repasses é indispensável ao equilíbrio financeiro do Estado no pagamento de inativos e pensionistas.

Na análise acumulada, o decréscimo de 3,3% (- R\$ 102,92 milhões) retrata a apropriada tendência de redução do imposto.

- Taxas:
Bimestre: R\$ 287,19 milhões / - 7,6%
Acumulado: R\$ 2.275,32 milhões / + 4,4%
Tabela 13
RECEITA DE TAXAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO - 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Taxas	310,95	287,19	-7,6%	2.179,75	2.275,32	4,4%
Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	27,63	29,12	5,4%	393,43	440,55	12,0%
Taxa de Controle e Fiscalização do Trânsito ⁽¹⁾	20,11	18,17	-9,7%	347,10	385,89	11,2%
Outras	7,52	10,95	45,6%	46,33	54,66	18,0%
Taxas pela Prestação de Serviços	283,32	258,07	-8,9%	1.786,32	1.834,77	2,7%
Emolumentos e Custas Judiciais	73,77	72,39	-1,9%	449,41	457,92	1,9%
Emolumentos e Custas Extrajudiciais	69,65	63,51	-8,8%	412,04	392,89	-4,6%
Outras Taxas pela Prestação de Serviços	139,90	122,17	-12,7%	924,87	983,95	6,4%
Taxa de Serviços de Trânsito ⁽¹⁾	104,88	101,29	-3,4%	708,96	762,46	7,5%
Outras	35,02	20,89	-40,4%	215,91	221,50	2,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

Nota: (1) Taxas do DETRAN

A arrecadação de Taxas apresentou decréscimo de R\$ 23,76 milhões (- 7,6%) em relação ao sexto bimestre de 2014, totalizando R\$ 287,19 milhões. Essa redução foi resultado da queda nas Taxas pela Prestação de Serviços. Em Outras Taxas de Prestação de Serviços, o decréscimo foi relevantemente influenciado pela queda na arrecadação de Taxas de Prevenção e Extinção de Incêndio do Fundo Especial do Corpo de Bombeiros (- R\$ 14,17 milhões).

No acumulado, de outra maneira, as Taxas cresceram 4,4% (+ R\$ 95,57 milhões) em relação ao mesmo período do ano anterior, totalizando R\$ 2.275,32 milhões. Esse resultado foi influenciado pelas Taxas do DETRAN, com elevação da Taxa pela Prestação de Serviços de Trânsito (+ R\$ 53,49 milhões; + 7,5%) e da Taxa pelo Exercício do Poder de Polícia pelo Controle e Fiscalização do Trânsito (R\$ 38,79 milhões; + 11,2%).

IV.1.2 Receita Patrimonial e Royalties
Bimestre: R\$ 1.456,01 milhões / - 50,1%
Acumulado: R\$ 6.477,26 milhões / - 37,1%
Tabela 14
RECEITA PATRIMONIAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

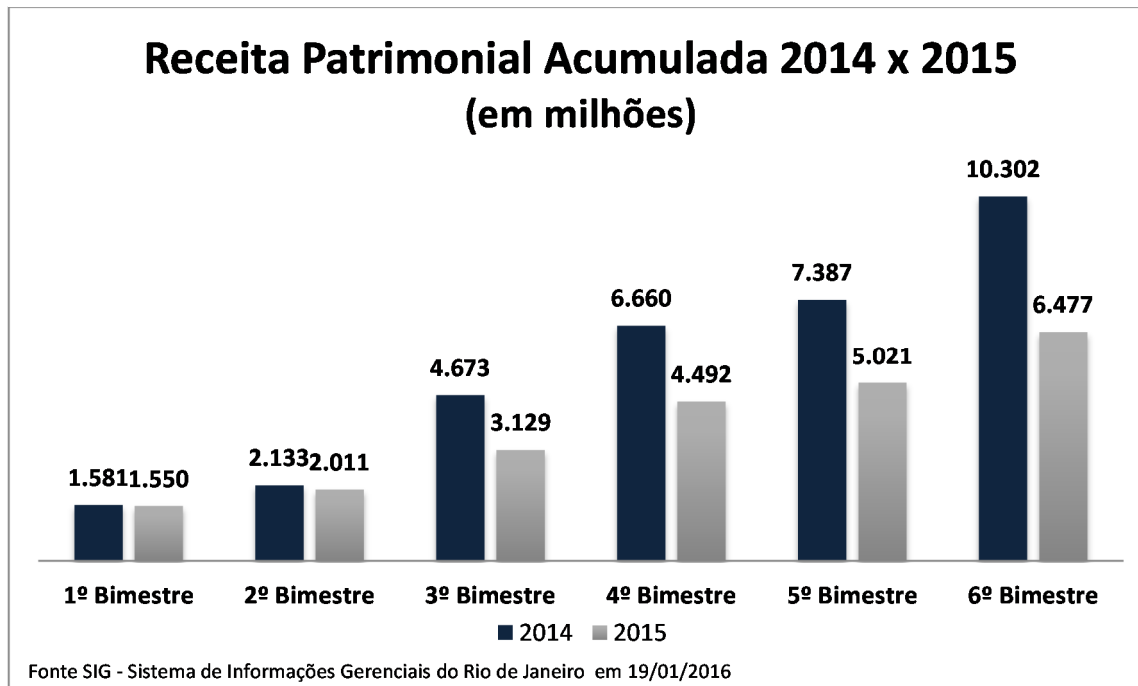
DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA PATRIMONIAL	2.915,10	1.456,01	-50,1%	10.302,12	6.477,26	-37,1%
Petróleo	2.162,21	1.102,09	-49,0%	8.710,54	5.298,09	-39,2%
Royalties	791,30	386,32	-51,2%	3.213,77	2.308,76	-28,2%
Part. Especial	1.369,78	715,20	-47,8%	5.492,21	2.985,88	-45,6%
FEP	1,13	0,58	-48,5%	4,56	3,45	-24,3%
CFT's	0,00	0,00	0,0%	0,00	0,00	-
Aplic. Financeiras	139,21	125,54	-9,8%	873,91	808,06	-7,5%
Demais Rec. Patrimoniais	613,68	228,37	-62,8%	717,67	371,10	-48,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

As Receitas Patrimoniais, no 6º bimestre de 2015, realizaram o valor total de R\$ 1.456,01 milhões, o que representa uma variação negativa de 50,1% (- R\$ 1.459,10 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. Tal resultado foi influenciado, principalmente, pelas receitas de petróleo, as quais atingiram um valor 49,0% (- R\$ 1.060,12 milhões) abaixo do valor de 2014. As aplicações financeiras seguiram a mesma tendência e apresentaram queda de 9,8% (- R\$ 13,7 milhões) frente ao mesmo bimestre do ano anterior.

No acumulado, as Receitas Patrimoniais decresceram em 37,1% (- R\$ -3.824,87 milhões). A receita de petróleo apresentou variação negativa de 39,2% o que impacta significativamente o total das receitas patrimoniais, dada sua representação – aproximadamente 81,8% do total daquelas receitas até o sexto bimestre de 2015. As aplicações financeiras também apresentaram resultado negativo (- 7,5%, - R\$ 65,86 milhões) impactando, em menor intensidade, as Receitas Patrimoniais. Essas receitas serão detalhadas a seguir em item próprio.

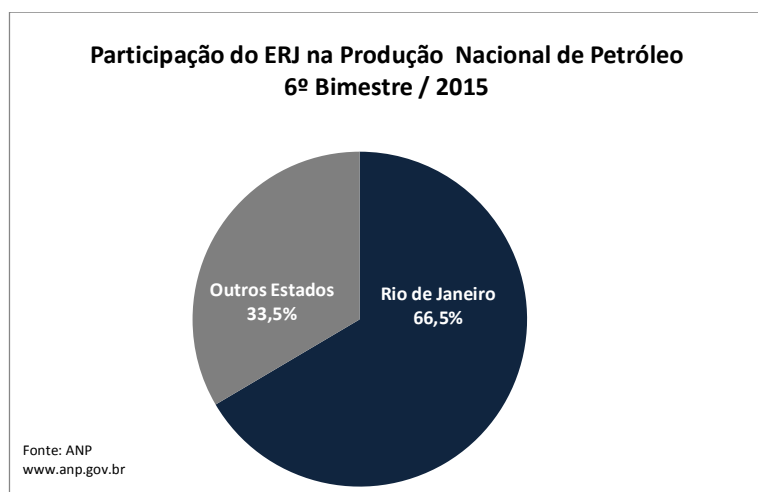
Gráfico 7



- **Petróleo:** as receitas de petróleo alcançaram R\$ 1.102,09 milhões no sexto bimestre de 2015. Tal resultado retrata uma variação negativa de 49,0% frente a 2014. Analisando a receita de petróleo, observa-se que a variação negativa ocorreu na receita de Participações Especiais, que decaiu 47,8% (- R\$ 654,59 milhões) e na receita de Royalties, que decaiu 51,2% (- R\$ 384,72 milhões). Os fatores que influenciam as receitas do petróleo são o volume na produção, o *brent* (preço do barril) e a taxa de câmbio. Considerando que, no bimestre, a produção do petróleo alcançou 15,49 milhões de m³ (ANP), variação de - 1,3% frente a 2014, e que a taxa de câmbio apresentou acréscimo de 63,1% no período - o preço do *brent*, aliado à redução da produção, afetou sobremaneira a arrecadação uma vez que apresentou variação negativa de 47,9% (conforme **Erro! Fonte de referência não encontrada.**).

A produção de petróleo, no sexto bimestre de 2015, correspondeu a 66,5% da produção total brasileira.

Gráfico 8



Importante ressaltar que o pagamento dos royalties ocorre dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, a análise das entradas de receita do 6º bimestre de 2015 é feita com base nos dados de produção, câmbio e valor do *brent* do 5º bimestre de 2015.

Tabela 15
Participação Governamental do Petróleo

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (SET - OUT)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - OUT)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
Produção (milhões de m³)	15,70	15,49	-1,3%	88,43	94,36	6,7%
Brent (US\$)	92,26	48,03	-47,9%	105,42	57,31	-45,6%
Taxa de Câmbio (R\$/US\$)	2,39	3,89	63,1%	2,30	3,12	35,5%

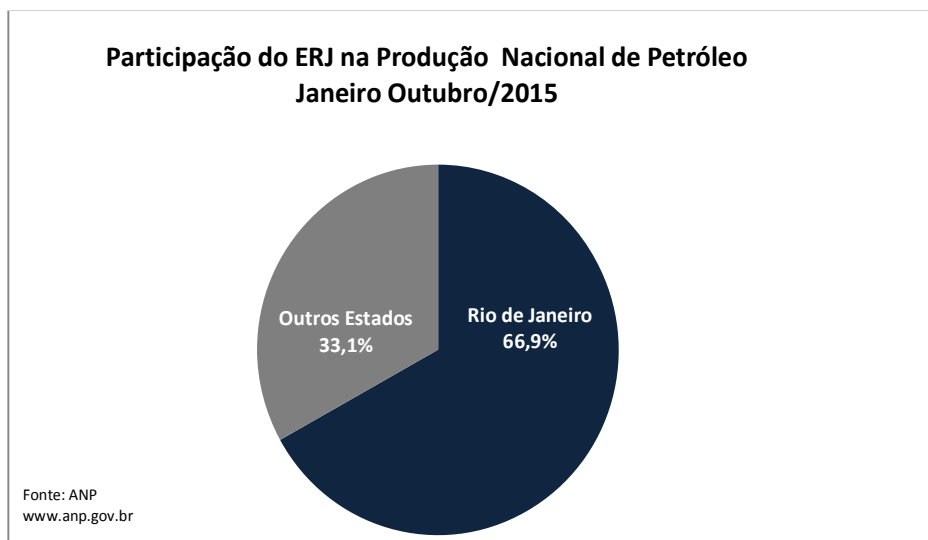
Fontes: Produção: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP. Brent: Energy Information Administration, EIA. Câmbio: Ipeadata.

Nota: O pagamento dos royalties ocorre de dois meses após a extração do petróleo. Sendo assim, para a análise das entradas de receita do 6º bimestre de 2015 são apresentados os dados de produção do 5º bimestre de 2015.

Ao analisar o acumulado, percebe-se que as receitas de petróleo apresentaram queda de 39,2% (- R\$ 3.412,45 milhões). A queda concentra-se na receita de Participações Especiais que decresceu 45,6% (- R\$ 2.506,33 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014 e pela receita de Royalties que decresceu 28,2% (- R\$ 905,01 milhões). Embora a produção acumulada de petróleo tenha aumentado (Tabela 15), o *brent* apresentou variação negativa de 45,6% contribuindo para a queda na arrecadação de petróleo, ainda que com a *taxa de câmbio* acrescida de 35,5% no período.

Segundo dados da ANP, a produção do Rio de Janeiro correspondeu a 66,5% da produção total brasileira no 6º bimestre de 2015 e, na análise acumulada, atingiu 66,9% da produção nacional de petróleo.

Gráfico 9



IV.I.3 Demais Receitas Correntes
Bimestre: R\$ 1.977,68 milhões / + 46,2%
Acumulado: R\$ 13.007,88 / + 127,5%
Tabela 16
DEMAIS RECETAS CORRENTES DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
DEMAIS RECETAS CORRENTES	1.352,77	1.977,68	46,2%	5.719,00	13.007,88	127,5%
Receita de Contribuições	408,84	355,25	-13,1%	1.886,34	1.914,27	1,5%
Receita Agropecuária	0,01	0,01	38,7%	0,07	0,05	-22,2%
Receita Industrial	33,35	3,06	-90,8%	185,94	128,15	-31,1%
Receita de Serviços	64,85	48,42	-25,3%	377,69	358,97	-5,0%
Multas e Juros de Mora	107,43	163,17	51,9%	626,92	954,17	52,2%
Indenizações e Restituições	266,29	151,33	-43,2%	528,96	481,62	-9,0%
Dívida Ativa	52,96	109,00	105,8%	444,35	465,81	4,8%
Receitas Diversas	419,04	1.147,44	173,8%	1.668,73	8.704,84	421,6%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

As Demais Receitas Correntes apresentaram acréscimo de 46,2%, (+ R\$ 624,90 milhões) no 6º bimestre em relação a 2014, totalizando R\$ 1.977,68 milhões. O desempenho do grupo foi fortemente influenciado pela alta nas arrecadações de Receitas Diversas (+ R\$ 728,40 milhões; + 173,8%), da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 55,74 milhões; + 51,9%), da receita da Dívida Ativa (+ R\$ 56,04 milhões; + 105,8%). Já os outros componentes de Demais Receitas Correntes atenuaram o desempenho bimestral, sendo a Receita de Contribuições (- R\$ 53,59 milhões; - 13,1%) e Indenizações e Restituições (- R\$ 114,96 milhões; - 43,2%) os principais responsáveis pela redução do resultado no 6º bimestre.

No acumulado, houve acréscimo de 127,5% (+ R\$ 7.288,88 milhões) em relação ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 13.007,88 milhões. Esse acréscimo foi influenciado pela arrecadação de Receitas Diversas (+ R\$ 7.036,11 milhões; + 421,6%), da Receita de Multas e Juros de Mora (+ R\$ 327,24 milhões; + 52,2%), da Receita da Dívida Ativa (+ R\$ 21,46 milhões; + 4,8%) e pela Receita de Contribuições que atingiu variação positiva de R\$ 27,93 milhões (+ 1,5%). A Receita Industrial (- R\$ 57,79 milhões; - 31,1%) e a Receita de Indenizações e Restituições (- R\$ 47,35 milhões; - 9,0%)

apresentaram-se como os principais redutores do resultado acumulado.

– **Receitas de Contribuições:** Houve decréscimo de R\$ 53,59 milhões (- 13,1%) em relação ao mesmo bimestre do ano passado, resultando numa arrecadação total de R\$ 355,25 milhões no período. As receitas que mais fortemente afetaram o resultado bimestral foram as Contribuições Previdenciárias do Regime Próprio do Servidor Ativo e Inativo Civil, a Contribuição de Pensionista Civil e a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares que, juntas, reduziram a receita em R\$ 127,69 milhões. Já a Contribuição de Servidor Ativo Militar destacou-se positivamente (+ R\$ 65,44 milhões) no resultado bimestral.

No acumulado, de outra maneira, houve acréscimo de 1,5% (+ R\$ 27,93 milhões) em relação ao mesmo período de 2014, totalizando R\$ 1.914,27 milhões. Tal acréscimo foi suportado, principalmente, pelas receitas das Contribuições Previdenciárias do Servidor Ativo Civil, a Contribuição de Servidor Ativo e Inativo Militar e da Contribuição do Servidor Ativo Civil - Lei nº 6.338/2012 25 que arrecadaram R\$ 184,91 milhões. Na contramão, destaca-se a Contribuição de Servidor Inativo Civil, Contribuição de Servidor Inativo Civil - Pagamento de Sentenças Judiciais e a Contribuição para o Fundo de Saúde dos Militares que influenciaram negativamente (- R\$ 160,52 milhões) o resultado acumulado.

– **Multas e Juros de Mora:** houve acréscimo de 51,9% (+ R\$ 55,74 milhões) na arrecadação das Receitas de Multas e Juros de Mora em relação ao mesmo período anterior, o que gerou uma receita total de R\$ 163,17 milhões arrecadados no 6º bimestre de 2015. Em grande parte, o comportamento é explicado pelo acréscimo das receitas de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS, derivadas da aderência dos contribuintes do ICMS ao Termo de Ajuste de Conduta

²⁵ Lei nº 6.338/2012 - Dispõe sobre o plano de custeio do déficit atuarial do Regime Próprio de Previdência Social do Rio de Janeiro - RPPS/RJ, altera a Lei nº 3.189, de 22 de fevereiro de 1999 e dá outras providências.

Tributária (TACT) ²⁶ com efeitos desde julho de 2015 e que continuaram a produzir efeitos até o final do exercício.

No acumulado, a arrecadação de Multas e Juros de Mora também apresentaram acréscimo (+ 52,2%; + R\$ 327,24 milhões) em relação ao ano de 2014. O resultado foi impactado por Multas e Juros de Mora do ICMS, Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS, Multas Previstas na Legislação de Trânsito e pelas Multas por Danos ao Meio Ambiente. Ainda refletindo o comportamento bimestral, as maiores variações foram Multas e Juros de Mora do e Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa do ICMS, derivadas da adesão ao TACT.

– **Dívida Ativa:** A receita de Dívida Ativa apresentou acréscimo (+ 105,8%; + R\$ 21,46 milhões) em relação ao sexto bimestre de 2014, alcançando R\$ 109,00 milhões. O acréscimo deveu-se à receita da Dívida Ativa do ICMS que variou R\$ 49,16 milhões no bimestre, dada receita relativa à aderência de contribuintes do ICMS ao Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT).

A receita acumulada da Dívida Ativa apresentou acréscimo (+ 4,8%; + R\$ 21,46 milhões), totalizando R\$ 465,81 milhões. Foi influenciada, principalmente, pela receita da Dívida Ativa do ICMS (+ R\$ 23,49 milhões), também sustentado pelo recebimento de Dívida Ativa de ICMS relacionado ao Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT).

– **Indenizações e Restituições:** apresentou decréscimo de R\$ 114,96 milhões (- 43,2%) em relação ao 6º bimestre de 2014, totalizando R\$ 151,33 milhões. Essa redução no resultado concentrou-se em Outras Restituições, especificamente relativas ao Tesouro do Estado do Rio de Janeiro.

No acumulado, houve uma retração de 9,0% (- R\$ 47,35 milhões) comparativamente ao mesmo período acumulado de 2014, totalizando R\$ 481,62 milhões arrecadados. Aqui, como na análise bimestral, Outras Restituições, especificamente relativas ao Tesouro

²⁶ O Termo de Ajuste de Conduta Tributária (TACT), previsto na Lei nº 7.020 de 11 de junho de 2015, visa o recebimento de créditos tributários de contribuintes do ICMS que não cumpriram adequadamente a legislação por conta de divergência interpretativa ou erro operacional na apuração das obrigações tributárias atinentes a este imposto, objeto de litígio judicial ou administrativo.

do Estado do Rio de Janeiro, também são influenciadores do resultado acumulado.

- **Receitas Diversas:** houve acréscimo de 173,8% (+ R\$ 728,40 milhões) na arrecadação das Receitas Diversas em relação ao mesmo bimestre de 2014, o que gerou uma receita total de R\$ 1.147,44 milhões arrecadados no 6º bimestre. O comportamento foi influenciado pelo acréscimo da receita proveniente da Lei Federal nº 11.429/2006²⁷ (+ R\$ R\$ 539,91 milhões).

No acumulado houve acréscimo de 421,6% (+ R\$ 7.036,11 milhões), totalizando R\$ 8.704,84 milhões. O resultado foi fortemente influenciado pelas Leis Complementares Estaduais nº 147/2013 e 163/2015²⁸ relativas ao Fundo Único de Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro (+R\$ 6.770,89 milhões). O fluxo dessas entradas encontra-se no quadro ao lado.

RS

Recursos provenientes da LC nº 143/2013 e alterações	
Abril	2.270.000.000,00
Maio	1.630.000.000,00
Junho	1.665.626.728,64
Julho	260.000.000,00
Agosto	-
Setembro	940.596.901,62
Outubro	4.662.072,59
TOTAL	6.770.885.702,85

²⁷ Lei nº 11.429, de 26 de dezembro de 2006, dispõe sobre os depósitos judiciais de tributos, no âmbito dos Estados e do Distrito Federal; revoga a Lei no 10.482, de 3 de julho de 2002; e dá outras providências.

²⁸ Lei Complementar nº 147, de 27 de junho de 2013, dispõe sobre a utilização de parcela de depósitos judiciais para pagamento de requisições judiciais e dá outras providências. Lei Complementar nº 163, de 31 de março de 2015 modifica dispositivos da lei complementar nº 147/2013 e dá outras providências.

IV.I.3.1 Receita de Transferências
Bimestre: R\$1.037,02 milhões / +1,5%
Acumulado: R\$ 5.931,51 milhões / - 0,5%
Tabela 17
RECETA DE TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS	1.022,04	1.037,02	1,5%	5.959,02	5.931,51	-0,5%
Transf da União	565,00	553,30	-2,1%	3.191,60	3.206,65	0,5%
FPE	202,45	203,32	0,4%	1.109,23	1.166,89	5,2%
IPI exp	160,20	119,71	-25,3%	819,94	720,93	-12,1%
IOF	0,00	0,07	1722,6%	0,03	0,13	304,6%
CIDE	0,00	0,00	0,0%	5,92	22,42	278,6%
SUS	85,52	97,20	13,7%	609,15	604,43	-0,8%
Salário Educação	70,19	65,97	-6,0%	428,09	472,94	10,5%
Lei Kandir	21,44	14,30	-33,3%	85,78	85,78	0,0%
Outras Transf. da União	25,20	52,73	109,3%	133,46	133,13	-0,2%
FUNDEB	430,78	448,79	4,2%	2.605,80	2.615,38	0,4%
Convênios	26,23	34,92	33,1%	161,48	109,38	-32,3%
Outras Transf. Corr.	0,03	0,02	-43,6%	0,15	0,11	-26,5%

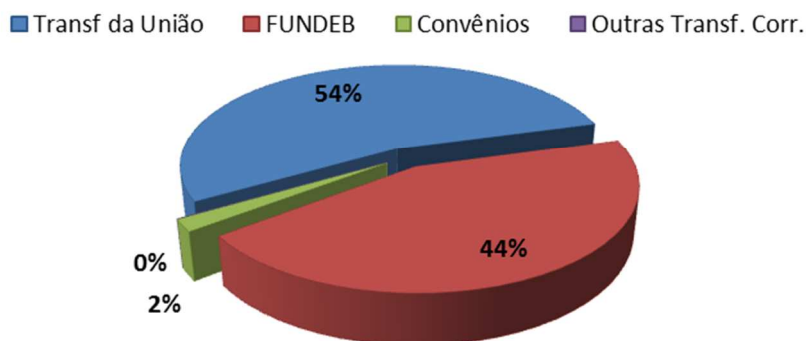
Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

As Receitas de Transferências apresentaram aumento bimestral de 1,5% (+ R\$ 14,98 milhões), se comparada ao 6º bimestre de 2014. O crescimento é resultado do bom desempenho das receitas: Outras Transferências da União e FUNDEB, que apresentaram variações positivas de 109,3% e 4,2%, respectivamente. As duas receitas somadas representam a entrada adicional de R\$ 45,54 milhões a título de transferências nesse bimestre.

O resultado acumulado registra R\$ 5.931,51 milhões, o que representa redução de 0,5% (- R\$ 27,51 milhões) em relação ao ano passado. A queda é justificada pela redução das receitas de IPI Exportação e Convênios.

Gráfico 10

Composição da Receita de Transferências Acumulado 2015



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 19/01/2016

IV.I.3.2 Transferências da União

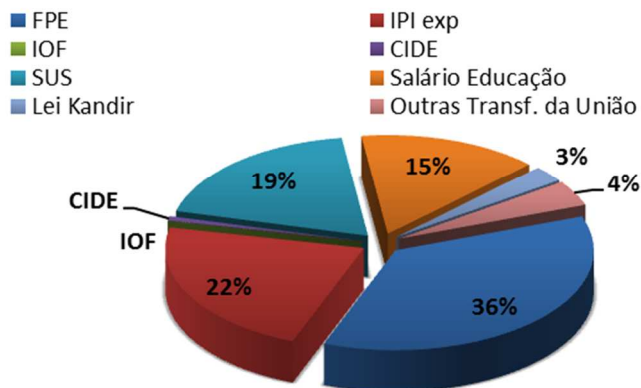
Apresentando redução de repasse bimestral no valor de R\$ 11,70 milhões (- 2,1%), as Transferências da União apresentaram tal desempenho em função do decréscimo das receitas de IPI Exportação e Lei Kandir. Tal assunto será abordado em itens específicos para cada Transferência.

Por outro lado, o resultado acumulado de 2015, totalizou R\$ 3.206,65 milhões, crescimento de 0,5% (+R\$ 15,05 milhões) se comparado a 2014. Tal resultado tornou-se possível pelo desempenho positivo do FPE, do Salário Educação e da CIDE, compensando a queda no IPI-Exportação.

Gráfico 11

Transferências da União

Acumulado 2015



Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais em 19/01/2016

– **FPE**²⁹: O Fundo de Participação dos Estados é composto por 21,5% da arrecadação do IPI e do IR. O resultado bimestral dessa transferência foi produto do aumento da arrecadação do IR. Para fins de análise, o conteúdo referente ao IPI será analisado no item IPI-Exportação, a seguir.

Os recursos do 6º bimestre do FPE apresentaram crescimento de 0,4% (+ R\$ 0,87 milhão) em comparação ao mesmo período de 2014. Tal fato é consequência do crescimento das receitas do Imposto de Renda, uma vez que houve redução na arrecadação do IPI no período analisado. O aumento do IR concentra-se na conta IRRF – Imposto de Renda Retido na Fonte, em especial em Rendimentos do Capital, motivado pelas variações positivas oriundas da arrecadação do imposto incidente sobre fundos e aplicações de renda fixa, além do crescimento das operações de swap e de itens referentes à juros sobre capital próprio.

No acumulado, o crescimento do FPE de R\$ 57,66 milhões (+5,2%) é fruto, também, do bom desempenho da arrecadação do Imposto de Renda. Este resultado positivo é justificado por motivos semelhantes aos já apontados na análise bimestral. Destaca-se, portanto, o desempenho registrado no IRRF- Rendimentos de Capital, decorrente da arrecadação do imposto de renda sobre fundos de renda fixa, motivada pelo aumento da taxa de juros. Destacam-se, ainda, as operações de swap e o item aplicações de renda fixa.

–**IPI-EXP**: A Constituição de 1988 determina que 10% da arrecadação do IPI seja distribuída para os Estados e Distrito Federal, “proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados”, como forma de compensação à desoneração das exportações. A competência para estabelecer e divulgar os coeficientes de participação dos estados cabe ao Tribunal de Contas da União e os mesmos estão disponíveis em

Os resultados positivos nas arrecadações do Imposto de Renda justificam o bom desempenho acumulado da receita de FPE.

A retração da receita na conta IPI-Exportação reflete a redução do coeficiente relativo à participação do ERJ, bem como a redução da base tributária.

²⁹ Fonte: Análise da Arrecadação das Receitas Federais de novembro e dezembro de 2015, Receita Federal.

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/novembro2015/analise-mensal-nov-2015.pdf>

<http://idg.receita.fazenda.gov.br/dados/receitadata/arrecadacao/relatorios-do-resultado-da-arrecadacao/arrecadacao-2015/dezembro2015/analise-mensal-dez-2015.pdf>

<http://portal2.tcu.gov.br/portal/page/portal/TCU/comunidades/transferecias>.

Nesse bimestre a receita apresentou redução de 25,3% (- R\$ 40,49 milhões), comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Esse resultado é reflexo da redução na arrecadação nos itens: IPI Outros, resultado da redução drástica da produção industrial e IPI Automóveis, decorrente da redução no volume de vendas no mercado interno. Ademais, vale ressaltar, que no ano de 2015 houve redução significativa do coeficiente de participação do ERJ.

O acumulado apresentou queda de 12,1% (- R\$ 99,01 milhões), pelos mesmos motivos citados anteriormente, além da redução importante na arrecadação do item: IPI Bebidas, decorrente da alteração da sistemática do recolhimento (Lei nº 13.097/15).

–**CIDE**: Os recursos repassados pela União aos Estados, DF e Municípios a título de CIDE-Combustíveis são destinados obrigatoriamente ao financiamento de programas de infraestrutura de transportes. Os dados referentes aos coeficientes de distribuição das receitas da CIDE podem ser consultados no portal do TCU na internet.

O decreto 8.395/15 reintroduziu a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico incidente sobre a importação e a comercialização de petróleo e seus derivados, gás natural e seus derivados, e álcool etílico combustível. Isso justifica a retomada dos repasses neste ano. Todavia, nos meses de novembro e dezembro não ocorrem repasses, o que justifica a ausência de valores no sexto bimestre.

Já, no acumulado, o valor recebido foi de R\$ 22,42 milhões, 278,6% (+ 16,50 milhões) a mais do que o valor recebido no mesmo período em 2014, quando o valor recebido de CIDE era apenas residual.

– **LEI KANDIR**: Essa receita é uma transferência da União distribuída a partir de um montante consignado na lei orçamentária anual federal. No sexto bimestre de 2015, a transferência da Lei Kandir apresentou R\$ 14,30 milhões, R\$ 7,15 milhões a menos do que o mesmo período do ano passado. O valor de R\$ 7,15 milhões, recebido, a maior em dezembro de 2014, é referente à parcela de março, repassada em atraso nos últimos dias do exercício.

No acumulado, não houve variação. Em 2015, bem como em 2014, a Lei Kandir foi responsável por uma receita de transferência da ordem de R\$ 85,78 milhões.

–**SUS**: A transferência do SUS consiste no repasse de valores, regular e automático, diretamente do Fundo Nacional da Saúde (FNS) para os Estados e Municípios, independentemente de convênio ou instrumento similar. Destina-se ao financiamento dos programas do SUS e abrange recursos para a Atenção Básica (PAB³⁰ fixo³¹ e PAB variável³²) e para os procedimentos de Média e Alta Complexidade.

As Transferências do SUS apresentaram aumento bimestral de R\$ 11,68 milhões (+ 13,7%). Tal aumento evidencia-se na Rede de Teto Estadual.

Apesar do aumento bimestral, o repasse acumulado manteve-se praticamente estável, apresentando pequena redução de R\$ 4,71 milhões (- 0,8%).

– **OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO**: Nesta conta estão consolidadas as transferências do Fundo Nacional de Desenvolvimento Econômico (FNDE) - exceto as receitas do salário-educação, do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) e demais transferências da União.

Com arrecadação de R\$ 52,73 milhões no bimestre, esta receita apresentou crescimento de 109,3% (+ R\$ 27,53 milhões) em relação ao mesmo período de 2014. O aumento justifica-se no repasse ao Programa Nacional de Merenda Escolar, parte do Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE. No acumulado, com arrecadação de R\$ 133,13 milhões, praticamente não houve variação, apenas 0,2% a menos que em 2014 (- R\$ 0,33 milhão).

³⁰ PAB: Piso de Atenção Básica

³¹ Refere-se ao financiamento de ações de atenção básica à saúde. Os recursos são transferidos mensalmente, de forma regular e automática.

³² Destina-se a manutenção do Programa de Agentes Comunitários de Saúde, servindo o recurso para financiar os salários destes, bem como demais despesas decorrentes da manutenção do programa. São recebidas 13 (treze) parcelas durante o ano, sendo o incentivo adicional normalmente creditado no mês de Dezembro.

- FUNDEB:

É um fundo especial, de natureza contábil, formado por recursos provenientes dos impostos e transferências dos Estados, Distrito Federal e Municípios. São redistribuídos aos Estados e Municípios de acordo com critérios de rateio baseado no número de alunos matriculados na rede pública divulgado pelo censo escolar. A aplicação de seus recursos na educação básica é obrigatória.

O aumento das receitas do FUNDEB no bimestre (+ 4,2% / + R\$ 18,01 milhões) refere-se ao desempenho do ICMS nas receitas do fundo, que apresentou acréscimo neste período citado.

No acumulado, o crescimento de R\$ 9,58 milhões (+ 0,4%) no resultado é derivado do aumento da receita do IPVA e do ITD.

- CONVÊNIOS:

As receitas de convênios mostram o valor de R\$ 34,92 milhões, apresentando crescimento de 33,1% (+ R\$ 8,69 milhões) em relação ao mesmo bimestre do ano passado. Deve-se destacar o convênio com a FECOMÉRCIO/SENAC do Rio de Janeiro, que apresentou montante significativo em dezembro de 2015, o que não se repetiu no mesmo período de 2014. Há que se considerar, também, que o convênio com a Caixa Econômica Federal verificou um repasse elevado, no mês de novembro de 2015, o que não ocorreu ao longo do ano de 2014.

Já no acumulado, as Transferências de Convênios apresentam decréscimo de R\$ 52,10 milhões (- 32,3%). Esse resultado explica-se pela queda na receita oriunda do convênio com a Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro, que apresentou montante significativo em outubro de 2014, o que não se repetiu ao longo do ano de 2015. Há que se considerar, também, que o convênio com o Fundo Especial da Assembleia Legislativa do ERJ verificou um repasse elevado, também, no mês de outubro de 2014, o que de fato não ocorreu ao longo do ano corrente.

IV.II Receitas de Capital

Bimestre: R\$ 3.329,22 milhões / +9,8%
Acumulado: R\$ 6.770,34 milhões / -50,3%

Tabela 18

RECETA DE CAPITAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, 2014/2015.

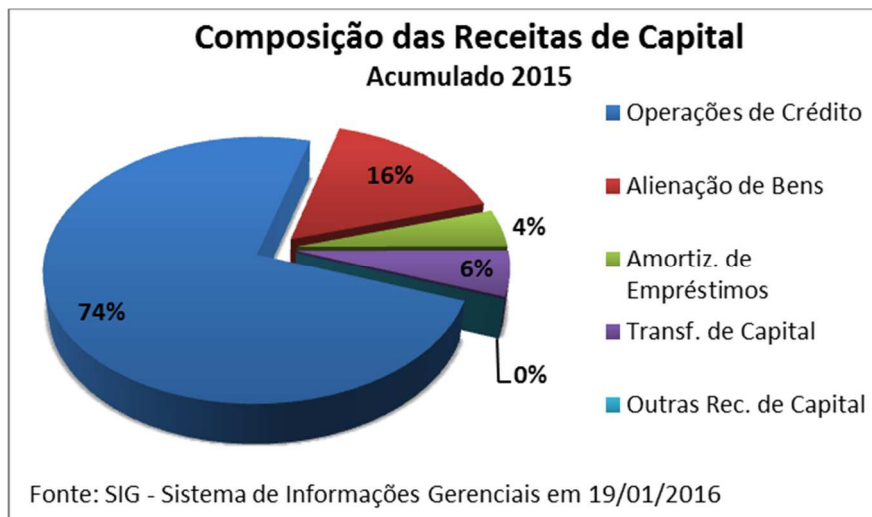
(R\$ milhões)

DISCRIMINAÇÃO	EXECUÇÃO BIMESTRAL (NOV - DEZ)		VAR %	EXECUÇÃO ACUMULADA (JAN - DEZ)		VAR %
	2014	2015		2014	2015	
RECEITAS DE CAPITAL	3.030,92	3.329,22	9,8%	13.634,68	6.770,34	-50,3%
Operações de Crédito	955,42	2.111,88	121,0%	7.605,49	4.994,87	-34,3%
Alienação de Bens	2.003,37	1.071,08	-46,5%	5.411,95	1.084,01	-80,0%
Amortiz. de Empréstimos	44,26	8,80	-80,1%	279,22	310,85	11,3%
Transf. de Capital	27,86	137,46	393,3%	337,97	380,60	12,6%
Outras Rec. de Capital	0,00	0,00	0,0%	0,05	0,00	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais do Rio de Janeiro em 19/01/2016.

As Receitas de Capital apresentaram variação bimestral de + 9,8% (+ R\$ 298,30 milhões), em relação ao mesmo período de 2014, devido, principalmente, ao aumento das Operações de Crédito no montante de R\$ 1.156,46 milhões.

Gráfico 12



OPERAÇÕES DE CRÉDITO: O aumento de 121,0% (+ R\$ 1.156,46 milhões) nas Receitas de Operações de Crédito neste bimestre em relação ao mesmo período do ano passado decorre, em especial, da ampliação das Demais Operações de Crédito Internas para Programas de Governo destinados ao financiamento do Pró - Cidades I – BB e Pró - Cidades II – BB.

O resultado acumulado representa uma redução de 34,3% (- R\$ 2.610,62 milhões) em relação ao acumulado de 2014. Esse desempenho é resultante da redução das operações de crédito que objetivaram financiar os programas Pró – Cidades II do BB e as Operações de Crédito Internas para Programas de Meio Ambiente destinados ao financiamento do PRODES – CREDIT SUISSE.

ALIENAÇÕES DE BENS: A receita de alienação de bens apresentou redução de R\$ 932,29 milhões (-46,5%). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro de receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em novembro de 2014, distorcendo a base de comparação.

Da mesma forma, o acumulado dessa conta apresentou decréscimo de 80,0% (- R\$4.327,94 milhões), resultado do ingresso financeiro atípico da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014.

TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL: A receita de alienação de bens apresentou redução de R\$ 932,29 milhões (-46,5%). Tal fato é explicado pelo ingresso financeiro de receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em novembro de 2014, distorcendo a base de comparação.

Da mesma forma, o acumulado dessa conta apresentou decréscimo de 80,0% (- R\$4.327,94 milhões), resultado do ingresso financeiro atípico da receita proveniente da Venda de Recebíveis do RIOPREVIDÊNCIA em junho de 2014.



AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS: As receitas referentes à Amortização de Empréstimos fecharam com decréscimo de 80,1% (- R\$ 35,46 milhões) no bimestre. A variação bimestral justifica-se pela redução da receita oriunda da conta do Fundo de Desenvolvimento Econômico e Social – FUNDES no RIOPREVIDÊNCIA.

Por outro lado, o resultado acumulado de + 11,3% (+ R\$ 31,63 milhões) apresentado nesta receita se justifica pela variação positiva da conta do Fundo de Recuperação Econômica de Municípios Fluminenses (FREMFL). Vale ressaltar que, anteriormente, os recursos do FREMFL eram transferidos diretamente ao RIOPREVIDÊNCIA, por determinação do Decreto 42.753 de 20 de dezembro de 2010. Por esse motivo, a base de comparação está distorcida.

V. Despesas do Estado do Rio de Janeiro

V.I Despesa Total

A Tabela 19 mostra as despesas do ERJ no seu aspecto mais amplo.

Inicialmente, a LOA fixou as despesas do Poder Executivo em R\$ 75,35 bilhões.

Ao fim do 6º bimestre, com o registro das alterações no orçamento, a dotação alcançou R\$ 79,77 bilhões. Deste valor, R\$ 3,96 bilhões (5,0%) encontram-se contingenciados, medida que vislumbra orientar as despesas orçamentárias ao novo panorama econômico.

No ano, aproximadamente R\$ 58,88 bilhões em despesas foram empenhados pelos órgãos do Poder Executivo (77,7% do orçamento disponível).

Para os Demais Poderes, a despesa inicialmente fixada foi de R\$ 7,45 bilhões. A dotação final apresentou ligeiro acréscimo de 2,1% alcançando o patamar de R\$ 7,61 bilhões. Boa parte das despesas planejadas pelos órgãos foi empenhada (R\$ 7,10 bilhões, equivalente a 93,32% da dotação autorizada).

V.II Créditos Adicionais

Em 2015, aproximadamente R\$ 5,27 bilhões foram acrescidos ao orçamento.

Avaliando as alterações registradas pelos dois principais grupos (Tesouro e Demais Fontes), verificou-se que 70% do acréscimo total ocorrido no orçamento foram assegurados com recursos não originários do Tesouro (Demais Fontes).

Analisando as alterações por suas respectivas Fonte de Recurso (FR), observou-se uma forte expansão por meio das FR 10

Tabela 19 - Execução da Despesa Total

R\$ Milhões

EXECUÇÃO DA DESPESA TOTAL - JANEIRO A DEEMBRO							
PODER EXECUTIVO							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	67.582	71.096	360	70.736	65.419	65.419
	DESPESA INTRA	2.977	3.626	84	3.542	3.464	3.464
	DESPESA TOTAL	70.559	74.722	444	74.277	68.883	68.883
2015	DESPESA SEM INTRA	71.496	76.642	3.934	72.708	55.775	55.774
	DESPESA INTRA	3.855	3.131	23	3.108	3.105	3.105
	DESPESA TOTAL	75.350	79.773	3.957	75.816	58.880	58.879
OUTROS PODERES							
ANO	TIPO	LOA	DOTAÇÃO ATUAL	CONTING.	DISPONÍVEL	EMPENHADO	LIQUIDADO
2014	DESPESA SEM INTRA	5.943	6.111	0	6.111	5.802	5.802
	DESPESA INTRA	587	1.024	0	1.024	1.020	1.020
	DESPESA TOTAL	6.530	7.135	0	7.135	6.821	6.821
2015	DESPESA SEM INTRA	6.843	6.966	0	6.966	6.464	6.464
	DESPESA INTRA	608	640	0	640	634	634
	DESPESA TOTAL	7.451	7.606	0	7.606	7.098	7.098

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

(Arrecadação Própria), FR 11 (Operação de Crédito através do Tesouro) e FR 90 (Fundo de Depósitos Judiciais): juntos, esses recursos totalizaram R\$ 5,02 bilhões, ou, 95,3% do total suplementado.

Em contrapartida, as FR 00 (Impostos), FR 22 (Adicional do ICMS - FECP), FR 06 (FPE) e FR 07 (Transferências da União provenientes de Impostos) registraram contração de R\$ 3,37 bilhões.

A Tabela 20 apresenta as alterações orçamentárias incluídas no orçamento do Estado, incrementos financiados essencialmente por meio de Convênios, Operações de Crédito e Demais Recursos.

Numa análise por função governamental, o maior acréscimo ocorreu na função Transportes: R\$ 1,55 bilhão, sendo R\$ 1,53 bilhão por meio de Operações de Crédito (Tesouro). R\$ 1,22 bilhão foi alocado no projeto Implantação de Novas Linhas Metroviárias; R\$ 378,47 milhões no projeto Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário - PET II; e R\$ 130,95 milhões no Programa Bilhete Único.

Outra função em destaque, a Segurança Pública registrou R\$ 1,28 bilhão de incremento orçamentário. O ajuste suplementou os gastos de pessoal e encargos sociais (R\$ 201,74 milhões) bem como a despesa de outras importantes ações: destaque para o projeto Apoio às Ações de Segurança (+R\$ 513,54 milhões).

A Função Educação também apresentou acréscimos. No período, R\$ 775,90 milhões foram alocados na função, dos quais R\$ 753,71 milhões foram por meio de recursos de Demais Fontes: 91,4% através da FR 15 (FUNDEB).

A Tabela 21 apresenta as alterações orçamentárias ocorridas nas principais funções contidas no orçamento.

Tabela 20 - Alterações Orçamentárias

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2015			
FR	LOA	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUAL
TESOURO	54.158	1.607	55.765
OP. CRÉDITO	6.143	1.836	7.979
DEMAIS FONTES	24.181	3.663	27.843
CONVÊNIOS	4.430	234	4.664
OUTRAS	19.750	3.429	23.180
TOTAL	78.339	5.269	83.608

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

Tabela 21 - Funções

R\$ Milhões

ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS - JAN A DEZ 2015		
PRINCIPAIS FUNÇÕES	FR	CRÉDITOS ADICIONAIS
Transporte	Tesouro	1.537
	Demais Fontes	33
Segurança Pública	Tesouro	511
	Demais Fontes	772
Educação	Tesouro	22
	Demais Fontes	754
SUBTOTAL		3.629
OUTRAS DEMANDAS		1.640
TOTAL		5.269

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

V.III Despesas por Grupo

Este tópico analisa os gastos pela ótica da Categoria Econômica (Corrente ou Capital) e pelo Grupo de Despesa, classificações que proporcionam uma melhor visibilidade das ações executadas.

A Tabela 22 apresenta os dados apurados no último bimestre, bem como os valores registrados no acumulado do ano, comparando-os com os de 2014.

A Categoria das Despesas Correntes do RJ, grupo formado pelas despesas de Pessoal e Encargos Sociais, Juros e Encargos da Dívida, e Outras Despesas Correntes – esta composta pelos gastos com inativos/pensionistas, despesas constitucionais e legais (transferências obrigatórias de recursos aos municípios e do pagamento de encargos com o Governo Federal) e com o custeio da máquina – foi responsável por 83,7% (R\$ 52,09 bilhões) do total liquidado no ano.

A Categoria das Despesas de Capital (Investimentos, Inversões Financeiras e Amortização da Dívida) executou R\$ 10,15 bilhões, representando 16,3% do total liquidado pelo ERJ.

Cabe ressaltar que as despesas intraorçamentárias estão excluídas da referida análise. Tais despesas (montantes pagos pelos órgãos e entidades que compõem os Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social às entidades pertencentes do Orçamento de Investimento) totalizaram no ano R\$ 3,74 bilhões, 5,7% do total gasto pelo Estado.

Nos próximos tópicos serão averiguados os gastos, as variações e as justificativas apresentado por cada grupo de despesa.

Tabela 22 – Despesas por Grupo

R\$ Milhões

CATEGORIA ECONÔMICA	GRUPO	NOV A DEZ			JAN A DEZ		
		2014	2015	Variação %	2014	2015	Variação %
CORRENTE	1 - PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	3.187	3.307	3,8%	18.216	19.156	5,2%
	1.1 - PODER EXECUTIVO	2.450	2.579	5,3%	14.152	14.769	4,4%
	1.2 - OUTROS PODERES	738	728	-1,3%	4.064	4.387	7,9%
	2 - JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	684	973	42,2%	3.233	3.835	18,6%
	3 - OUTRAS DESPESAS CORRENTES	8.326	5.927	-28,8%	38.566	29.094	-24,6%
	3.1 - DESPESAS DE CUSTEIO	4.577	3.078	-32,8%	14.389	14.804	2,9%
	3.1.1 - PODER EXECUTIVO	4.083	5.340	30,8%	12.781	12.887	0,8%
	3.1.2 - OUTROS PODERES	494	587	19,0%	1.608	1.917	19,2%
	3.2 - INATIVOS E PENSIONISTAS	2.201	1.258	-42,8%	13.158	13.285	1,0%
	3.3 - TRANSFERÊNCIAS OBRIGATÓRIAS	1.548	1.592	2,8%	11.020	9.422	-14,5%
	3.3.1 - ENC. COM A UNIÃO / ROYALTIES (EGI)	0	0	0,0%	1.200	1.005	-16,3%
3.3.2 - TRANSFERÊNCIAS AOS MUNICÍPIOS	1.548	1.592	2,8%	9.819	8.417	-14,3%	
TOTAL CORRENTE	12.198	10.208	-16,3%	60.015	52.085	-13,2%	
CAPITAL	4 - INVESTIMENTOS	1.695	2.219	30,9%	7.666	6.660	-13,1%
	4.1 - PODER EXECUTIVO	1.637	2.137	30,5%	7.538	6.501	-13,8%
	4.2 - OUTROS PODERES	59	83	41,4%	129	159	24,0%
	5 - INVERSÕES FINANCEIRAS	12	16	36,9%	90	43	-52,0%
	6 - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	592	654	10,4%	3.450	3.450	0,0%
TOTAL CAPITAL	2.300	2.890	25,7%	11.206	10.154	-9,4%	
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)		14.497	13.098	-9,7%	71.221	62.239	-12,6%
Despesas Intraorçamentárias		1.073	413	-61,5%	4.483	3.739	-16,6%
TOTAL GERAL		15.571	13.511	-13,2%	75.704	65.978	-12,8%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

Exclui despesas intra-orçamentárias / Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

Em 2015, devido à nova realidade econômica do estado, as despesas liquidadas pelo ERJ registrou queda de 12,8% (-R\$ 9,73 bilhões).

Medidas fiscais de contingenciamento e revisão da execução orçamentária foram necessárias para ajustar as demandas sociais à capacidade arrecadatória do Tesouro estadual.

➤ Despesas de pessoal

A Tabela 23 examina as despesas com pessoal em relação às áreas de prioridade do ERJ.

No acumulado do ano, foram liquidados R\$ 19,16 bilhões.

Esse montante é 5,2% superior ao de 2014 (+R\$ 940,02 milhões).

Se consideradas as despesas intraorçamentárias do exercício (R\$ 2,98 bilhões), o valor total aplicado nessa tipologia de despesa alcança o patamar de R\$ 22,13 bilhões, incremento de 6,7% ante 2014.

O aumento de 17,7% registrado nas despesas intraorçamentárias em 2015 é devido das transferências a título de antecipação do montante das obrigações patronais que seriam pagos ao longo do exercício a fim de assegurar o fluxo de pagamento de Inativos e Pensionistas.

Identificou-se, no Executivo, um gasto maior nas áreas de Segurança Pública, Educação, Administração e Saúde: áreas prioritárias da política de gestão do atual Governo. Essas áreas demonstraram uma significativa variação até dezembro. Juntas, as despesas executadas por elas totalizaram R\$ 13,04 bilhões (68,1% do total gasto pelo estado quando não contabilizadas as intraorçamentárias).

No ano, tais setores apresentaram crescimento de 8,3% frente 2014, ou seja, +R\$ 1,00 bilhão.

O valor gasto pelo Estado nos demais setores (Demais Áreas) registrou queda quando comparado ao último exercício: -3,9% (-R\$ 291,63 milhões). As despesas liquidadas somaram R\$ 7,18 bilhões no acumulado.

- No âmbito da Segurança Pública o aumento registrado foi de 18,8% (+R\$ 1,05 bilhões). A expressiva variação provém, em parte, da concessão do auxílio moradia estabelecido pela Lei Estadual Nº 6.162/2012 e do reajuste de 11,8% na concessão da Gratificação por Tempo de Serviço (que apresentou uma variação de 23,0% no ano).

Tabela 23 - Despesas de Pessoal

R\$ Milhões

ÁREA	NOV A DEZ		VARIACÃO %	JAN A DEZ		VARIACÃO %
	2014	2015		2014	2015	
Segurança Pública	928	1.099	18,4%	5.621	6.675	18,8%
Educação	659	635	-3,6%	4.121	4.304	4,4%
Saúde	179	184	2,9%	1.007	1.002	-0,5%
DEMAIS ÁREAS	1.422	1.389	-2,3%	7.467	7.176	-3,9%
TOTAL (sem despesas intraorçamentárias)	3.187	3.307	3,8%	18.216	19.156	5,2%
DESPESAS INTRAORÇAMENTÁRIAS	176	166	-5,3%	2.528	2.976	17,7%
TOTAL GERAL	3.363	3.474	3,3%	20.744	22.132	6,7%

Fonte SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs.: Dados Extraídos em 25/01/2016

Tabela 24 - Despesas de Pessoal

Principais Gratificações na Área da Segurança Pública no Exercício de 2016

Detalhamento da Despesa	JAN-DEZ		Variação %
	2014	2015	
Gratificação Adicional Por Tempo de Serviço	703.926.750	865.828.056	23,0%
Grat.Regime Especial Trab Policial - Militar	857.443.730	859.503.360	0,2%
Auxílio Moradia	645.320.021	710.660.623	10,1%
Soldo	599.774.509	660.429.162	10,1%
	2.806.465.010	3.096.421.201	10,3%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs.: Dados extraídos em 25/01/2016.



Os benefícios demonstrados na Tabela 24 resultaram numa ampliação de 10,3 (+R\$ 289,95 milhões).

- Na área da Educação foram executados até dezembro R\$ 4,30 bilhões, aumento de 4,4% (+R\$ 182,10 milhões) em relação a 2014, como consequência direta dos reajustes e melhorias concedidos aos servidores da rede estadual de ensino. Essas medidas buscaram valorizar do profissional do ramo e acarretaram no aumento de 9,0% no vencimento, no reajuste de 25% no auxílio transporte, na ampliação do auxílio qualificação, e no aumento de 10% na gratificação de difícil provimento.
- Na área da Saúde foi averiguada uma ligeira queda perante dados do último ano (-0,5%, ou, -R\$ 4,59 milhões). Esse resultado é justificado pelo novo modelo de gestão do segmento, os Contratos de Gestão. Por meio desse modelo de parceria com a iniciativa privada, o Estado repassou às Organizações Sociais (OS), entidades de direito privado sem fins lucrativos, a responsabilidade pela execução dos serviços acordados em contrato, reduzindo assim as demandas sobre o aparato estatal e melhorando a gestão do serviço público.

Por fim, os gastos dos Demais Poderes (Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas) representam 22,9% do montante gasto no ano: R\$ 4,39 bilhões em recursos foram alocados na função pessoal, um aumento de 7,9% ante 2014.

➤ **Outras Despesas Correntes**

A Tabela 25 apresenta os custos de manutenção do ERJ.

No acumulado, o Estado apresentou uma despesa de R\$ 14,80 bilhões (R\$ 3,08 bilhões apenas no 6º bimestre). Esse valor agrupa as principais ações e o custeio da administração pública.

Se adicionadas as despesas com inativos e pensionistas, transferências aos municípios e as despesas intraorçamentárias, o montante pago no ano alcançou o patamar de R\$ 29,82 bilhões, montante esse 26,4% inferior ao registrado em 2014 (decréscimo de R\$ 10,71 bilhões). Essa variação negativa foi necessária diante do atual cenário econômico. Houve uma forte redução/contingenciamento nos gastos discricionários da Administração Pública.

No âmbito da Saúde, as ações selecionadas requereram no exercício R\$ 4,03 bilhões, elevação de 3,2% (+R\$ 123,95 milhões) ante 2014, em decorrência da implantação de novos contratos firmados com Organizações Sociais.

Na área do Transporte Público, o Programa Bilhete Único requereu R\$ 595,36 milhões (aumento de 9,1%, ou seja, +R\$ 49,71 milhões) em relação a 2014. O aumento ocorreu dado à elevação do período de abrangência entre a integração de modais de 2 horas e meia para 3 horas, além da implantação do subsídio na tarifa dos trens (subsídio no valor de R\$ 0,30 para cada viagem), o que gerou, neste período, uma elevação no número de benefícios.

Os programas Renda Melhor e Aluguel Social, ações sociais implementadas pelo Governo do Estado cuja finalidade é a concessão de auxílio financeiro à população fluminense economicamente menos favorecida, exigiram, no ano, R\$ 271,54 milhões. Comparativamente a 2014, esses programas mostraram uma redução (R\$ 45,65 milhões) no aporte realizado pelo Estado: apenas no último bimestre do exercício, a diferença registrada entre os anos nos valores realizados apontou queda de 34,3% (R\$ 15,68

Tabela 25 - Outras Despesas Correntes

R\$ Milhares

AÇÕES	NOV - DEZ		Variação %	JAN - DEZ		Variação %
	2014	2015		2014	2015	
Demais Poderes	493.868	587.461	19,0%	1.608.274	1.917.474	19,2%
Principais Ações de Saúde *	1.325.101	1.451.152	9,5%	3.903.848	4.027.807	3,2%
Bilhete Único	96.270	91.065	-5,4%	545.641	595.359	9,1%
Renda Melhor + Aluguel Social	52.094	36.416	-30,1%	317.188	271.536	-14,4%
Alimentação dos Apenados e Custodiados	106.573	143.283	34,4%	299.974	301.491	0,5%
Nutrição Escolar	61.254	67.870	10,8%	289.107	303.281	4,9%
Demais Desp. Custeio	2.442.069	700.644	-71,3%	7.425.019	7.387.360	-0,5%
Subtotal CUSTEIO	4.577.229	3.077.892	-32,8%	14.389.051	14.804.307	2,9%
INATIVOS E PENSIONISTAS	2.200.568	1.257.688	-42,8%	13.157.596	13.285.373	1,0%
TRANSF. OBRIGATÓRIAS	1.548.050	1.591.619	2,8%	11.019.615	9.421.749	-14,5%
DESPESAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	897.473	205.804	-77,1%	1.954.941	721.040	-63,1%
TOTAL	9.223.320	6.133.003	-33,5%	40.521.203	29.815.351	-26,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

* Oper. Integ. de Unid. Próp. p/ Gest. Compart. + Op. Serv. Saúde Unid. Próp. por Gest. Compart. + Oper. de UPAS 24 H Próp. por Gest. Compart. (OS) + Operacion das Unid. Próprias Hosp.e Ambulat. + Contratação de Serviço de Saúde Privado + Apoio às UPAS 24 Horas Municipalizadas.

Até o 6º Bimestre, foram liquidados, em Outras Despesas Correntes do ERJ, R\$ 29,82 bilhões.

Um decréscimo de R\$ 10,70 bilhões (-26,4%) frente ao apurado no mesmo período de 2014.

Essa variação negativa deve-se a redução dos gastos livres do Estado em função do atual cenário econômico enfrentado.

milhões). Novamente, a frustração na receita prevista impactou o ritmo de execução do aparelho estatal no ano.

O programa Alimentação dos Apenados e Custodiados, principal despesa realizada pela Secretaria de Administração Penitenciária, registrou R\$ 301,49 milhões em despesas no exercício de 2015. A execução contabilizada foi bem próxima da apurada em 2014 (ligeiro aumento +0,5%).

Por fim, outra relevante ação desempenhada pelo ERJ nesse grupo de despesa, a ação Nutrição Escolar apresentou uma variação positiva de 4,9%, ou seja, aumento de R\$ 14,17 milhões. Essa atividade representa o maior gasto da função Educação no grupo de outras despesas correntes.

➤ Investimentos e Inversões Financeiras

A Tabela 26 apresenta as principais execuções do em Investimentos e Inversões Financeiras no exercício. Ao todo, foram investidos R\$ 6,70 bilhões em 2015. Desse total, R\$ 5,24 bilhões (aproximadamente 78,0% do total gasto) foram assegurados com recursos de Operações de Crédito, receita obtida extraordinariamente junto ao mercado de capitais. Dentre as principais funções do estado, transporte público teve destaque no rol de investimentos realizados pelo Governo. Foram investidos R\$ 4,07 bilhões na área (60,7% do total realizado no ano), recurso esse financiado basicamente por operação de crédito junto ao BNDES.

Outras funções também apresentaram relativo destaque/participação nesse grupo de despesa: Segurança Pública (R\$ 227,80 milhões); Urbanismo (R\$ 862,05 milhões); e Gestão Ambiental (R\$ 373,65 milhões).

Numa análise por projetos/ações desenvolvidos pelo ERJ, destacam-se a Implantação de Novas Linhas Metroviárias (R\$ 3,02 bilhões) e a Melhoria no Sistema de Transporte Ferroviário (R\$ 780,36 milhões).

- A implantação da linha 4 do Metrô é o maior legado em transporte que a população do Rio de Janeiro ganhará com

Tabela 26 - Investimentos e Inversões Financeiras

PRINCIPAIS AÇÕES	JAN A DEZ		Em R\$ Milhares
	2014	2015	Variação (%)
Implantação de Novas Linhas Metroviárias	2.074.520	3.015.796	45,4%
Melhoria no Sistema de Transp Ferrov - PET II	211.224	780.362	269,4%
Implantação de Projetos de Infraestrutura	493.937	195.924	-60,3%
Imp. Arco Metropolitano - PAC - RJ	663.856	184.043	-72,3%
Abastecimento de Água - PAC	251.074	183.661	-26,8%
Implant e Melh da Infraestr Viária ? Pró-Vias	174.042	183.175	5,2%
Prevenção e Contr Ambiental de Inundações	146.672	138.189	-5,8%
SUBTOTAL	4.015.325	4.681.150	16,6%
DEMAIS AÇÕES	3.741.133	2.022.429	-45,9%
TOTAL	7.756.457	6.703.579	-13,6%

Fonte: SIG - Sistemas de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

Exclui as despesas intra-orçamentárias/Exclui Imprensa Oficial e CEDAE

os Jogos Olímpicos. Estima-se que, após passar por uma fase de testes, a Linha 4 entre em operação em julho de 2016, quando estarão funcionando as estações Nossa Senhora da Paz, Jardim de Alah, Antero de Quental, São Conrado e Jardim Oceânico. Do total das obras, 83% já foram concluídas e faltam apenas 700 metros para a escavação.

- O processo de Melhoria do Sistema Ferroviário do ERJ foi iniciado em 2012 quando começaram a entrar em circulação as 30 primeiras composições fabricadas na China. Em 2013, foram adquiridos mais 70 trens chineses, totalizando 100 composições. Pelo cronograma elaborado pelas áreas técnicas, a conclusão da renovação da frota ocorrerá em 2016.

A ação Implantação de Projetos de Infraestrutura também apresentou considerável grau de participação no total de despesas registradas: no ano, foram R\$ 195,92 milhões investidos.

Por meio dessa ação, o DER-RJ (Departamento de Estradas de Rodagem) buscou ampliar a utilização da tecnologia do asfalto borracha na pavimentação de estradas fluminenses, motivo pelo qual foi premiado e reconhecido internacionalmente por este projeto inovador e sustentável. O ERJ foi pioneiro no uso dessa nova tecnologia. Em 2015, diversas cidades das regiões Norte, Noroeste e Sul Fluminense foram beneficiadas. No Sul Fluminense, três estradas foram contempladas com este tipo de pavimentação: a RJ-145 (rodovia que liga as cidades de Rio Claro e Rio das Flores), e a RJ-125 (principal elo da Via Dutra com os municípios de Japeri, Miguel Pereira, Paty do Alferes e Vassouras).

V.IV - Cumprimento das despesas vinculadas aos índices constitucionais: Educação, Saúde, FAPERJ³³, FECAM³⁴ e FEHIS³⁵.

A Tabela 27 ao lado, apresenta os percentuais verificados pelos índices constitucionais e legais com base na arrecadação da receita e a liquidação das despesas acumuladas de 2015.

Ressalta-se a apuração destes índices é realizada ao fim do exercício. O acompanhamento ao longo do ano e a divulgação de tais resultados por meio deste Boletim de Transparência tem a finalidade de balizar a gestão orçamentária e financeira adequada ao cumprimento dos percentuais.

A apuração dos índices leva em consideração as receitas e despesas previstas pela respectiva legislação: para os Índices de Educação e Saúde, são contabilizados os recursos provenientes da arrecadação de impostos e de transferências recebidas pelo Estado e as despesas por eles financiados; para o Índice da FAPERJ, a receita é composta pelos recursos líquidos de impostos (subtraída das transferências aos municípios) deduzida dos montantes equivalentes à aplicação em Educação e Saúde; para o FECAM, a aplicação mínima em gastos com meio ambiente é igual a 5% dos recursos de royalties oriundos da exploração dos campos de pós-sal mais 10% do pré-sal; e, por fim, para o FEHIS, o mínimo equivale a 10% dos recursos provenientes do Fundo Estadual de Combate à Pobreza e às Desigualdades Sociais – FECP –, receita tributária que incide adicionalmente ao ICMS.

As receitas tributárias, que são base para os cálculos da maioria dos índices, apresentaram ligeiro crescimento em relação ao ano anterior. A exceção fica por conta dos recursos provenientes dos royalties, que afetam diretamente o índice do FECAM. A frustração na entrada destes recursos gerou uma queda de 39,8% na receita base.

Uma análise apenas dos percentuais aplicados mostra panoramas distintos em relação à execução dos índices. O percentual mínimo de 25% na Educação, assim como o de 12% na Saúde, vem sendo cumprido ao longo do ano, impulsionado, sobretudo, pela despesa de

Tabela 27 - Execução dos Índices Constitucionais

R\$ Milhares

EXECUÇÃO ÍNDICES CONSTITUCIONAIS			
PERÍODO	JAN - DEZ		Variação %
	2014	2015	
EDUCAÇÃO			
RECEITA BASE	33.876.976	34.688.846	2,4%
DESPESA LIQUIDADADA	8.675.872	9.082.346	4,7%
Uos	3.130.163	3.371.846	7,7%
FUNDEB	5.545.708	5.710.501	3,0%
MÍNIMO A SER APLICADO (25%)	8.469.244	8.672.211	2,4%
% ÍNDICE	25,6%	26,2%	0,57%
SAÚDE			
RECEITA BASE	33.876.944	34.688.719	2,4%
DESPESA LIQUIDADADA*	4.084.196	4.276.989	4,7%
MÍNIMO A SER APLICADO (12%)	4.065.233	4.162.646	2,4%
% ÍNDICE	12,1%	12,3%	0,3%
FAPERJ			
RECEITA BASE	20.229.642	20.750.351	2,6%
DESPESA LIQUIDADADA	408.994	414.923	1,4%
MÍNIMO A SER APLICADO (2%)	404.593	415.007	2,6%
% ÍNDICE	2,0%	2,0%	0,0%
FECAM			
RECEITA BASE	8.256.214	4.972.138	-39,8%
DESPESA LIQUIDADADA**	479.440	327.478	-31,7%
MÍNIMO A SER APLICADO	463.642	329.597	-28,9%
% ÍNDICE	5,8%	6,5%	0,7%
FEHIS			
RECEITA BASE	2.938.633	3.039.597	3,4%
DESPESA LIQUIDADADA	294.314	305.031	3,6%
MÍNIMO A SER APLICADO (10%)	293.863	303.960	3,4%
% ÍNDICE	10,0%	10,0%	0,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 11/02/2016.

1. Valor da Despesa Liquidada

* Inclui o valor da FR 23 - Gestão de Saúde

** Desconta o valor de RP Processado Cancelado inscritos nos últimos 5 anos.

³³ FAPERJ- Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro

³⁴ FECAM- Fundo Estadual de Conservação Ambiental

³⁵ FEHIS- Fundo Estadual de Habitação de Interesse Social

pessoal. Cenário semelhante ocorre com os índices da FAPERJ e FEHIS. Já o índice do FECAM apresenta despesas liquidadas e percentuais de aplicação inferiores aos verificados no ano anterior. A seguir, os gastos correspondentes aos índices serão tratados detalhadamente.

➤ Educação

No encerramento deste exercício foram executados R\$ 9,08 bilhões de despesa liquidada na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino, um aumento de 4,7% (+R\$ 406,47 milhões). O Índice da Educação atingiu uma aplicação na função de 26,2%. A Tabela 28 demonstra a despesa executada da função por grupo de despesa.

A despesa de pessoal aplicada com recursos do Tesouro apresentou uma variação positiva de 9,9% quando comparada com 2014. Ela atingiu o patamar de R\$ 2,66 bilhões, ficando a maior parcela alocada na Secretaria de Educação (R\$ 965,05 milhões) destinada basicamente com o pagamento da folha dos profissionais da rede estadual. Do montante executado na despesa do grupo de Pessoal, as Unidades Orçamentárias contribuíram com R\$ 675,80 milhões para o aporte ao RIOPREVIDÊNCIA.

As Outras Despesas Correntes, que agregam o custeio de todas as Unidades Orçamentárias que compõem o índice e as transferências ao FUNDEB, cresceram 3,0% (+R\$ 185,94 milhões). O FUNDEB participou com 62,9%, sendo responsável pelo acréscimo de R\$ 164,79 milhões em relação ao exercício anterior, conforme demonstrado na Tabela 28.

A Tabela 29 demonstra a distribuição da despesa do índice por Unidade Orçamentária do ERJ, além da análise das maiores participações executadas até dezembro de 2015. A despesa liquidada pelas Unidades Orçamentárias somou em 2015 o montante R\$ 3,37 bilhões, que ao ser comparado com o ano anterior, exibiu um crescimento de 7,7% (+R\$ 241,68 milhões).

A Secretaria de Educação, responsável em 2015 pela administração de 1.285 unidades da rede de ensino e atendendo 746.490 alunos, apresentou maior participação na composição do índice (14,4%), com uma execução total de R\$

Tabela 28 - Aplicação na Função Educação

Em R\$ Milhares

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - DEZ			
	2014	2015		
Pessoal	2.424.966	2.665.957	9,9%	29,4%
Outras Desp. Correntes	6.222.323	6.408.260	3,0%	70,6%
Custeio*	676.615	697.759	3,1%	7,7%
FUNDEB*	5.545.708	5.710.501	3,0%	62,9%
Investimento/Inversões	28.582	8.129	-71,6%	0,1%
RP Cancelado	-	-		
TOTAL	8.675.872	9.082.346	4,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

*A participação do Custeio e do FUNDEB foi calculada com base no Total Geral

Tabela 29 - Distribuição do Índice por UO

Em R\$

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS*	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - DEZ			
	2014	2015		
SEEDUC - Secretaria de Estado de Educação	1.226.491.681	1.306.101.347	6,5%	14,4%
DEGASE - Depart.Geral Ações Socio-Educat.	147.734.562	165.151.302	11,8%	1,8%
UERJ - Fundação Universidade do Estado do RJ	789.453.487	922.679.723	16,9%	10,2%
FAETEC - Fund de Apoio à Escola Técnica do Est do RJ	771.211.958	770.131.275	-0,1%	8,5%
UENF - Fund Univ Est Norte Fluminense Darcy Ribeiro	131.348.360	148.871.521	13,3%	1,6%
CECIERJ - Fund Centro Ciên Educ Sup Distã do Est RJ	40.420.131	38.090.256	-5,8%	0,4%
UEZO - Fund Centro Univers Estad da Zona Oeste	23.503.195	20.820.083	-11,4%	0,2%
Total das Unidades Orçamentárias**	3.130.163.373	3.371.845.506	7,7%	37,1%
FUNDEB**	5.545.708.223	5.710.500.543	3,0%	62,9%
RP Cancelado**	-	-		
TOTAL DO ÍNDICE	8.675.871.596	9.082.346.049	4,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

*A participação de cada unidade orçamentária foi calculada com base no valor apurado em Total das Unidades Orçamentárias.

1,31 bilhão. Do montante aplicado, R\$ 965,05 milhões foram gastos na despesa de pessoal (73,9%). O gasto da SEEDUC no custeio atingiu o valor de R\$ 340,22 milhões, sendo R\$ 78,94 milhões concentrados no Transporte Escolar, R\$ 56,10 milhões no Apoio aos Serviços Educacionais e R\$ 125,07 milhões no pagamento de despesas de serviços públicos das unidades educacionais.

A segunda maior participação na função está concentrada na Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) com um acréscimo no exercício de R\$ 133,23 milhões (+16,9%). Seu principal gasto com recursos do Tesouro refere-se à despesa de pessoal, registrando o valor de R\$ 707,59 milhões, equivalente a 76,7% do total aplicado pela Universidade. No custeio, a Universidade atendeu com a parcela de R\$ 91,46 milhões ao apoio à formação dos estudantes, residência médica, cotistas e demais estudantes.

Na FAETEC foram desembolsados R\$ 770,13 milhões, com 8,5% de participação do índice, e significativo gasto nas despesas de pessoal, atingindo R\$ 709,86 milhões. Do total liquidado em pessoal, foram gastos R\$ 167,23 milhões na contratação de pessoal terceirizado para atender as Unidades da FAETEC.

➤ Educação - Outras Fontes de Recursos

A Função Educação, além dos recursos diretamente arrecadados pelo Estado ou oriundos de Transferências da União, conta com outras fontes de financiamento que são responsáveis por montantes significativos da despesa. O gasto total foi de R\$ 3,26 bilhões até o sexto bimestre.

A Tabela 30 apresenta a destinação das Fontes Não Tesouro na Função Educação.

O montante da despesa financiada pela FR 15 (FUNDEB) apresentou relevante participação (77,3%) até dezembro. Sua execução orçamentária atingiu R\$ 2,52 bilhões, sendo R\$ 2,32 bilhões referentes à folha de pessoal e R\$ 198,44 milhões referentes a demais benefícios concedidos aos profissionais do magistério.

As despesas liquidadas pelo Estado por meio do Salário Educação (FR 05), apresentaram uma variação de 16,7% (+R\$ 67,32 milhões).

Tabela 30 - Aplicação na Função Educação

FR - FONTES NÃO TESOIRO	FUNÇÃO EDUCAÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN - DEZ			
	2014	2015		
FUNDEB (FR 15)	2.496.130.213	2.520.593.954	1,0%	77,3%
SALÁRIO EDUCAÇÃO (FR 05)	402.862.591	470.180.467	16,7%	14,4%
TRANSF. VOLUNT. DA UNIÃO NÃO REFERENTES A CONVÊNIOS (FR 24)	103.240.984	92.628.615	-10,3%	2,8%
RECURSOS PRÓPRIOS (FR 10)	59.041.307	56.449.854	-4,4%	1,7%
SUS (FR 25)	46.245.177	41.361.816	-10,6%	1,3%
OPERAÇÃO DE CRÉDITO (FR 11)	181.682.302	34.879.618	-80,8%	1,1%
CONVÊNIOS (FR 12-13)	40.246.601	40.376.995	0,3%	1,2%
ADMINISTRAÇÃO INDIRETA (98)	123.647	2.357.683	1806,8%	0,1%
TOTAL	3.329.572.824	3.258.829.003	-2,1%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

1. Exclui despesas intra-orçamentárias, CEPERJ e FAPERJ

Dos R\$ 470,18 milhões aplicados, R\$ 220,76 milhões foram alocados no Programa de Alimentação Escolar para atender a 746.490 alunos da rede. Outros R\$ 249,42 milhões foram consumidos por despesas de custeio relacionadas ao funcionamento das escolas e às descentralizações para atender a manutenção das unidades escolares.

➤ Saúde

No exercício de 2015, a aplicação de recursos em ações direcionadas à Rede de Saúde Pública do ERJ foi positiva em 4,7% em relação ao ano passado, +R\$ 192,79 milhões, conforme demonstrado na Tabela 31.

Destaca-se a participação no grupo de despesa de Outras Despesas Correntes na execução do índice, com 74,5% das aplicações em Ações e Serviços de Saúde. Neste grupo de despesa foi constatado um acréscimo de 8,7% (+R\$ 254,62 milhões) em relação ao ano anterior. A análise das principais ações desenvolvidas nesse grupo no ano de 2015 será abordada abaixo conforme as destinações finais mais expressivas:

1- Operacionalização Integral de Unidades Próprias por Gestão Compartilhada – investiu-se R\$ 1,53 bilhão totalmente direcionado para a Gestão de Serviços de Saúde, distribuídos nos Hospitais conforme Tabela 32.

2- Operacionalizações das UPA's 24 horas Próprias administradas por Gestão Compartilhada – aplicação de R\$ 500,94 milhões. A Tabela 33 demonstra o detalhamento da despesa por Unidade de Pronto Atendimento (UPA).

3- Operacionalizações das Unidades Próprias Hospitalares e Ambulatoriais – gastos de R\$ 307,12 milhões sendo: R\$ 82,68 milhões no pagamento de Serviços de Apoio Administrativo, Técnico e Operacional; R\$ 35,32 milhões com o Preparo e Administração de Alimentos e Bebidas; R\$ 25,16 milhões com Reparos, Adaptações e Conservações de bens imóveis; R\$ 24,04 milhões com Serviços de Asseio e Higiene; dentre outras despesas.

Tabela 31 - Aplicação por Grupo de Despesa

Em R\$

GRUPO DE DESPESA	APLICAÇÃO NA FUNÇÃO		Variação %	Participação em 2015
	JAN A DEZ			
	2014	2015		
Pessoal	1.064.250.962	1.059.039.295	-0,5%	24,8%
Outras Desp. Correntes	2.929.974.613	3.184.597.410	8,7%	74,5%
Investimento/Inversões	84.475.225	27.256.402	-67,7%	0,6%
Amortização da Dívida	5.495.587	6.095.665	10,9%	0,1%
TOTAL	4.084.196.388	4.276.988.771	4,7%	100,0%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

Tabela 32 - Repasse para OS's

Em
Milhões R\$

REPASSE PARA AS OS's - 2015		
UNIDADES COM GESTÃO COMPARTILHADA INTEGRAL	LOCALIZAÇÃO	JAN A DEZ
HOSPITAL ESTADUAL VEREADOR MELCHIADES CALAZANS	NILÓPOLIS	46,77
HOSPITAL DA MULHER HELENEIDA STUDART	SÃO JOÃO DE MERITI	49,23
HOSPITAL ESTADUAL ALBERTO TORRES	SÃO GONÇALO	210,82
HOSPITAL ESTADUAL DA CRIANÇA	VILA VALQUEIRE	88,18
HOSPITAL ESTADUAL ALBERT SCHWEITZER	REALENGO	180,12
HOSPITAL ESTADUAL ADÃO PEREIRA NUNES	DUQUE DE CAXIAS	201,84
HOSPITAL DE ORTOPEdia E TRAUMATOLOGIA DONA LINDU	PARAÍBA DO SUL	29,49
HOSPITAL ESTADUAL GETÚLIO VARGAS	PENHA	214,85
HOSPITAL ESTADUAL DO CÉREBRO	CENTRO RJ	85,78
HOSPITAL ESTADUAL AZEVEDO LIMA	NITERÓI	126,94
HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS	MARECHAL HERMES	3,17
HOSPITAL ESTADUAL ROCHA FARIA	CAMPO GRANDE	4,01
HOSPITAL ESTADUAL DE SAQUAREMA	SAQUAREMA	63,81
HOSPITAL ESTADUAL ROBERTO CHABO	ERJ	55,05
SERVIÇOS DE GESTÃO DE SAÚDE	-	12,70
HOSPITAL SÃO FRANCISCO DE ASSIS	CENTRO RJ	100,46
COMPLEXO REGIONAL MATERNIDADE E CLÍNICA DA MULHER	MESQUITA	53,56
TOTAL REPASSADO		1.526,79

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

4- Manutenções de Atividades Operacionais e Administrativas – despesa realizada de R\$ 103,05 milhões, na qual foram repassados R\$ 51,94 milhões à Serviços de Apoio, Administração, Técnico e Operacional; R\$ 8,59 milhões à Manutenção de Software; R\$ 4,46 milhões em Locação de Veículos, fretes, carretos e pedágios; R\$ 4,33 milhões em Readaptações, Adaptações, Conservação de bens Imóveis; dentre outras despesas.

No grupo Investimento/Inversões foi constatada uma redução de 67,7% (-R\$ 57,22 milhões) em relação ao ano anterior, reflexo do corte de orçamento realizado neste exercício de 2015, frente às frustrações de arrecadação de receita.

No grupo de Pessoal houve um discreto decréscimo de 0,5% (-R\$ 5,21 milhões) em relação ao ano passado. Um reflexo do corte de gratificações de pessoal com o objetivo de reequilibrar as contas do ERJ devido à diminuição considerável de orçamento.

A Tabela 34 evidencia a distribuição dos recursos por unidade orçamentária do Estado.

O Fundo Estadual de Saúde – FES –, grande responsável pela execução no período (88%, R\$ 3,76 bilhões), apresentou um pequeno acréscimo (+1,7%, ou seja, +R\$ 62,16 milhões) frente ao executado em 2014.

O grande destaque na execução por Unidade Orçamentária foi a SES (UO 2901). Em consequência do remanejamento do orçamento de três importantes projetos de trabalho do FES (UO 2961) para a Secretaria de Estado de Saúde – SES -, essa unidade orçamentária teve um aumento significativo de execução de 2897,2% (+R\$ 116,83 milhões), apesar de representar somente 2,8% das aplicações do índice.

A Fundação Saúde do ERJ (UO 2942) exibiu um leve crescimento em relação a 2014: variação positiva de R\$ 19,53 milhões (+6,1%). A execução da despesa na Fundação é contabilizada na FR 23 (Contratos Intraorçamentários de Gestão de Saúde), previamente empenhada no FES, com recursos do Tesouro em favor da Fundação.

Tabela 33 - UPA's por OS do ERJ em 2015

UPA'S 24HS do ERJ (Gestão por meio de OS)	Em R\$	
	VALORES REPASSADOS	
	JAN A DEZ	
SÃO GONÇALO I	19.346.725	
MESQUITA	11.139.558	
COMPLEXO PENITENCIÁRIO de BANGU	16.154.750	
SÃO GONÇALO II	14.229.083	
NOVA IGUAÇU II	11.174.086	
CAMPOS dos GOYTACAZES	18.811.271	
SÃO PEDRO DA ALDEIA	11.303.949	
CAXIAS II	16.216.869	
ITABORAÍ	16.428.895	
BOTAFOGO	18.225.216	
ENGENHO NOVO	20.742.005	
ILHA DO GOVERNADOR	13.260.783	
PENHA	17.557.398	
COPACABANA	19.598.360	
JACAREPAGUÁ	17.625.232	
MARÉ	18.935.393	
QUEIMADOS	17.444.426	
TIJUCA	19.166.522	
IRAJÁ	10.936.279	
NOVA IGUAÇU I	11.118.632	
BANGU	15.707.015	
NITERÓI	19.761.458	
CAMPO GRANDE II	20.948.076	
CAXIAS I	12.973.218	
MARECHAL HERMES	20.189.836	
REALENGO	18.551.772	
RICARDO DE ALBUQUERQUE	18.354.927	
SANTA CRUZ	18.665.569	
MAGÉ	16.339.701	
CAMPO GRANDE I	19.727.722	
UPA's DIVERSAS	305.357	
TOTAL REPASSADO	500.940.084	

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

Tabela 34 - Distribuição do Índice por UO

UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS	DISTRIBUIÇÃO DO ÍNDICE POR UO			
	JAN A DEZ		Variação %	Participação em 2015
	2014	2015		
FES - Fundo Estadual de Saúde	3.701.004.843	3.763.164.179	1,7%	88,0%
Fundação Saúde do Estado de Rio de Janeiro	319.581.125	339.115.753	6,1%	7,9%
IVB - Instituto Vital Brasil S.A.	59.578.066	53.850.238	-9,6%	1,3%
SES - Secretaria de Estado de Saúde	4.032.354	120.858.601	2897,2%	2,8%
TOTAL DO ÍNDICE	4.084.196.388	4.276.988.771	4,7%	100,00%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

As despesas do Instituto Vital Brazil (IVB) diminuíram em R\$ 5,73 milhões (-9,6%) em relação ao ano anterior, refletindo o ritmo lento de execução orçamentária deste exercício de 2015. Sua participação na execução do índice foi de 1,3% das aplicações e seus gastos com recursos do Tesouro foram direcionados a Pessoal e Encargos Sociais (R\$ 26,05 milhões), Manutenção das Atividades Operacionais e Administrativas (R\$ 6,95 milhões) e Ampliação dos Laboratórios Experimentais (R\$ 4,41 milhões), dentre outras despesas de menor vulto.

Destaques na Área de Saúde do ERJ neste 6º Bimestre de 2015

Projeto Estadual de Transplantes - PET

O PET bateu recordes de doação e transplantes. No início de dezembro, foi alcançada a marca de 279 doadores de órgãos, realizados 400 transplantes de córnea, número que representa um aumento de mais de 40% em relação a 2014, e a diminuição da fila de espera para dois anos. Além disso, de 1º de janeiro até 03 de dezembro de 2015, foram feitos 670 transplantes de órgãos, entre rim, fígado e coração. Criado em abril de 2010, o programa já salvou 6,4 mil vidas e acumula outros recordes, como o crescimento de 143,12% nas doações de órgãos registradas no estado entre 2010 e 2014 (919) em comparação com as captações realizadas no período de 2005 a 2009 (378).

Município de Barra Mansa ganha Clínica da Família em novembro

Em novembro, foi inaugurada a Clínica da Família de Barra Mansa, no Médio Paraíba. Construída e equipada pelo Estado, a unidade será administrada pelo município, com capacidade para atender até 12 mil pacientes por mês. Com investimento de R\$ 1,3 milhão para obras e outros R\$ 150 mil em equipamentos, a Clínica poderá receber até 4 equipes da Estratégia de Saúde da Família formadas por médico, enfermeiro, técnico de enfermagem, odontólogo, auxiliar de saúde bucal, além de agentes comunitários de saúde.

Combate ao Aedes aegypti

A Secretaria de Saúde já investiu R\$ 12 milhões, apenas em 2015, no combate ao mosquito *Aedes aegypti*, que transmite Dengue, Zika e Chikungunya. Entre as ações do estado estão a Campanha 10 Minutos Salvam Vidas; centros de hidratação para municípios com surtos ou epidemias; distribuição de revistas orientadoras; criação do Time Jovem Dengue nas 1290 escolas estaduais; uso do fumacê e larvicidas.

➤ **FAPERJ**

A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ), órgão executor das ações na área de Ciência e Tecnologia, executou R\$ 414,92 milhões financiados com recursos do Tesouro, apresentando uma variação positiva de 1,4% (+R\$ 5,93 milhões) quando comparado ao exercício de 2014. Os recursos financiados pelo Tesouro cumpriram o limite mínimo Constitucional em relação à despesa liquidada, atingindo 2,0% da receita base do índice. (Tabela 27). A Tabela 35 evidencia a execução orçamentária da FAPERJ.

A despesa liquidada com maior relevância está concentrada na ação Inovação Tecnológica atingindo o montante de R\$ 108,33 milhões (variação positiva de 263,7%). A segunda maior parcela foi aplicada no Núcleo de Pesquisa e Tecnologia para o Desenvolvimento Socioeconômico com variação de 28,4% (+R\$ 15,78 milhões) em relação ao ano anterior, atendendo aos editais e ao Projeto Pensar Rio cujo valor somam R\$ 31,68 milhões.

As despesas financiadas com recursos de outras fontes tiveram uma variação expressiva 72,9% (+R\$ 13,10 milhões) quando comparada ao ano passado. As despesas financiadas com recursos de convênio

Tabela 35 - Execução Orçamentária Fonte Tesouro

EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA			
FUNTE TESOURO			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2014	2015	
Inovação Tecnológica	29.786.704	108.328.882	263,7%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	88.692.184	74.821.029	-15,6%
Núcl de Pesquisa e Tecnol p/Desenv Socioecon	55.488.373	71.265.050	28,4%
Apoio à Pesquisa na Administ Pública Estadual	39.086.241	37.950.400	-2,9%
Desenv de Estudos e Pesquisas através da UERJ	36.279.106	26.526.278	-26,9%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	101.641.010	25.750.091	-74,7%
Desenv de Estudos e Pesquisa Através da UEZO	579.191	24.081.328	4057,7%
Apoio à Formação Superior à Distância CECIERJ	16.628.726	18.964.125	14,0%
Desenv Estudos e Pesquisas através da UENF	10.321.710	11.283.461	9,3%
Pessoal e Encargos Sociais	6.209.252	7.734.418	24,6%
Nova sede da FAPERJ	14.931.119	3.093.144	-79,3%
Pagamento Despesas Serviços Utilidade Pública	2.039.658	1.994.408	-2,2%
Manut Ativid Operacionais / Administrativas	2.127.259	1.848.518	-13,1%
Tecnologia da Inform p/ Gest Pública- PRODERJ	5.000.000	1.174.470	-76,5%
Apoio ao Pesquisador na Empresa	126.540	53.120	-58,0%
Despesas Obrigatórias	36.840	29.072	-21,1%
Prest Serv entre Órg Est/ Aquis Comb e Lubrif	20.415	25.438	24,6%
TOTAL	408.994.326	414.923.233	1,4%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

Tabela 36 - Outras Fontes

OUTRAS FONTES			
PROJETO/ATIVIDADE	JAN A DEZ		Variação %
	2014	2015	
Fundo de Apoio ao Desenv Tecnológico - FATEC	8.240.734	24.165.796	193,2%
Inovação Tecnológica	696.455	5.925.750	750,8%
Apoio a Estudantes e Pesquisadores	1.334.980	969.750	-27,4%
Desenvol Estudos e Pesquisas através FAPERJ	7.692.983	-	-100,0%
TOTAL	17.965.152	31.061.296	72,9%

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016

(FR 13), R\$ 6,89 milhões, foram aplicadas na Inovação Tecnológica e auxílios financeiros a estudantes e pesquisadores. (Tabela 36).

➤ **FECAM**

O Fundo Estadual de Conservação Ambiental e Desenvolvimento Urbano (FECAM), responsável pela gestão de projetos de investimento direcionados para o setor de meio ambiente do ERJ, conta, a partir de norma estadual, com 5% dos recursos provenientes da indenização pela extração do petróleo e gás do ERJ e de 10% dos recursos, quando provenientes da camada do pré-sal.

Em 2015, o FECAM liquidou R\$ 331,53 milhões, uma redução de 44,6% (R\$ 147,94 milhões) quando comparado com 2014, porém isso se deve ao fundo ter superado o mínimo em norma legal no exercício anterior. Apesar dessa redução, houve o cumprimento do índice em 2015, conforme apresentado na Tabela 27.

As ações realizadas em 2015 por meio dos recursos do Fundo estão descritas na Tabela 37 abaixo. Nela são apresentadas as principais metas realizadas, assim como o órgão responsável pela execução e os valores liquidados no exercício.

A ação com maior expressividade no período foi Prevenção e Controle Ambiental de Inundações, com um gasto total de R\$ 138,19 milhões, correspondendo a 41,7% do total liquidado no Fundo.

Tabela 37 - Índice FECAM

			Em R\$
AÇÃO	PRINCIPAIS METAS	ORGÃO RESPONSÁVEL PELA EXECUÇÃO	JAN - DEZ
Prevenção e Controle Ambiental de Inundações	promover ações estruturais e estruturantes, de curto, médio e longo prazo, com o objetivo de prevenir a ocorrência e reduzir os impactos, perdas e danos associados a inundações.	INEA	138.188.698
Apoio a Projetos de Saneamento, Proteção e Recuperação do Ambiente	obras públicas, com vistas a recuperação e revitalização ambiental sustentável	INEA	49.926.332
Rio Mais Limpo	elaborar e executar planos de saneamento, ampliando redes de esgotamento sanitário	SEA / CEDAE	38.688.362
Projeto Iguaçu - PAC - RJ/FECAM	projeto de controle de inundações e recuperação ambiental	INEA	32.026.214
Esgotamento Sanitário da Zona Oeste Total	ampliar o sistema coletor de esgotos sanitários da Lagoa da Tijuca, Barra e Recreio obras de esgotamento sanitário do Eixo Olímpico	CEDAE	17.482.477
			13.159.955
Transporte sobre Trilhos Saneam nas Bacias da Baía de Guanabara	implantação das obras Linha 4 - TRECHO SUL-GÁVEA/GAL.OSÓRIO	RIOTRILHOS	17.228.779
Demais Ações	modernização do sistema de esgotamento sanitário das Praias da Bica, Urca e I	CEDAE	11.067.830
	-	-	13.764.859
TOTAL GERAL			331.533.506

Fonte: SIG - Sistema de Informações Gerenciais

Obs: Valores integrais dos programas sem o abatimento de Restos a Pagar.

Obs: Dados extraídos em 25/01/2016.

➤ **FEHIS**

O Fundo Estadual de Habitação e de Interesse Social (FEHIS) é composto por 10% dos recursos oriundos do Fundo Estadual de Combate à Pobreza (FECP – FR 22) aplicados na área de habitação pela Secretaria de Obras – SEOBRAS, Secretaria de Habitação – SEH, Instituto de Terras e Cartografia – ITERJ, Companhia Estadual de Habitação – CEHAB, e pela Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos – SEASDH. Esta última é responsável pelo Aluguel Social às famílias atingidas por intempéries ou retiradas de áreas de risco.

A partir de outubro, por meio da Lei Nº 7.063 de 30 de setembro de 2015, foi autorizada a criação da Unidade Orçamentária 1962 – Fundo Estadual de Habitação – FEHIS, vinculada à Secretaria Estadual de Habitação (SEH).

Na Tabela 38 são discriminados os gastos do índice do FEHIS, destacando os órgãos executantes e seus principais projetos no ano de 2015.

Neste último bimestre, as despesas financiadas pelo FEHIS atingiram um montante de R\$ 305,03 milhões. Dessa despesa executada, R\$ 62,38 milhões (ou seja, 20,4%) foram aplicados na política assistencialista de apoio financeiro à população desabrigada ou alocada em áreas consideradas de risco – Aluguel Social.

A Secretaria de Estado de Assistência Social e Direitos Humanos desenvolveu o Cadastro Socioeconômico e Habitacional, que permitiu fazer um levantamento de dados sobre o beneficiário, composição e renda familiar, caracterização do imóvel e de seu entorno, situação jurídico-fundiária do imóvel e outros indicadores sociais, além de sua inserção no Sistema de Pagamento do Benefício.

Para a concessão do aluguel social cumpre-se o estabelecido nas legislações vigentes, com apresentação da documentação necessária, realização de recadastramento periodicamente para fins de atualização dos dados e identificação de possíveis irregularidades.

O Fundo FEHIS destinou seus recursos a um dos setores considerados prioritários pelo Governo do ERJ, a saúde pública.

Ao todo, foram aplicados R\$ 136,04 milhões em 2015 com o objetivo de dar continuidade a execução das ações anteriormente realizadas pelos diversos órgãos do ERJ.



Tabela 38 - Índice FEHIS

ORGÃO	AÇÃO	PRINCIPAIS PROJETOS	JAN - DEZ
			Em R\$
SEOBRAS	Urbanização do Dona Marta	Construção de 64 Unidades Habitacionais em Botafogo	370.600
	Urbanização do Complexo do Alemão - PAC-RJ	Reajustamento das obras de complementação no complexo do Alemão - RJ	10.535.027
	Urbanização das Comunidades - PAC	Pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis necessárias às obras do PAC, no Complexo do Jacarezinho.	6.587.672
	Urbanização da Rocinha - PAC-RJ	Obras complementares de urbanização no Complexo da Rocinha	3.378.440
	Urbanização do Complexo de Manguinhos-PAC-RJ	Pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis necessárias às obras do PAC no complexo de Manguinhos	22.734.727
	Urbanização do Pavão-Pavãozinho - PAC-RJ	Obras de Infraestrutura e Reurbanização das comunidades Pavão Pavãozinho Cantagalo Fase 2	2.056.175
TOTAL SEOBRAS			45.662.642
SEH	Reloc Morad Assent Pop - Áreas Risco/Insalub	Pagamento de Aluguel Provisório	824.174
	Desenvolvimento de Modelo de Projeto	Prestação de Serviços Emergenciais no Fornecimento de Recursos Humanos e Material para a Vila da Melhor Idade	1.129.543
TOTAL SEH			1.953.717
ITERJ	Acordo de Cooperação Técnico-Financeira BNDES	Investimentos coletivos e fornecimento de insumos aos agricultores familiares, promovendo o desenvolvimento sustentável e consequente elevação de renda das famílias	742.851
	Construção dos Assentamentos Rurais e Urbanos	Obras de assentamento rural para o Projeto Terra Prometida nos municípios de Nova Iguaçu, Cabo Frio, Campos dos Goytacazes, Magé, Paracambi, Conceição de Macabu e Pirai	1.343.554
	Assentam. e Reassent. de Famílias Ass. ITERJ	Projeto Básico e Executivo necessário a Urbanização e Implantação de 45 Unidades Habitacionais, visando o reassentamento das famílias do Hospital Colônia Curupaiti - Jacarepaguá	619.723
	Levantamento Físico e Socioeconômico RFIS	Serviços de Cadastro Sócio-Econômico e Levantamento Topográfico, necessários ao Processo de Regularização Fundiária em diversas comunidades assistida pelo ITERJ.	6.171.151
TOTAL ITERJ			8.877.279
CEHAB	Produção de Unidades Habitacionais (UH)	Construção de 02 blocos com 64 Unidades Habitacionais Loteamento Figueira em Sapucaia	511.717
		Construção de 72 apartamentos na Estrada Silveira da Motta, no município da Posse	1.429.860
		Construção de 90 Unidades Habitacionais e Infra na Av. Perimetral Leste em Casimiro de Abreu.	481.381
	Recuperação e Melhoria de UH	Construção de muro no Conjunto Parque Vila Nova - Duque de Caxias	224.694
		Recuperação do Condomínio Morada da Ilha-TJOLINHO	1.303.909
		Recuperação do Condomínio Residencial Cidade do Som	1.557.224
		Recuperação do Conjunto Habitacional Itararé Aquários, em Ramos	1.211.633
		Recuperação do Conjunto Habitacional Ex-Combatente.	1.346.056
		Recuperação do conjunto Habitacional Mirante do Amazonas - Guadalupe	874.332
		Recuperação de 70 Blocos no Conjunto Habitacional Tertuliano Potyguara	817.586
		Recuperação do Conjunto Habitacional TERRA NOVA IAPI-PILARES	1.884.789
		Recuperação Conjunto Habitacional Doutor Roberto Silveira - Duque de Cax	1.084.611
		Recuperação Conjunto Habitacional GUSTAVO ERNESTO BAUER - Petró	560.798
		Recuperação dos Conjuntos Habitacionais - DOM PEDRO I, Chácara Flor	2.194.272
Recuperação dos Conjunto Habitacional - VILA NOVA - Três Rios	69.513		
Recuperação do Conjunto Habitacional Cosmorama - Mesquita	473.649		
Recuperação de Conjuntos Habitacionais nos bairros de Inhaúma, Del Cas	913.622		
Serviços de Cadastramento	102.289		
Urbanização de Assentamentos Irregulares	Execução de obras e serviços de infraestrutura nos bairros Cabuçu, Curuzu e São José no município de ITABORAÍ - RJ	32.755.161	
Projeto Habitacional a cargo do Fundo - FNHIS	Promover a regularização de ocupações irregulares, com a titulação de posseiros, o ordenamento espacial das áreas ocupadas e o desenvolvimento sustentável dos assentamentos, como acontece em Parque Mayra (Pinheiral) e Parque Eldorado (Campos dos Goytacazes).	314.898	
TOTAL CEHAB			50.111.993
SEASDH	Aluguel Social	Concessão de Aluguel Social para a Região Serrana, municípios de Niterói e São Gonçalo e comunidade de Manguinhos	62.382.760
TOTAL SEASDH			62.382.760
FEHIS	Promoç/Atenç Saúde Áreas Precar/Expans Habit	Melhoria de condições de habitabilidade considerando a saúde da população	136.042.058
TOTAL FEHIS			136.042.058
TOTAL GERAL			305.030.448

Atualmente, a SEASDH atende, com o pagamento do aluguel social, aos municípios da Região Serrana (Areal, Bom Jardim, Petrópolis, Nova Friburgo, São José do Vale do Rio Preto, Sumidouro, Petrópolis e Teresópolis) além de Sapucaia, Barra Mansa, Niterói, São Gonçalo, Angra dos Reis e Queimados. No município do Rio de Janeiro, o auxílio é pago para os moradores das comunidades do Complexo do Alemão, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho, Jacarezinho, entre outras, em decorrência de obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). A partir de Maio de 2015, o benefício, que era pago juntamente com o Bolsa Família ou por conta bancária, passou a ser realizado exclusivamente através de conta bancária, sendo obrigatória a inscrição do beneficiário no Cadastro Único (CadÚnico), ferramenta do Governo Federal que mapeia e identifica as famílias de baixa renda.

A SEOBRAS atingiu a marca de R\$ 35,13 milhões com a execução de obras de urbanização e infraestrutura em comunidades carentes (Rocinha, Manguinhos, Pavão-Pavãozinho), como a construção de unidades habitacionais, complexos de saúde, escolas, áreas de lazer e esportiva, sistema de água e esgoto, teleférico, planos inclinados, além de alargamento de vias, incluindo-se aí também as despesas com o pagamento de indenizações nas desocupações de imóveis, necessárias às obras do PAC nessas comunidades.

O Governo do Estado do Rio de Janeiro tem tido a preocupação de assegurar o direito constitucional à moradia social, individual ou coletiva, e o bem-estar de populações socialmente vulneráveis, por meio do Programa de Regularização Fundiária de Interesse Social. O programa consiste no desenvolvimento de ações de intervenção jurídica, urbanística e social na área ocupada, visando promover o ordenamento da ocupação e a emissão de termos administrativos preliminares ou definitivos aos moradores (áreas públicas) ou o encaminhamento da documentação para ajuizamento de ações de usucapião ou demarcação urbanística (áreas particulares).

O Título é o documento emitido pelo Estado, através do Instituto de Terras e Cartografia do Estado – ITERJ –, que atesta a regularização das moradias de uma comunidade. Neste ano de 2015 foram investidos R\$ 8,87 milhões para este fim.

Já a Companhia de Habitação do Estado do RJ – CEHAB – destacou-se pelo segundo maior investimento em infraestrutura do Governo do Estado, em parceria com a Prefeitura de Itaboraí. A



CEHAB veio realizando obras de drenagem, esgotamento sanitário e pavimentação, além de reservatórios para levar água encanada, inicialmente aos moradores de três bairros desse município: Cabuçu, Curuzu e São José, localizados na área rural. A conclusão do trabalho está prevista para o segundo semestre de 2016. Em 2015, foram gastos R\$ 32,75 milhões nessa ação de Urbanização de Assentamentos Irregulares.

Mesmo diante do atual cenário econômico, o Governo, vem se esforçando para firmar parcerias e consolidar contratos para dar continuidade a uma obra como essa, que traz mais qualidade de vida para esses moradores.

O projeto de urbanização dessa região foi elaborado em conjunto por técnicos da secretaria de Obras de Itaboraí e da Companhia Estadual de Habitação (CEHAB).

A construção do reservatório será no alto do Sítio Maravilha, que pertence a um comerciante local, que cedeu a área sem custos para a Prefeitura. A área fica entre as regiões de Curuzu e Cabuçu.

VI – ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

VI.1 Cota Financeira

Com base na ainda vigente resolução SEFAZ nº 918 de 19 de agosto de 2015, observa-se um aumento de R\$ 1,21 bilhão da cota financeira em relação a primeira resolução e permanecendo assim até o sexto bimestre. No que tange o aumento acima mencionado, podemos ver que 40,5% referem-se às fontes de recursos do Tesouro e 59,5% referem-se às demais fontes, como demonstrado no Gráfico 13.

Por meio da Tabela 39, observa-se que o percentual das despesas pagas em relação à cota utilizada foi de 79,0% para as Fontes do Tesouro e 104,1% para as Demais Fontes. O percentual geral foi de 92,4% para despesas pagas em relação à cota utilizada. Nota-se que as Cotas liberadas 46,1% representam as Fontes do Tesouro enquanto que as Outras Fontes correspondem a 53,9% do total.

Pode-se verificar que na execução orçamentária houve uma habitualidade em relação ao consumo das cotas financeiras das FR do Tesouro, considerando-se, que do total das cotas liberadas, 95,3% foram utilizados. Temos as áreas educação e segurança como destaque nas quais consumiram 99,9% e 99,6% respectivamente das cotas liberadas, conforme demonstrado na Tabela 40.

O adimplemento do Estado corresponde a 79,2% das Programações de Desembolso emitidas, de acordo com Tabela 40. Com o cumprimento efetivo destacado na área de Assistência Social de 90,3% das despesas pagas até dezembro de 2015.

Gráfico 13

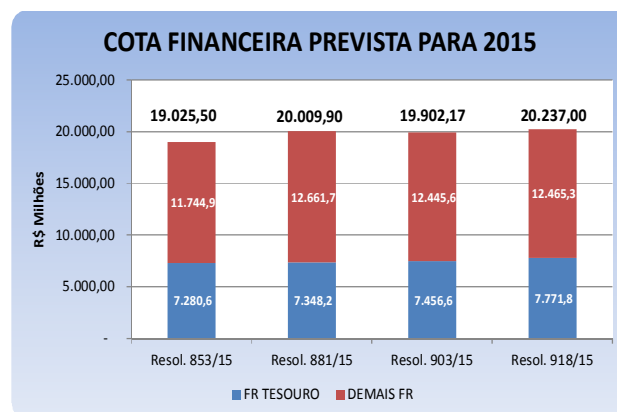


Tabela 39

FR	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
FR - Tesouro	8.027	8.026	6.165	5.890	4.653
FR - Outras	7.382	7.352	7.209	6.723	6.996
Total geral	15.408	15.378	13.374	12.613	11.649

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs: Posição acumulada até Dez/2015

FR	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
FR - Tesouro	100,0%	130,2%	73,4%	95,5%	79,0%
FR - Outras	99,6%	102,0%	91,4%	93,3%	104,1%
Total geral	99,8%	115,0%	82,0%	94,3%	92,4%

Fonte: SIG e SIAFEM
Obs: Posição acumulada até Dez/2015

Tabela 40

ÁREAS	DESP. EMPENHADA (A)	DESP. LIQUIDADADA (B)	COTA FIN. LIBERADA (C)	COTA FIN. UTILIZADA (D)	DESP. PAGA (E)
EDUCAÇÃO	421	421	131	131	101
SAÚDE	3.499	3.499	3.023	2.839	2.089
SEGURANÇA	845	845	619	616	504
ASSISTÊNCIA SOCIAL	520	520	446	436	393
DEMAIS ÁREAS	2.605	2.605	1.946	1.855	1.566
TOTAL GERAL	7.891	7.890	6.165	5.877	4.653

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Dez/2015

ÁREAS	(B)/(A)	(B)/(C)	(D)/(B)	(D)/(C)	(E)/(D)
EDUCAÇÃO	100,0%	320,7%	31,1%	99,9%	77,0%
SAÚDE	100,0%	115,8%	81,1%	93,9%	73,6%
SEGURANÇA	100,0%	136,4%	73,0%	99,6%	81,7%
ASSISTÊNCIA SOCIAL	100,0%	116,7%	83,8%	97,8%	90,3%
DEMAIS ÁREAS	100,0%	133,8%	71,2%	95,3%	84,4%
TOTAL GERAL	100,0%	128,0%	74,5%	95,3%	79,2%

Fonte: SIG e SATE
Obs: Posição acumulada até Dez/2015

VI.2 Pagamento de PD's

A Tabela 41 apresenta que o prazo médio de pagamentos para as áreas prioritárias foi de 8 dias e para as áreas não prioritárias alcançou 22 dias. Já o prazo médio geral de pagamentos do Tesouro foi 13 dias para as Programações de Desembolso.

Conforme demonstrado no Gráfico 14, grande parte das PD's, no qual totalizam 94,5%, foi paga pelo Tesouro em até 20 dias, 3,5% foram pagos entre 21 até 30 dias e 2,0% foram honradas acima de 30 dias.

A recente crise econômica do Estado atingiu os mais diversos segmentos, ocasionando uma queda das principais atividades econômicas onde houve impacto significativo na arrecadação.

Por fim, o ERJ ressalta que tem conseguido manter a transparência que corrobora por um bom relacionamento com seus credores. O Tesouro tem conseguido manter o compromisso no pagamento na grande maioria das PD's, principalmente no que envolve as áreas prioritárias.

Tabela 41

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS DAS PD's

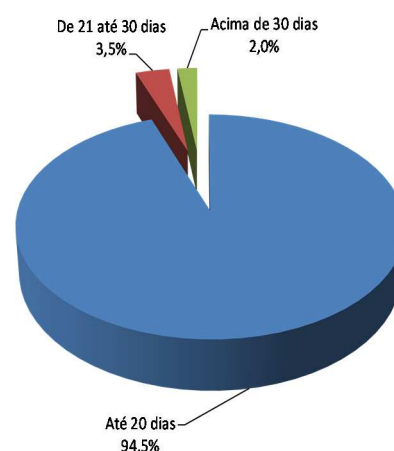
6º BIMESTRE DE 2015

ÁREAS	PRAZO MÉDIO
PRIORITÁRIAS	8
NÃO PRIORITÁRIAS	22
MÉDIA GERAL	13

Fonte: Sistema de Informações Gerenciais - SIG

Gráfico 14

PDs POR PRAZO MÉDIO DE PAGTO 6º BIMESTRE 2015

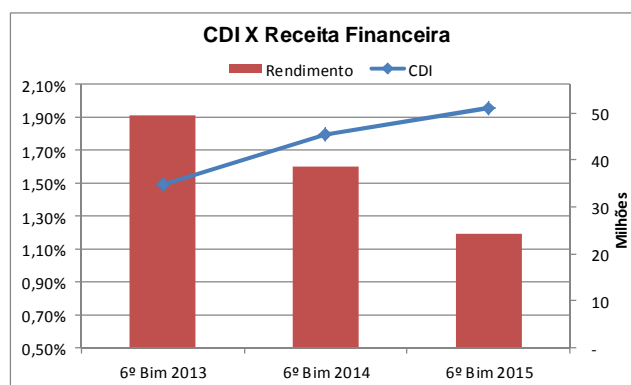


VI.3 Administração do Saldo de Caixa do Tesouro

O Comitê de Política Monetária (COPOM) realizou nos dias 24 e 25 de novembro de 2015, a 195ª reunião, última do ano, na qual decidiu, por 6 votos a 2, pela manutenção da taxa Selic em 14,25% a.a., sem viés. Segundo o COPOM tal atitude justifica-se na avaliação do cenário prospectivo, o que reafirma sua visão de que a inflação acumulada em doze meses tende a se deslocar na direção da trajetória de metas, ainda que forma não linear.

No 6º bimestre de 2015, os fundos nos quais o Tesouro Estadual aplica os recursos públicos, mantiveram o bom desempenho, obtendo em média 99,9% da taxa do Certificado de Depósitos Interbancário (CDI – benchmark estabelecido pelo Tesouro para os fundos). Quando comparado ao 5º bimestre, a receita

Gráfico 15

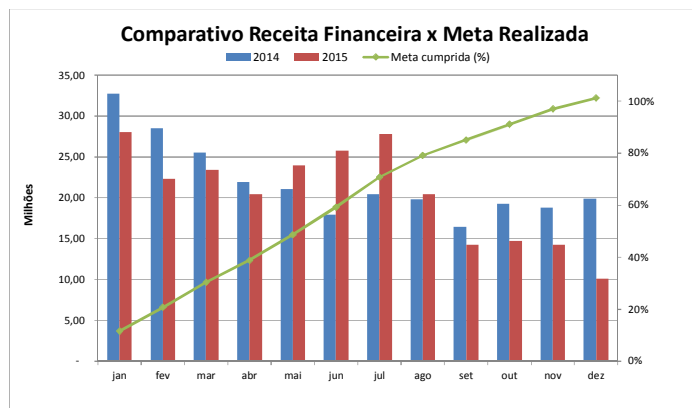


Fonte de Dados: SIG e CVM

financeira apresentou queda de 16,3%, e quando comparado ao mesmo período de 2014, observa-se uma queda expressiva de 37,1% na receita financeira, fato que se justifica devido ao saldo médio menor que no ano anterior.

Analisando o ano de 2015, a taxa Selic passou por uma alta de 16,5% no período de janeiro a dezembro. Todavia devido a queda da arrecadação e principalmente na receita proveniente dos royalties do petróleo, colaborando diretamente com a queda da receita financeira do Tesouro Estadual ao longo desse ano, que apresentou um decréscimo de 6,4%, quando comparado com o ano anterior. No entanto mesmo em condições adversas, os fundos exclusivos obtiveram um bom desempenho para atingir a meta da receita financeira prevista na LOA, R\$ 242 milhões, realizando R\$ 245 milhões

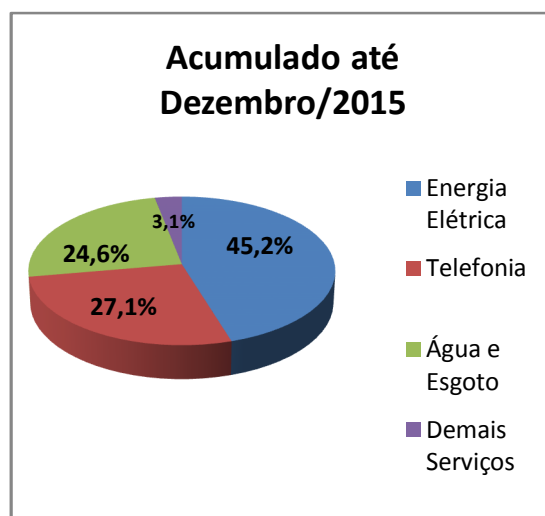
Gráfico 16



VI.4 Adimplemento de concessionárias e prestadores de Serviços Públicos

No período de janeiro a dezembro de 2015, o Tesouro Estadual utilizou o montante de R\$ 108,40 milhões para honrar as despesas realizadas com serviços públicos essenciais prestados aos Órgãos da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro. A maior parte deste montante, cerca de 45,2%, foi utilizada para honrar despesas com energia elétrica, o restante subdivide-se em: 27,1% para despesas com serviços de telefonia, móvel e dados, 24,6% para despesas de água e esgoto, e 3,1% para demais serviços.

Gráfico 17
Pagamento Acumulado das
Concessionárias de Serviços Públicos



Em relação à dotação orçamentária, a reserva de recursos para honrar despesas com concessionárias em um Programa de Trabalho (PT) específico, visa assegurar a liquidação e pagamento de obrigações no exercício em que foram geradas, a fim de evitar custos derivados de multas e moras quando estas despesas são quitadas após o vencimento.

Destarte, no exercício de 2015 foram disponibilizados R\$ 409,28 milhões neste PT e, até o presente momento, foram empenhados R\$ 409,28 milhões, ou seja, 98,2%.

Uma medida que colabora para a eficiência na conciliação das despesas com serviços públicos e celeridade dos pagamentos é o emprego do Sistema Integrado de Pagamento de Concessionárias – SIPC. Este sistema, implantado com a finalidade de centralizar os procedimentos de execução orçamentária e financeira das despesas efetuadas pelos entes estaduais com serviços públicos essenciais, abarca atualmente 18 concessionárias.

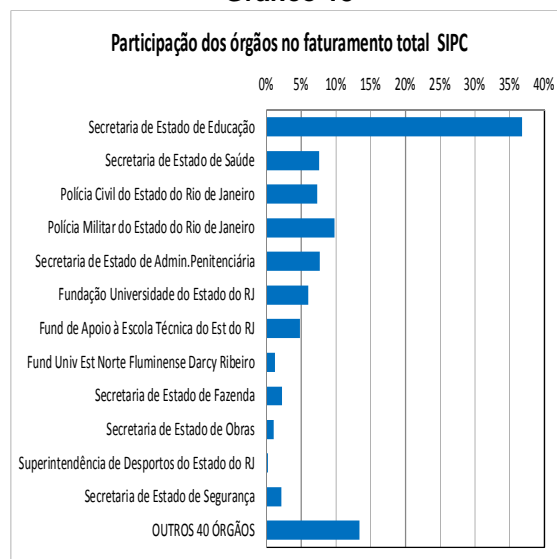
Considerando o faturamento de 2015, através do SIPC, foram registrados R\$ 407,5 milhões referentes a faturamento acumulado de serviços essenciais. Dessa importância, foram adimplidos R\$ 97,6 milhões, ou seja, 23,9 % do total.

A inadimplência do Erário junto às concessionárias (74,5 %), geralmente, ocorre devido a atrasos por parte de alguns órgãos no que diz respeito às descentralizações orçamentárias e às transferências de cota financeira - etapas necessárias para quitação de suas obrigações.

No 6º bimestre alguns órgãos não executaram todas as etapas necessárias para o pagamento, os seguintes órgãos encontram-se nesta situação: a Secretaria de Estado de Educação (SEEDUC), a Universidade do Estado do RJ (UERJ), a Secretaria de Estado de Admin. Penitenciária (SEAP); a Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ); ao Centro de Tec. de Informação e Comum do ERJ (PRODERJ) e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro (PCERJ). Em 2015, as despesas destes órgãos juntas representaram 71,1 % do montante total faturado, dos quais foram quitados 10 %.

Por outro lado, cabe destacar, também, o desempenho positivo da Secretaria de Estado de Saúde (SES), da Fund. de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), da Fundação C.C.F. de Amparo à Pesquisa do ERJ (FAPERJ) e da Secretaria de Estado de Fazenda (SEFAZ) que honraram todos os seus compromissos em tempo hábil. Outros órgãos também merecem destaque favorável nesse sentido, quais sejam: Fund Dep Estradas de Rodagem do Estado do RJ (DER),

Gráfico 18



Fund. Univ. Est. Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), dentre alguns outros.

VI.4.1 Características de Consumo

Analisando-se o consumo de energia elétrica em kWh (Light e Ampla), no 6º bimestre de 2015, verifica-se um aumento global de 1,74 %, se comparado ao mesmo período do ano anterior.

Quanto ao estudo de alta tensão, observou-se que, em novembro e dezembro de 2015, foram gastos com demanda de alta tensão R\$ 7,65 milhões, sendo R\$ 7,39 milhões de demanda contratada e R\$ 0,26 milhões de demanda ultrapassada.

Na área de comunicação, o Estado utiliza vários serviços, como telefonia fixa, telefonia móvel, transmissão de dados e transmissão de dados wireless.

No tocante aos serviços de telefonia fixa, os quais são prestados pela Oi/Telemar, observa-se que de janeiro a dezembro de 2015 a média do faturamento foi de R\$ 1,24 milhão. Quanto aos serviços de telefonia móvel, que são prestados pela operadora TIM, analisando o mesmo período, a média de faturamento mensal foi de R\$ 99,74 mil.

Em relação aos serviços de transmissão de dados e wireless, a Oi/Telemar (empresa que presta esses serviços ao Estado) aderiu ao SIPC para quitação das faturas por meio de descentralização. Nesse passo, após a implementação das rotinas necessárias, o faturamento abarcado pelo SIPC em 2015 somou R\$ 111,38 milhões, tendo sido quitado R\$ 17,87 milhões.

Na área de distribuição de água e esgoto, no 6º bimestre de 2015, foram faturados R\$ 17,22 milhões com este tipo de serviço. Vale observar que só a CEDAE compreende cerca de 60,5 % deste total.

Tabela 42
Fat. Acumulado por Serviço de Água e Esgoto

R\$ mil	1º Bim/15	2º Bim/15	3º Bim/15	4º Bim/15	5º Bim/15	6º Bim/15
FAVORECIDOS						
ÁGUAS DAS AGULHAS NEGRAS	35	50	52	47	53	46
ÁGUAS DE NITERÓI	1.146	1.243	1.129	1.138	1.290	1.220
ÁGUAS DE NOVA FRIBURGO	99	110	88	85	110	89
ÁGUAS DO IMPERADOR	81	112	94	85	107	101
ÁGUAS DO PARAÍBA	1.030	1.188	1.115	1.101	1.214	1.150
CEDAE	9.907	10.049	10.514	10.020	11.147	10.423
FÓZ ÁGUAS	4.405	3.134	3.379	3.258	3.447	3.630
C. ÁGUAS DE JUTURNÁIBA	91	141	159	149	184	149
PROLAGOS	110	179	196	184	191	187
SAAEB. MANSÁ	47	66	70	86	93	90
SAAEV. REDONDA	112	42	115	141	141	132
Total Faturado	17.062	16.313	16.910	16.294	17.978	17.216

Fonte: Faturamento enviado pelas Concessionárias

VI.5 Requisições Judiciais de Pagamento

Precatórios

Em fevereiro de 2010, o Estado do Rio de Janeiro aderiu ao Regime Especial de Pagamento de Precatórios, pelo qual deveria quitar seu estoque de precatórios em 15 anos, conforme sistemática do art. 97, § 1º, inciso II, do ADCT.

Dando cumprimento as regras do Regime Especial adotado, o Estado do Rio de Janeiro realizou tempestivamente as transferências dos recursos financeiros ao Tribunal de Justiça para realização dos pagamentos nos anos de 2010, 2011 e 2012.

Porém, com a promulgação da Lei Complementar Estadual nº 147 de 27 de junho de 2013, de iniciativa conjunta do Poder Judiciário e Executivo, foi autorizado ao Estado utilizar de 25% dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor, mantendo-se um fundo de reserva para garantir a restituição ou pagamentos referentes aos depósitos.

Assim, em dezembro de 2013, utilizando os recursos provenientes dos depósitos judiciais, o Estado pode quitar todos os precatórios pendentes até o orçamento de 2013.

Em 2014, o Estado também quitou todos os precatórios inscritos para aquele exercício orçamentário.

Em 5 de agosto de 2015, com a publicação da Lei Complementar nº 151 foram alteradas as regras para utilização dos recursos dos depósitos judiciais para pagamento de precatórios.

Mesmo assim, no mês de dezembro de 2015 o Estado quitou todos os precatórios inscritos para o orçamento, mantendo-se adimplente.

Assim, no 6º bimestre de 2015 foram pagos R\$ 282,98 milhões em precatórios, dos quais R\$ 282,76 milhões foram direcionados aos precatórios do Tribunal de Justiça e R\$ 212,28 mil para precatório emitido pelo Tribunal Regional Federal.

No ano de 2015, o valor total desembolsado pelo Estado com precatórios foi de R\$ 402,84 milhões.

Requisições de Pequeno Valor – RPV

No 6º Bimestre de 2015, foram pagas pelo Tesouro Estadual 571 requisições de pequeno valor que totalizaram R\$ 7,67 milhões.

Em 2015, o total de pagamentos de requisições de pequeno valor, custeadas pelo Tesouro Estadual, foi de R\$ 62,95 milhões, correspondentes a 5.772 requisições de pequeno valor.

Cabe destacar o expressivo aumento da quantidade de requisições de pequeno valor, nos últimos três anos, que elevou a média de pagamentos anual de R\$ 12,51 milhões para R\$ 48,09 milhões.

Ressalta-se ainda que o dispêndio direcionado ao adimplemento dessas obrigações não é definido pelo Estado, dado que essas requisições de pagamento judicial, por seu valor ser de até 40 vezes o salário mínimo, possuem rito de pagamento diferenciado, conforme § 3º, do art. 100, da Constituição Federal³⁶.

Total de Requisições Judiciais de Pagamento

No 6º bimestre de 2015, somando-se precatórios e requisições de pequeno valor foram pagos R\$ 311,40 milhões.

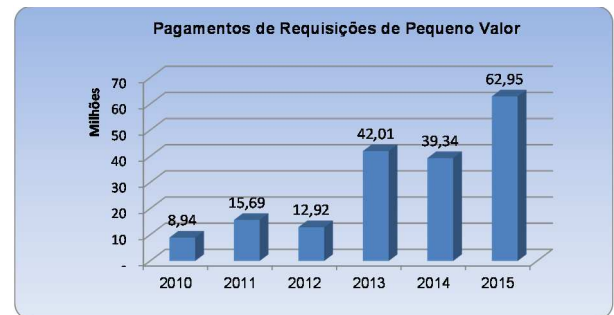
O valor total desembolsado pelo Estado em 2015 com pagamentos à requisições judiciais foi de R\$ 465,79 milhões.

Tabela 43

PAGAMENTOS DE RPV - 6º BIM. 2015.		
MÊS	QUANTIDADE	VALOR
NOVEMBRO	380	4.980.580
DEZEMBRO	191	2.696.388
TOTAL	571	7.676.968

Fonte: SUCADP em 31/12/2015

Gráfico 19



³⁶ O §3º, do art. 100, da Constituição Federal, dispõe o seguinte: "O disposto no caput deste artigo, relativamente à expedição de precatórios, não se aplica aos pagamentos de obrigações definidas em leis como de pequeno valor que as Fazendas referidas devam fazer em virtude de sentença judicial transitada em julgado".

VI.6 Evolução da Dívida Financeira do Estado do Rio de Janeiro e de seu Dispêndio com a Dívida Pública

O Tesouro Estadual desembolsou, no 6º bimestre de 2015, R\$ 1,34 bilhão com o serviço da dívida³⁷. A importância desembolsada foi 35,2% superior ao valor pago no bimestre anterior.

Esta variação foi influenciada pelo aumento do serviço da dívida interna extralimite, que foi 66,7% superior ao pago no 5º bimestre, em virtude dos pagamentos de juros semestrais dos contratos firmados junto ao Banco do Brasil (PROCIDADES I e PROCIDADES II) no valor total de R\$ 270,46 milhões.

Do total pago no 6º bimestre de 2015, R\$ 837,06 milhões foram referentes à dívida intralimite³⁸, valor superior aquele devido pela aplicação da Tabela Price, resultando, assim, na amortização de resíduo de R\$ 79,16 bilhões.

Gráfico 20

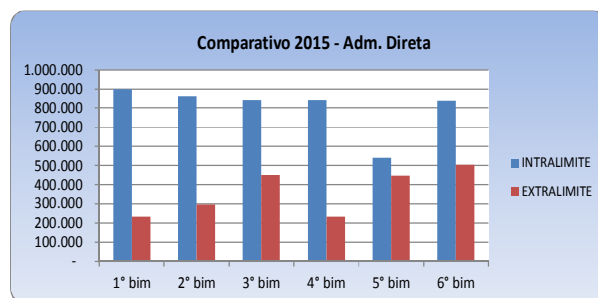


Tabela 44

R\$ mil

	5º bim 2015			6º bim 2015			Δ % do total no bim
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	453.315	535.882	989.196	513.247	826.943	1.340.190	35,48%
INTRALIMITE	268.893	273.070	541.963	414.565	422.495	837.060	54,45%
EXTRALIMITE	184.422	262.812	447.234	98.682	404.448	503.131	12,50%
INTERNA	79.062	191.895	270.956	76.889	374.884	451.773	66,73%
EXTERNA	105.360	70.917	176.277	21.793	29.564	51.358	-70,87%
ADM. INDIRETA HONRADA	1.920	1.470	3.389	2.007	86	2.093	-38,25%
TOTAL	455.234	537.352	992.586	515.255	827.029	1.342.283	35,23%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	218.251.413	273.069.736	491.321.150	335.408.536	422.494.913	757.903.449	54,26%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	268.892.835	273.069.736	541.962.571	414.564.841	422.494.913	837.059.754	54,45%
Amortização do resíduo	(50.641.421)	-	(50.641.421)	(79.156.305)	-	(79.156.305)	56,31%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

³⁷ Serviço da Dívida pago com as fontes do Tesouro Estadual.

³⁸ Para fins de aplicação do limite, poderão ser deduzidas as despesas efetivamente realizadas no mês anterior, correspondentes aos serviços das seguintes obrigações:

I – dívidas refinanciadas com base na Lei nº 7.976, de 20 de dezembro de 1989;

II – dívida externa contratada até 30 de setembro de 1991;

III – dívidas refinanciadas com base no art. 58 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, e na Lei nº 8.620, de 05 de janeiro de 1993;

IV – dívidas parceladas junto ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, cuja formalização tenha ocorrido até 31 de março de 1996;

V – comissão do agente, incidente sobre o pagamento da prestação decorrente da Lei nº 8.727, de 05 de novembro de 1993;

VI – dívida relativa ao crédito imobiliário refinanciado ao amparo da Lei nº 8.727, de 1993, e efetivamente assumido pelo estado, deduzidas as receitas auferidas com essas operações;

VII – as despesas referentes à principal, juros e demais encargos das operações decorrentes da Lei nº 8.727, de 1993, realizadas no mês, excetuada comissão do agente.

Em 2015, os pagamentos do Estado com a dívida da Administração Direta totalizaram R\$ 6,98 bilhões. Destes, R\$ 4,82 bilhões (69% do total) representaram pagamentos da dívida intralimite, apresentando uma redução de R\$ 372,65 milhões em relação a 2014.

No tocante aos pagamentos da dívida extralimite, verifica-se um aumento de 46,7% em relação ao exercício anterior. Esse aumento foi influenciado pela desvalorização do real frente ao dólar, que impactou no pagamento da dívida externa e interna atreladas à moeda estrangeira. Além disso, em 2015, iniciaram-se pagamentos de juros de novos contratos firmados junto às instituições financeiras privadas e amortizações de contratos da dívida externa.

Ressalta-se, contudo, que o montante pago de dívida externa representou 6,6% do total de serviço pago no ano.

Além disso, no ano de 2015, o pagamento da dívida da Administração Indireta Honrada com recursos do Tesouro Estadual alcançou R\$ 17,65 milhões, 59,2% superior em relação ao exercício de 2014.

Tabela 45

R\$ mil

Dispêndio com a Dívida Pública (Adm.Dir. + Adm.Ind.Honradas)							
	2014			2015			Δ % do total no ano
	Principal	Encargos	Total	Principal	Encargos	Total	
ADM. DIRETA	3.439.840	3.230.291	6.670.132	3.301.106	3.685.330	6.986.435	4,74%
INTRALIMITE	2.777.725	2.416.881	5.194.606	2.494.830	2.327.122	4.821.952	-7,17%
EXTRALIMITE	662.115	813.410	1.475.525	806.275	1.358.207	2.164.483	46,69%
INTERNA	526.472	679.045	1.205.518	553.301	1.148.877	1.702.178	41,20%
EXTERNA	135.643	134.365	270.008	252.974	209.330	462.305	71,22%
ADM. INDIRETA HONRADA	8.822	2.268	11.089	14.507	3.149	17.655	59,21%
TOTAL	3.448.662	3.232.559	6.681.221	3.315.612	3.688.478	7.004.090	4,83%

Informações complementares:

Valor devido intra-limite	1.716.057	2.416.876	4.132.933	554.886.307	697.196.206	1.252.082.513	30195,26%
Valor pago pelo limite (13% da RLR)*	2.777.725	2.416.876	5.194.601	685.269.049	697.196.206	1.382.465.255	26513,50%
Amortização do resíduo	(1.061.668)	-	(1.061.668)	(130.382.742)	-	(130.382.742)	12180,93%

Valores pagos a preços correntes.

*No cálculo do valor da amortização do resíduo, considera-se a prestação como paga pelo regime de competência

Dívida Financeira x Receita Líquida Real

No 6º bimestre de 2015, o estoque da Dívida Financeira alcançou R\$ 107,14 bilhões, 3,9% maior que no bimestre anterior.

O estoque da dívida interna cresceu 15,5%, quando comparado ao mês de dezembro de 2014. Parte desse aumento é justificado pelo ingresso de recurso de operações que se encontram em fase de desembolso, pela variação do IGP-DI³⁹ e pela valorização do dólar, que afetou os contratos de dívida interna firmados junto ao Banco do Brasil, corrigidos pela moeda norte americana.

Gráfico 21

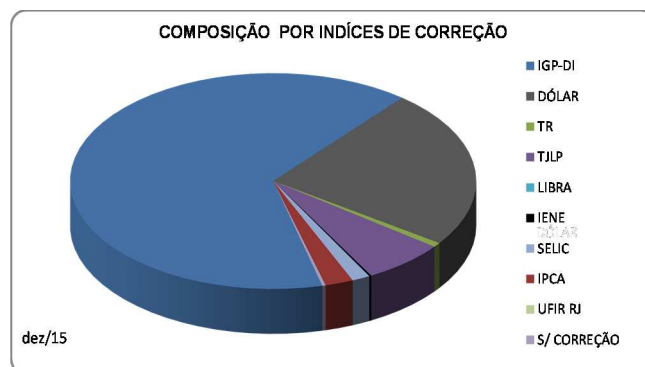


Tabela 46

R\$ mil

DÍVIDA FINANCEIRA X RECEITA LÍQUIDA REAL					
	dez/14	out/15	dez/15	Δ % no ano	Δ % no bim
DÍVIDA FUNDADA TOTAL	89.367.382	103.102.263	107.140.571	19,89%	3,92%
INTERNA	80.164.557	89.198.565	92.623.915	15,54%	3,84%
STN	63.990.864	67.917.958	69.601.119	8,77%	2,48%
BNDES	4.764.981	6.596.272	6.980.134	46,49%	5,82%
B. BRASIL	8.017.144	11.117.083	12.139.085	51,41%	9,19%
CAIXA	1.321.295	1.561.575	1.916.060	45,01%	22,70%
CREDIT SUISSE	600.000	660.701	660.701	10,12%	0,00%
BTG PACTUAL	450.000	492.865	492.865	9,53%	0,00%
INSS	19.589	4.842	1.181	-93,97%	-75,60%
SRF	920.353	847.269	832.770	-9,52%	-1,71%
MUNICÍPIOS DO E.R.J.	80.331	-	-	-100,00%	0,00%
EXTERNA	9.077.901	13.767.057	14.381.692	58,43%	4,46%
BID	777.848	1.019.074	1.044.383	34,27%	2,48%
BIRD	5.787.231	8.939.114	9.392.684	62,30%	5,07%
CAF	1.290.740	2.089.900	2.205.190	70,85%	5,52%
AFD	1.047.871	1.522.336	1.540.444	47,01%	1,19%
JBIC	170.136	190.723	193.045	13,46%	1,22%
Mobiliária	4.075	5.910	5.947	45,95%	0,64%
ADM INDIRETA - CUSTEADA (F.TESOURO)	124.924	136.641	134.963	8,04%	-1,23%
DÍVIDA FINANCEIRA	89.367.382	103.102.263	107.140.571	19,89%	3,92%
RECEITA LÍQUIDA REAL (+) IGP-DI (*)	40.371.932	40.129.896	35.572.453	0,00%	0,00%
RELAÇÃO DÍVIDA FINANCEIRA / RLR	2,21	2,57	3,01	15,54%	3,84%

Valores a preços correntes.

(*) Valor de Dez/15 provisório.

³⁹ A Lei nº 9.496/1997, que rege a renegociação da dívida dos Estados prevê que os saldos devedores sejam corrigidos pelo IGP-DI do mês anterior, o qual no 6º bimestre fechou em 1,6% (IGP-DI de nov/15 e dez/15) e nos últimos 12 meses (de jan/15 a dez/15) em 10,7%.

O estoque da dívida externa, que corresponde a 13,4% do total da dívida financeira, encerrou o 6º bimestre de 2015 com saldo de R\$ 14,38 bilhões, ou seja, 58,4% superior ao final de 2014, consequência da entrada de recursos das operações de crédito e da desvalorização do real frente ao dólar⁴⁰.

O saldo devedor da dívida da Administração Indireta fechou o exercício de 2015 em R\$ 134,96 milhões, representando uma redução de 1,2% em relação ao saldo verificado em setembro e outubro de 2015.

Perfil da Dívida Financeira

A parcela pré-fixada da Dívida Financeira representou 77,6% do estoque. Desse montante, 67,8% está vinculado a taxas de juros fixadas entre 4,1% e 6,0%. A taxa média geral dos contratos é de 5,7%.

Saliente-se que parte expressiva da dívida do Estado está vinculada ao limite de pagamento de 13% da RLR, até outubro de 2029.

No tocante ao cálculo do total do serviço a pagar até 2043, os vencimentos de curto prazo⁴¹ representam 8,1%, e desse percentual, apenas 1% está exposto a taxas variáveis. Quanto aos vencimentos futuros, verifica-se que até 2028 o serviço a pagar apresenta um crescimento homogêneo no tempo, seguindo o crescimento da RLR⁴². No exercício seguinte, 2029, ocorre uma forte queda no serviço, dado que a partir de novembro de 2029, o Estado começa a aplicar apenas o sistema Price de amortização, em substituição ao pagamento limitado a 13% da RLR, no contrato de Refinanciamento, firmado ao amparo da Lei nº

Tabela 47

COMPOSIÇÃO DO ESTOQUE POR FAIXAS DE TX de JUROS			
R\$ mil			
Prefixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	899.283	1,08%	0,84%
2,1 - 4	214.621	0,26%	0,20%
4,1 - 6	72.588.761	87,28%	67,75%
acima de 6,1	9.460.768	11,38%	8,83%
Subtotal	83.163.433	100,00%	77,62%
Pósfixado			
Tx de Juros (%)	Estoque	Estoque/ Subtotal	Estoque/ Total
0 - 2	10.590.439	44,17%	9,88%
2,1 - 4	2.205.190	9,20%	2,06%
4,1 - 6	11.181.508	46,63%	10,44%
Subtotal	23.977.137	100,00%	22,38%
Total	107.140.571		100,00%

Gráfico 22

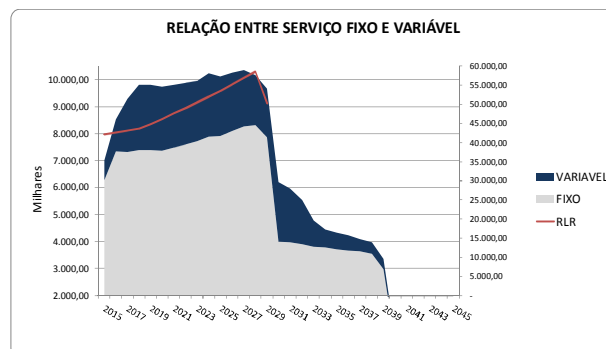
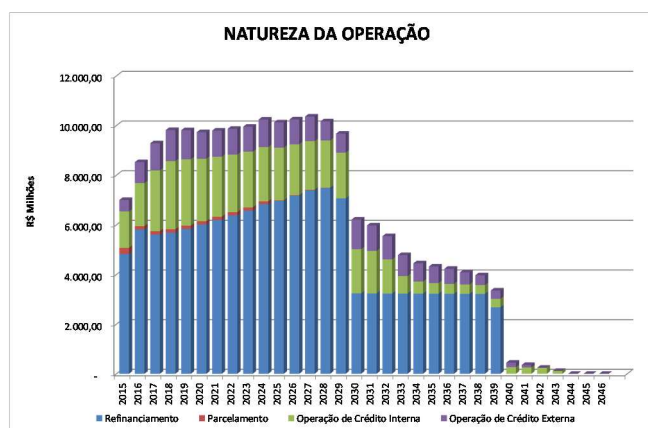


Gráfico 23



⁴⁰ A cotação do dólar (US\$) no dia 31 de dezembro de 2015 foi de 3,9048. Ou seja, 47% superior a cotação do dia 31 de dezembro de 2014 que foi de 2,6562.

⁴¹ Dívidas vincendas até o exercício seguinte.

⁴² Para a projeção da Receita Líquida Real, para os exercícios de 2012 a 2014, considera-se a RLR prevista no Programa de Ajuste Fiscal assinado em 15/04/2010, e para a projeção dos exercícios seguintes é aplicado uma taxa de crescimento real de 3% ao ano.

9.496/97.

O Gráfico 22 apresenta a relação entre o serviço a pagar, vinculado às taxas variáveis e fixas. Vale ressaltar que os custos variáveis não ultrapassam o patamar de 24,9%, até o ano de 2029. O Gráfico 23 apresenta o serviço a pagar por natureza da operação. Verifica-se que, embora o Estado venha contratando novas operações de crédito, interna e externa, a União ainda é a maior credora do Estado.

Em relação ao prazo médio de amortização⁴³ e ao prazo médio de repactuação⁴⁴, estes atingiram 11,5 anos e 10,7 anos, respectivamente.

Análise de Sensibilidade Por Variável Chave

A análise de sensibilidade tem por objetivo mensurar as mudanças no serviço e estoque da dívida pública, dada uma oscilação em variáveis chaves, tais como taxas de câmbio e taxas de juros.

Tabela 48

CENÁRIO ATUAL			CENÁRIO OTIMISTA			CENÁRIO PESSIMISTA		
R\$ mil			R\$ mil			R\$ mil		
Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE	Índices	%	ESTOQUE
IGP-DI	63,27%	67.967.021,68	IGP-DI	62,76%	66.502.531,86	IGP-DI	66,65%	78.855.695,46
DÓLAR	25,69%	27.593.413,18	DÓLAR	26,04%	27.593.413,18	DÓLAR	23,32%	27.593.413,18
TR	0,79%	853.471,37	TR	0,81%	853.471,37	TR	0,72%	853.471,37
TJLP	6,32%	6.789.050,29	TJLP	6,41%	6.789.050,29	TJLP	5,74%	6.789.050,29
LIBRA	0,01%	5.947,48	LIBRA	0,01%	5.947,48	LIBRA	0,01%	5.947,48
IENE	0,13%	137.889,12	IENE	0,13%	137.889,12	IENE	0,12%	137.889,12
SELIC	1,35%	1.454.905,03	SELIC	1,37%	1.454.905,03	SELIC	1,23%	1.454.905,03
IPCA	2,25%	2.416.426,27	IPCA	2,28%	2.416.426,27	IPCA	2,04%	2.416.426,27
S/ CORREÇÃO	0,20%	211.518,20	S/ CORREÇÃO	0,20%	211.518,20	S/ CORREÇÃO	0,18%	211.518,20
TOTAL	100,00%	107.429.643	TOTAL	100,00%	105.965.153	TOTAL	100,00%	118.318.316

dez/16

dez/16

dez/16

IGP-DI

A partir da série histórica de 10 anos do IGP-DI, utilizando o cálculo de duas vezes o desvio padrão para se chegar a um intervalo de 95% de confiança, foram construídos os cenários otimista e pessimista com variação acumulada de -3,7%a.a. e 15,5%a.a., respectivamente. Considerando os possíveis cenários de variação da projeção do IGP-DI, ocorre uma diferença no total da dívida, em valores absolutos,

⁴³ Prazo médio de Amortização – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vindendas.

⁴⁴ Prazo médio de Repactuação de Taxas – Período médio ponderado entre o bimestre e as amortizações vindendas, considerando o prazo de repactuação das taxas flutuantes (pós-fixadas).

entre o cenário otimista e pessimista de aproximadamente R\$ 12,4 bilhões e, em valores relativos, de 11,7%.

Apesar da magnitude da variação relativa da dívida, quando observada a composição da mesma por índices, nota-se uma variação de apenas 3,9% na participação do IGP-DI no total da dívida. Passando de 62,8% no cenário otimista para 66,7% no cenário pessimista.

O Índice Geral de Preços – IGP-DI variou 0,44%, em dezembro. A variação registrada em novembro foi de 1,2%. Em dezembro de 2014, a variação foi de 0,4%. No acumulado de 2015, o IGP-DI variou 10,7%. No mesmo período do ano anterior, o índice elevou-se 3,8%. O IGP-DI de dezembro foi calculado pela FGV com base nos preços coletados entre os dias 1º e 31 do mês de referência.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,3%, em dezembro. No mês anterior, o índice apresentou variação de 1,4%.

O Índice de Preços ao Produtor Amplo (IPA) registrou variação de 0,3%, em dezembro. No mês anterior, o índice apresentou variação de 1,4%.

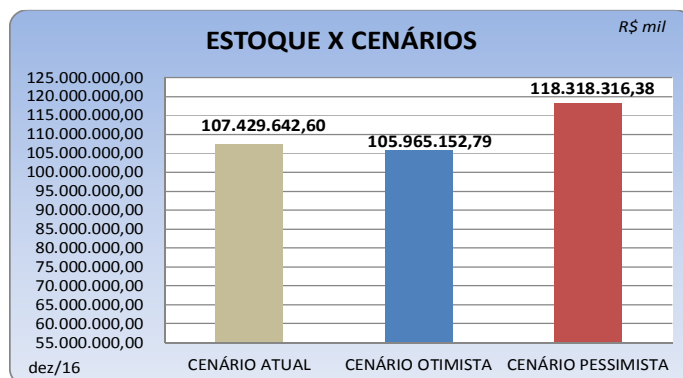
O Índice de Preços ao Consumidor (IPC) registrou variação de 0,9%, em dezembro, ante 1,0%, no mês anterior. Quatro das oito classes de despesa componentes do índice apresentaram decréscimo em suas taxas de variação.

O Índice Nacional de Custo da Construção (INCC) registrou, em dezembro, taxa de variação de 0,1%, abaixo do resultado de 0,3% do mês anterior.

Moeda Estrangeira e Libor

Em relação ao dólar, verifica-se que no período de 12 meses, o estoque da dívida atrelado ao mesmo passou de R\$ 15,99 bilhões para R\$ 25,51 bilhões e de 17,9% para 23,8 %, no total da composição da dívida. Esse aumento deu-se em função de desembolsos ocorridos no período referentes a operações de crédito já assinadas junto a organismos internacionais e junto ao sistema financeiro nacional, atreladas à moeda norte americana.

Gráfico 24



A Tabela 49 e a Tabela 50 demonstram o quanto variam o serviço e o estoque da dívida no período de 12 meses, em função de uma oscilação de dez pontos percentuais (10%), nas variáveis chaves e o quanto varia o serviço, no mesmo período, em função de uma oscilação de 1 ponto percentual na taxa libor.

Verifica-se, na Tabela 49, que a variação no serviço anual não apresenta alta sensibilidade à maioria das variáveis chaves no curto prazo. O impacto da oscilação de um ponto percentual (1%) na Libor se reflete num acréscimo de R\$ 375,3 milhões ao serviço anual da dívida, ou seja, pouco mais do 4,4% do mesmo. Constata-se, portanto, que esse é o maior risco de curto prazo.

Analisando-se o estoque ao final dos próximos 12 meses, conforme Tabela 50, observa-se que um aumento de 10%, no dólar americano e no iene japonês, gera um aumento de no máximo 2,6 % e 0,01% em relação ao estoque vinculado a essas moedas, respectivamente.

Receita de Operações de Crédito

Em 2015, o Estado do Rio de Janeiro não realizou novas operações de crédito. Porém, ao longo do ano foram desembolsados R\$ 4,99 bilhões pertinentes aos contratos firmados em exercícios anteriores.

- R\$ 2,32 bilhões destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II ADICIONAL (recursos provenientes do BNDES);
- R\$ 772,65 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II Adicional – PET II Adic. (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 552,00 milhões destinados para o Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J. – Pró-Cidades (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 536,37 milhões destinados ao Programa de Financiamento a Infraestrutura e ao Saneamento - FINISA PROCOI (recursos provenientes da CAIXA);

Tabela 49

Variável Chave	Variação	Serviço	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+238.860,79	+2,797
Iene Japonês	+10%	+6.343,85	+0,081
Libor	+1,0%	+375.263,42	+4,394

Tabela 50

Variável Chave	Variação	Estoque	R\$ mil
			%
MOEDA ESTRANGEIRA			
Dólar Americano	+10%	+2.759.341,32	+2,569
Iene Japonês	+10%	+13.788,91	+0,014

- R\$ 346,60 milhões destinados ao Programa de Melhoria da Infraestrutura Rodoviária, Urbana e Mobilidade das Cidades do E.R.J II – PRÓ CIDADES II (recursos provenientes do Banco do Brasil);
- R\$ 199,77 milhões destinados ao Programa de Melhorias e Implantação da Infraestrutura Viária do E.R.J. - PROVIAS (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 108,06 milhões destinados ao Programa de Obras Complementares do Arco Metropolitano do R.J. (recursos provenientes da Corporação Andina de Fomento - CAF);
- R\$ 37,79 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos II (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 21,86 milhões destinados ao Programa Saneamento para Todos (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 19,94 milhões destinados para o Financiamento Adicional ao Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 13,29 milhões destinados para o Programa de Desenvolvimento Rural Sustentável em Microbacias Hidrográficas (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 12,37 milhões destinados ao Programa Nacional do Desenvolvimento do Turismo – PRODETUR (recursos provenientes do BID);
- R\$ 12,01 milhões destinados para o Programa de Renovação e Fortalecimento da Gestão Pública - PRÓ-GESTÃO (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 8,74 milhões destinados ao Programa de Inclusão Social e Geração de Oportunidades para Jovens Moradores de Áreas Pacificadas do RJ - INCLUSÃO I – SEASDH (recursos provenientes do BID);
- R\$ 8,53 milhões, destinados ao Programa de Saneamento Ambiental dos Municípios do Entorno da Baía de Guanabara - PSAM (recursos provenientes do BID);

- R\$ 7,95 milhões destinados ao Programa de Financiamento de Contrapartidas do PAC (recursos provenientes da CAIXA);
- R\$ 7,85 milhão destinados ao Programa de Apoio ao Fortalecimento da Administração Fazendária do E.R.J - PROFAZ (recursos provenientes do BID);
- R\$ 7,78 milhões destinados ao Programa Estadual de Transportes II – PET II (recursos provenientes do BIRD);
- R\$ 2,86 milhões foram destinados à Infraestrutura da linha 4 do metrô e expansão da linha 1 - Fase II (recursos provenientes do BNDES);e
- R\$ 1,94 milhões foram para o Programa Delegacia Legal (recursos provenientes do BNDES) .

Tabela 51
Cronograma de Liberações
Operações Contratadas, Autorizadas e em Tramitação na STN e no Senado Federal

Data: 31/12/2015

R\$ mil

	2015		2016/19
	Liberado (1)	a Liberar (2)	a Liberar (2)
1. Operações de Crédito Contratadas	4.994.873	-	5.326.606
Operações contratadas com o Sistema Financeiro Nacional	3.823.880	-	988.025
1. EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO - BNDES	-	-	6.795
2. SANEAMENTO PARA TODOS I - CAIXA	21.866	-	281.184
3. DELEGACIA LEGAL - BNDES	1.939	-	9.173
4.PMAE II - BNDES	-	-	1.585
5.CONTRAPARTIDA PAC - CAIXA	7.954	-	20.040
6. VIALIGHT - CAIXA	-	-	259.067
7. PRÓ-CIDADES I - B.BRASIL	552.000	-	-
8. METRÔ LINHA 4 (Estudos e Pesquisas) - BNDES	2.865	-	1.642
9. PROGRAMA SANEAMENTO P TODOS II - CAIXA	37.791	-	344.977
10. PROCOI -CAIXA	536.375	-	63.561
11. PRÓ-CIDADES II - B.BRASIL	346.604	-	-
12. METRÔ / PRÓ ML4 ADICIONAL- BNDES	2.316.487	-	-
Demais	1.170.994	-	4.338.581
13. PET II - BIRD	7.778	-	35.489
14. RIO RURAL I - BIRD	13.287	-	13.124
15. PROFAZ - BID	7.853	-	30.515
16. PRÓ-GESTÃO I -BIRD	12.010	-	29.038
17. PRODETUR - BID	12.370	-	297.820
18. PSAM - BID	8.531	-	1.595.033
19. PET II Adicional - BIRD	772.648	-	1.003.224
20. PROVIAS - CAF	199.769	-	433.145
21. ARCO METROPOLITANO	108.064	-	167.219
22. INCLUSÃO SOCIAL - BID	8.739	-	205.913
23. RIO RURAL ADICIONAL FA - BIRD	19.945	-	351.109
24. PRÓ-GESTÃO II - BIRD	-	-	176.953
2. Operações de Crédito Autorizadas e em Tramitação	-	-	-
3. Operações de Crédito a Contratar Incluídas no PAF	-	-	1.160
Total	4.994.873	-	5.327.766

Fonte: SOC - Sistema de Operações de Crédito, 2015.

(1) Valores realizados em 2015, a preços correntes

(2) Contém o valor total a ser liberado das operações de crédito contratadas, a preços de dez/2015



Tabela 52

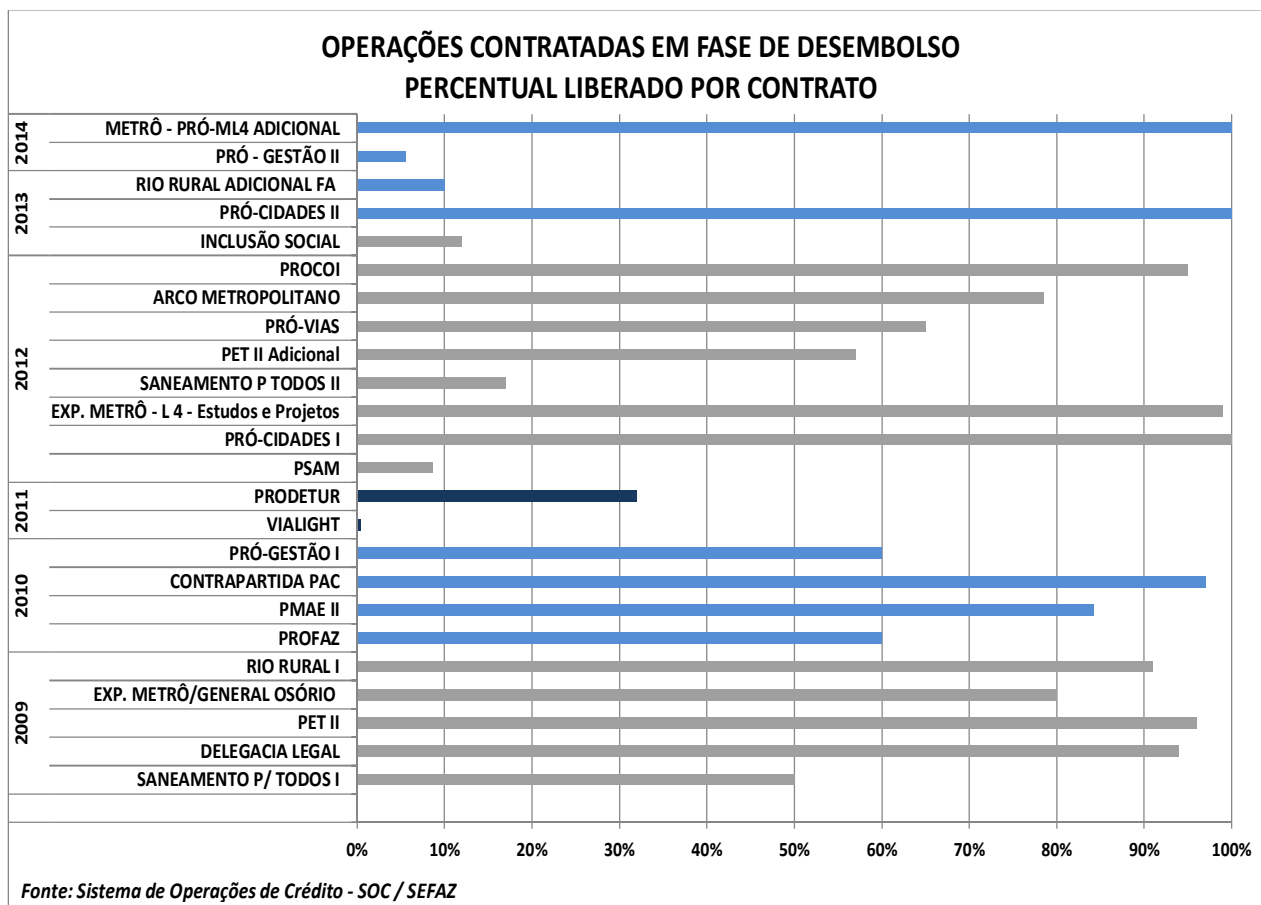
Liberações ocorridas dos Contratos em Fase de Desembolso

Data: 31.12.2015

DATA DA ASSINATURA	OPERAÇÃO	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	ORGÃO EXECUTOR	MOEDA CONTRATUAL	VALORES EM MOEDA CONTRATUAL		%	VALORES EM REAIS	
					CONTRATADO	LIBERADO		CONTRATADO	LIBERADO
2009									
07/07/2009	SANEAMENTO P/ TODOS I	CAIXA	CEDAE	REAL	558.000.000,00	279.942.019,30	50%	558.000.000,00	279.942.019,30
10/08/2009	DELEGACIA LEGAL	BNDES	SEOBRAS	URTIPL	79.530.718,1067	74.900.470,6226	94%	157.566.576,84	147.863.242,33
24/09/2009	PET II	BIRD	SETRANS	DÓLAR	211.700.000,00	202.611.428,79	96%	852.092.500,00	389.588.198,18
25/11/2009	EXP. METRÔ/GENERAL OSÓRIO	BNDES	RIO TRILHOS	URTIPL	17.202.587,2014	13.772.924,3494	80%	34.081.834,57	27.188.854,50
14/12/2009	RIO RURAL I	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	39.500.000,00	36.139.092,38	91%	158.987.500,00	76.191.215,65
2010									
10/05/2010	PROFAZ	BID	SEFAZ	DÓLAR	19.759.050,00	11.816.074,89	60%	79.530.176,25	26.728.685,51
26/05/2010	PMAE II	BNDES	SEPLAG	URTIPL	5.056.532,6633	4.256.348,7751	84%	10.018.022,74	8.402.372,99
24/06/2010	CONTRAPARTIDA PAC	CAIXA	SEOBRAS	URTIPL	307.002.052,9005	296.848.677,73	97%	608.233.695,21	586.006.600,71
22/11/2010	PRÓ-GESTÃO I	BIRD	SEPLAG	DÓLAR	18.673.000,00	11.236.458,62	60%	75.158.825,00	28.023.383,65
2011									
28/06/2011	VIALIGHT	CAIXA	SEOBRAS	REAL	259.138.332,31	1.067.889,51	0%	259.138.332,31	1.067.889,51
08/08/2011	PRODETUR	BID	SEOBRAS	DÓLAR	112.000.000,00	35.729.736,66	32%	450.800.000,00	82.010.531,92
2012									
20/03/2012	PSAM	BID	SEA	DÓLAR	451.980.000,00	41.250.000,00	9%	1.819.219.500,00	94.589.175,00
05/06/2012	PRÓ-CIDADES I	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	905.729.937,8882	1.621.092.914,6500	100%	3.645.563.000,00	3.645.563.000,00
12/06/2012	EXP. METRÔ - L4 - Estudos e Projetos	BNDES	RIO TRILHOS	URTIPL	80.014.240,95	79.185.291,03	99%	158.524.534,23	156.319.054,38
22/06/2012	SANEAMENTO P TODOS II	CAIXA	CEDAE	REAL	415.372.248,98	70.395.077,19	17%	415.372.248,98	70.395.077,19
05/09/2012	PET II Adicional	BIRD	SETRANS	DÓLAR	600.000.000,00	343.079.276,08	57%	2.415.000.000,00	1.080.303.512,77
13/09/2012	PRÓ-VIAS	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	319.675.000,00	208.748.826,66	65%	1.286.691.875,00	541.324.654,91
05/12/2012	ARCO METROPOLITANO	CAF	SEOBRAS	DÓLAR	200.000.000,00	157.175.970,35	79%	805.000.000,00	368.520.091,29
20/12/2012	PROCOI	CAIXA	SEOBRAS	REAL	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55	95%	1.199.871.427,00	1.136.310.761,55
2013									
22/02/2013	INCLUSÃO SOCIAL	BID	SEELIE	DÓLAR	60.000.000,00	7.266.724,24	12%	241.500.000,00	19.604.047,59
26/04/2013	PRÓ-CIDADES II	BANCO DO BRASIL	SEOBRAS	DÓLAR	716.968.944,0994	1.239.596.577,8200	100%	2.885.800.000,00	2.885.800.000,00
19/08/2013	RIO RURAL ADICIONAL FA	BIRD	SEAPEC	DÓLAR	100.000.000,00	10.082.787,48	10%	402.500.000,00	28.944.578,76
2014									
30/04/2014	PRÓ - GESTÃO II	BIRD	SEOBRAS	DÓLAR	48.000.000,00	2.683.243,1400	6%	193.200.000,00	6.000.000,00
03/07/2014	METRÔ - PRÓ-ML4 ADICIONAL	BNDES	RIO TRILHOS	URTIPL	3.000.000.000,00	3.001.648.634,2300	100%	3.000.000.000,00	3.001.648.634,2300

Fonte: Sistema de Operações de Crédito - SOC / SEFAZ

Gráfico 25



VI.7 Acompanhamento Financeiro de Convênios⁴⁵

O Estado do Rio de Janeiro encerrou o 6º bimestre de 2015 com 501 Convênios de Despesa e 284 Convênios de Receita vigentes⁴⁶.

Entre os Convênios de Despesa, os mais importantes para o Estado são os celebrados no âmbito do *Programa Somando Forças*⁴⁷. Na esfera dos Convênios de Receita, o *Programa de Aceleração do Crescimento Econômico – PAC*⁴⁸ engloba os investimentos de maior relevância.

Os Convênios de Despesa vigentes, abrangendo programas em infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 6º bimestre com o valor de R\$ 2.558,9 milhões.

Os Convênios de Receita vigentes, abrangendo programas em segurança, infraestrutura, saúde, educação, esporte e lazer, encerram o 6º bimestre com o valor de R\$ 8.838,09 milhões.

Dos recursos disponibilizados pelo Tesouro do Estado, até o 6º bimestre de 2015 foi pago o valor de R\$ 107,346 milhões, destinado à área de Habitação e o valor de R\$ 389,458 milhões para à área de Saneamento.

⁴⁵ Os dados utilizados nesta seção foram extraídos de relatórios do Sistema de Apoio ao Sistema Estadual (SATE).

⁴⁶ Convênios de Receita – são aqueles em que órgãos ou entidades da administração pública federal aportam receitas ao Estado. Convênios de Despesa - são aqueles em que o Estado do Rio de Janeiro coloca seus recursos à disposição das Prefeituras Municipais e/ou Entidades não Governamentais. Salienta-se que também são conhecidos como uma modalidade de transferência voluntária de recursos.

⁴⁷ Decreto nº 42.384/01, de 29 de março de 2010.

⁴⁸ Lei nº 11.578/2007, que regula a transferência obrigatória de recursos financeiros federais para Estados, DF e Municípios, para execução das ações do PAC, cuja descentralização seja do interesse da União.

VI.8 Análise de Viabilidade Econômica de PPPs

Com a inclusão do Projeto Rio Imagem no Programa Estadual de Parcerias Público-Privadas - PROPAR ocorrida no bimestre anterior, pode-se elencar os seguintes projetos de PPP sob a administração do Conselho Gestor do PROPAR- CGP:

PPP RIO IMAGEM: Projeto de Implantação, Operacionalização e Gestão de Serviços de Diagnóstico por Imagem do Programa Rio Imagem, apresentado pela Secretaria Estadual de Saúde, para a aquisição, instalação e manutenção de equipamentos de imagens fixos e móveis, atendendo a uma população de 16 milhões de habitantes de 92 municípios, cuja proposta preliminar foi elaborada pela International Finance Corporation – IFC, organismo multinacional vinculado ao Banco Mundial.

PPP SANEAMENTO: Projeto destinado à implantação de serviços de saneamentos regiões da Baixada Fluminense e Bacia do Rio Guandu, beneficiando uma população de 12 milhões de pessoas, a fim de alcançar de forma progressiva a total despoluição da Baía de Guanabara, cujos estudos técnicos estão sendo elaborados pela Empresa Brasileira de Projetos – EBP.

PPP Linha 3: Projeto de mobilidade urbana, dentro de modelos racionais e que melhor se apliquem, com o concurso da iniciativa privada, entre as cidades de Niterói e São Gonçalo, numa extensão de trajeto de 22 km e a viabilização da Linha 3 do metrô entre estações de Arariboia e Guaxindiba (próximo da BR 101), beneficiando cerca de 1,7 milhão de pessoas ou 350 mil passageiros/dia, cujos estudos técnicos aguardam reavaliação.

Cumprе ressaltar que, em 11 de dezembro de 2015, a Secretaria de Estado do Ambiente, por intermédio do Instituto Estadual do Ambiente firmou com o Fundo Brasileiro para Biodiversidade, a Plantue Consultoria Socioambiental Ltda., a contratação de serviços para implantação dos estudos para a modelagem da primeira Parceria Público-Privada em parque no Estado do Rio de Janeiro, e que terá como objeto o Parque Estadual da Ilha Grande, localizado na Baía da Ilha Grande, Angra dos Reis, litoral sul fluminense.

Por fim, ressalta-se que, a Secretaria Executiva do CGP tem sob sua competência Projetos Estruturantes, vale dizer, intervenções físicas, públicas ou privadas, que estão garantidas ou prestes a serem

viabilizadas, e que terão impacto positivo na realidade socioeconômica e ambiental do Estado, apontados a seguir, cujas modalidades de concessão estão em fase de definição.

- **Linha 2**

Implantação e operação de extensão da Linha 2 do metrô do Rio de Janeiro. Trecho: Praça XV até Estácio.

- **Construção e Modernização de Escolas**

Reforma e manutenção predial do Edifício Lúcio Costa, no município do Rio de Janeiro, por meio da constituição de um fundo imobiliário.

- **Modernização de instalações da Polícia Militar**

Permuta de ativos para modernização do 6º batalhão da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro.

- **Banerjão**

Reforma e manutenção predial do Edifício Lúcio Costa, através da constituição de um fundo imobiliário.

- **Transposição de águas**

Implantação de túnel de transposição de águas do reservatório de Vigário para o de Ponte Coberta, no complexo de Lajes, no município de Pirai.

VI. 9 Coordenação de Captação de Recursos -

LEILÃO DO FLUXO DE RECEBÍVEIS DO FUNDO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SOCIAL - FUNDES: Trata-se de Leilão do Fluxo de Recebíveis dos Contratos do FUNDES, assemelhada com a Cessão de Crédito de natureza definitiva, em que o cedente não concede garantias ou obrigações colaterais, apenas o repasse do fluxo de recebíveis ao cessionário.

Há autorização legal para o procedimento, tendo em vista o Artigo 5º da Lei 6.068/2011, *in verbis*:

Art. 5º *Os créditos oriundos de contratos de financiamentos com recursos do FUNDES poderão ser, periodicamente, objeto de oferta pública, visando à liquidação antecipada dos mesmos, observadas as seguintes condições:*

I - pagamento em moeda corrente equivalente a, no mínimo, 5% (cinco por cento) dos saldos devedores dos contratos de financiamento apurados na data de liquidação.

II - atendimento de outras condições fixadas no edital ou instrumento de oferta pública.

§1º *Os créditos mencionados no caput poderão ser cedidos mediante leilão, observado o preço mínimo estabelecido no respectivo edital, que não poderá ser inferior ao estabelecido no inciso I deste artigo.*

§2º *A oferta pública do crédito e sua eventual liquidação antecipada nos termos deste artigo não afeta a eficácia das demais obrigações contidas no contrato de financiamento, incluindo a obrigação de geração de empregos.*

§3º *Em caso de inadimplemento das obrigações indicadas no §2º, observar-se-ão os seguintes efeitos:*

I - o beneficiário do financiamento ficará obrigado a restituir ao Estado a integralidade do crédito concedido, descontados os valores já pagos, além da atualização monetária, juros de mora de 1% ao mês e multa contratual, sem prejuízo de outras sanções que tenham sido previstas no respectivo contrato.

II - na eventualidade de aquisição do crédito por pessoa diversa do beneficiário, na forma do disposto no caput e no §1º deste artigo, ficará desfeita a cessão do crédito, obrigando-se o Estado a restituir o valor pago pelo cessionário, com atualização monetária nos termos da legislação em vigor.

§4º O contrato de financiamento poderá prever que, em caso de não realização da oferta pública de que trata este artigo, o beneficiário terá direito à aquisição do crédito nos termos do inciso I do caput, sendo a proposta de contrato acompanhada, neste caso, da justificativa econômica do Órgão Executor que demonstre a vantagem da liquidação antecipada para o Estado.

Adicionalmente, cabe destacar que a regulamentação do dispositivo supracitado se deu com o Decreto nº 45.076/2014 onde, ali, verifica-se também a possibilidade da Agência Estadual de Fomento - AgeRio atuar no papel de agente financeiro e proceder com a cessão dos direitos creditórios do FUNDES por meio de Leilão Administrativo.

Por fim, destacou a necessidade de seguir, além dos dispositivos do Código Civil, os ditames da Lei 8.666/93.

Logo, tendo em vista o respeito aos ditames à Lei 8.666/93, em 31 de agosto de 2015 foi realizada a audiência pública.

Naquela oportunidade foi exposto que a operação seria realizada por meio de cessão direta da carteira para o cessionário, bem como houve a readaptação da carteira de empresas, sendo estas a AMBEV, PEUGEOT, KIRIN e BRASKEM, com os respectivos saldos devedores, e a retirada dos contratos em fruição do principal lote do Leilão.

Foi esclarecido, também, que após a finalização do Leilão, seria realizado o pagamento ao Estado do Rio de Janeiro em moeda corrente, bem como o pagamento da tarifa devida à AgeRio, conforme a previsão legal.

Outrossim, para fins de constatação da imparcialidade e lisura do procedimento, foi apresentado estudo externo para precificação do lance mínimo do Leilão. Após todas as pesquisas e justificativas, foi sugerido o lance de partida no valor de R\$ 1.060.325.127,00 (um bilhão, sessenta milhões, trezentos e vinte e cinco mil e cento e vinte e sete reais).

Em continuidade ao rito licitatório, em 24 de setembro de 2015 foi publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e no jornal Valor Econômico, de grande circulação, o resumo do Edital do Leilão, a ser realizado em 09 de outubro de 2015, às 15h, no auditório do prédio da SEFAZ, bem como informado ao Tribunal de Contas do Estado.

Entretanto, por questão de segurança jurídica e equilíbrio econômico-financeiro do Estado do Rio de Janeiro, foi apresentada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro – ALERJ, o Projeto de Lei nº 937/2015, para fins de alteração do inciso II do §3º do art. 5º da Lei 6.068/11, de 27 de outubro de 2011.

O referido dispositivo poderia acarretar prejuízos ao Estado que, na ocorrência da hipótese prevista, passaria a possuir saldo devedor junto ao adquirente do contrato objeto de oferta, o que pode impactar negativamente o perfil de crédito do Estado do Rio de Janeiro perante o mercado, já que a restituição prevista ocorreria somente após o recebimento do montante referente ao contrato cuja cessão foi desfeita, conforme a redação anterior, *in verbis*:

“II – na eventualidade de aquisição do crédito por pessoa diversa do beneficiário, na forma do disposto no caput e no §1º deste artigo, ficará desfeita a cessão do crédito, obrigando-se o Estado a restituir o valor pago pelo cessionário, com atualização monetária nos termos da legislação em vigor.”

Após a discussão única, em regime de urgência, a ALERJ aprovou o Projeto, tornando o mesmo em Lei nº 7.075, de 07 de outubro de 2015, publicada em 08 de outubro de 2015, passando o inciso II do §3º do art. 5º da Lei 6.068, de 27 de outubro de 2011, a vigorar a seguinte redação:

“II – se o crédito tiver sido adquirido por pessoa diversa do beneficiário, não ocorrerá o vencimento antecipado da dívida, sendo mantida a relação entre devedor e cessionário, sem prejuízo da aplicação, pelo Estado, das demais sanções previstas nos contratos de financiamento e respectivos convênios.”

Assim sendo, com base no §4º do art. 21 da Lei 8.666/93, por se tratar de modificação do edital, foi publicada no Diário Oficial, em 09 de outubro de 2015, nova data do Leilão para o dia 27 de outubro de 2015, às 15h, no auditório do prédio da SEFAZ.



Em 27 de outubro de 2015, às 15h, foi realizado no auditório do prédio da SEFAZ o Leilão Administrativo nº 001/2015, sendo o licitante vencedor o Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Não-Padronizados PCG-Brasil Multicarteira, controlado pelo Bank Of America, após ofertar o lance mínimo de R\$ 1.060.325.127,00 (um bilhão, sessenta milhões, trezentos e vinte e cinco mil, cento e vinte e sete reais).